

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma</p>
--	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
---	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE JANEIRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Importância das providências adotadas pelo Ministro Raimundo de Brito, no âmbito do Ministério das Minas e Energia, com a publicação de portarias, visando a regulamentação da distribuição de combustíveis, com o objetivo de amparar o consumidor. 03083

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Protestando contra a inoportuna adoção da Medida Provisória nº 1.511/96, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste, inviabilizando a expansão da agropecuária no Estado de Tocantins. 03087

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Apelo ao Governo Federal para repensar a decisão de não reajustar os salários dos servidores públicos da União. Preocupação com a estratégia do Presidente Fernando Henrique Cardoso para obter a aprovação da reeleição. Reunião com o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, em que foi feito um relato sobre a viagem da Comissão Interna do Senado Federal que visitou o Município de Ourilândia do Norte – PA para apurar a morte de 3 trabalhadores rurais. Cobrando decisões firmes e ágeis do Governo Federal sobre o processo de reforma agrária no Brasil. Apelo ao Ministro Raul Jungmann para que reate o diálogo com o Movimento dos Sem-Terra. Indicação do prêmio "Rei Balduino" ao Movimento dos Sem-Terra, a ser concedido pelo governo da Bélgica, no dia 18 de março, em Bruxelas. Felicitações a Ronaldinho, eleito o melhor jogador de futebol do mundo. 03088

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Referências ao pronunciamento do Senador Sebastião Rocha, mostrando o caráter político do Movimento dos Sem-Terra. Invasões descabidas e irresponsáveis de sedes do Incra. Impasse em torno da questão da reeleição. Reiterando o apoio ao movimento pelo plebiscito ou referendo, relativamente à reeleição. 03092

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Reportando-se à introdução do pronunciamento do

Senador Jefferson Péres, relativamente ao caráter político-ideológico de setores do MST, o que acarreta a instabilidade no campo. Alertando o Presidente Fernando Henrique Cardoso para uma maior celeridade nas desapropriações e, por outro lado, para o descontrole das invasões de terra. 03096

SENADORA MARINA SILVA – Preocupações de S. Ex.ª com o desdobramento da proposta de concessão de áreas florestais para a exploração econômica pela iniciativa privada. Situação insustentável dos seringueiros da Amazônia, desassistidas pelas autoridades federais. 03102

SENADOR NABOR JÚNIOR – Pressões de certos grupos econômicos interessados na reformulação da atual política cambial do País. Apoio ao Ministro Pedro Malan na manutenção do câmbio, instrumento fundamental para o sucesso do Plano Real. 03105

SENADOR EDISON LOBÃO – Reações de políticos e empresários contrárias à Medida Provisória nº 1.532/96, que regulamenta o setor automotivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Leitura do manifesto "Em defesa do Nordeste", assinado pelos presidentes das federações das indústrias dos estados do Nordeste. 03107

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Apelo ao Ministro dos Transportes, ao Governador do Estado do Pará e ao Secretário da Receita Federal, no sentido de viabilizarem a implementação imediata de um terminal portuário alfandegado na região das Ilhas de Marajó. 03110

SENADOR ROMERO JUCÁ – Parabeniizando o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela concretização dos compromissos assumidos com a Amazônia Ocidental, especialmente com o Estado de Roraima, destacando os esforços de S. Ex.ª para a consecução da pavimentação da BR-174 e para a solução dos problemas energéticos. Artigo do Embaixador Venezuelano no Brasil, Sr. Alfredo Toro Hardy, publicado na **Folha de S. Paulo**, do último dia 14, sob o título "Brasil e Venezuela: o sentido da aliança estratégica". 03113

1.2.2 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Registrando, nos Anais da Casa, o falecimento do ex-Governador de Alagoas Lamenha Filho, homem que engrandeceu como poucos a vida política daquele Estado. 03114

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DE COMISSÕES

1ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em 16 de janeiro do corrente ano..... 03116

12ª, 13ª, 17ª, 18ª e 19ª Reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 8 e 15 de agosto, 21 e 28 de novembro e 5 de dezembro de 1996, respectivamente..... 03129

9ª e 10ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 28 de agosto e 31 de outubro de 1996, respectivamente..... 03146

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 49 a 52, de 1997..... 03157

4 – MESA DIRETORA**5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 19ª Sessão Não Deliberativa em 24 de janeiro de 1997

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr.: Eduardo Suplicy, da Srª Emília Fernandes

e dos Srs. Jefferson Péres e Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, por cessão do Senador Emandes Amorim.

V. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo comentar, na manhã de hoje, providências tomadas no âmbito do Ministério de Minas e Energia, pelo Ministro Raimundo de Brito, que julgo de grande significado, de grande importância, porque vêm ao encontro das necessidades do consumidor.

Estamos vivendo, no Brasil, um novo momento: um momento de reformas, de transformações, de grande mudanças na economia.

O Brasil procura se modernizar, e aí há aspectos positivos e aspectos negativos. O Brasil procura se inserir na economia internacional, abrir suas portas ao capital estrangeiro, aumentar a competitividade das suas empresas, reduzir a presença do Estado na economia, alienar patrimônio, vender empresas, privatizar companhias das quais detêm o controle acionário, acabar com certos monopólios do Estado, e é evidente que tudo isso traz uma grande transformação na sociedade e reflexo na vida das pessoas.

Tenho mostrado, por diversas vezes, o risco que corremos de, nesse processo de alienação de empresas, de venda de companhias controladas pelo Estado, ingressarmos numa situação de oligopólio ou monopólio privado, em que uma empresa ou um pequeno grupo de empresas domina um determinado setor da economia. Já há sinais preocupantes nesse sentido, inclusive com vários processos tramitando no âmbito do Cade.

Em decorrência da privatização, alguns setores estão oligopolizados. Nos casos, por exemplo, da siderurgia e da petroquímica, um pequeno grupo de empresas domina o setor, o que, evidentemente, acarreta uma situação que não é boa para a sociedade, porque, não havendo competição, não há concorrência, não há disputa pelo mercado e, conseqüentemente, os preços se elevam e a sociedade sai prejudicada.

Felizmente, vejo que, no âmbito do Ministério das Minas e Energia, o Ministro Raimundo de Brito tem estado muito atento a esses aspectos. Recentemente, assistimos, em decorrência dessa política de liberalização de preços, a uma anarquia no reajuste de preços dos combustíveis. Em alguns casos, houve elevações de preços astronômicas, que não se justificavam de maneira nenhuma.

A razão para que isso ocorresse, ao que tudo indica, estava no fato de ser esse setor tradicionalmente cartelizado: havia até a famosa história das "sete irmãs", conhecida desde a nossa juventude, que eram as empresas petrolíferas que detinham, e de certa maneira ainda detêm, no mundo todo, esse comércio.

Pois bem, esses preços subiram de maneira absolutamente desproporcional, daí por que o Ministro resolveu editar várias portarias introduzindo modificações que, ao nosso ver, beneficiam o consumidor, porque vão permitir a concorrência e vão libertar esses revendedores das amarras das empresas distribuidoras.

Na verdade, a vinculação de um determinado posto de revenda de combustível a uma distribuidora ou, como se chama comumente, à bandeira de uma distribuidora, fazia com que ele dependesse dela totalmente e, portanto, dos preços por ela arbitrados para vender diretamente ao consumidor. Então, gostaria de ler alguns aspectos dessa portaria, que julgo importantes para melhor compreensão dessas providências.

A Portaria nº 61/95:

"a) retira a vedação de Posto Revendedor adquirir combustível somente da Distribuidora cuja marca comercial exhibe."

Quer dizer, ele terá uma margem de negociação com as demais distribuidoras, para que possa comprar de acordo com a sua conveniência e com as melhores condições que ela possa oferecer.

"b) determina aos Postos Revendedores que, além do painel de preços, também seja afixado quadro de aviso prestando informações de interesse do consumidor, como exemplo: endereço e telefone do Departamento Nacional de Combustíveis no Estado e em Brasília, telefone e endereço das Distribuidoras que fornecem combustíveis ao Posto Revendedor e orientações para os consumidores de como agir em caso de reclamação ou denúncia;

c) estabelece a obrigatoriedade de ser identificada em cada bomba abastecedora de combustível, de forma destacada, bem visível e de fácil identificação pelo consumidor, o tipo do combustível comercializado, especificando se o mesmo é comum ou aditivado."

Dessa forma, impede que o posto imponha um determinado tipo de combustível, de gasolina, mas sim que ofereça alternativas e explicita a composição e a qualidade de cada um desses tipos de gasolina, para que o consumidor possa optar com segurança.

"d) define, com clareza, a obrigatoriedade de ser fornecido combustível do tipo comum."

Quer dizer, além dos tipos aditivados, o posto é obrigado a fornecer gasolina do tipo comum.

Com relação à Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 62, de 1995:

"a) incorpora a definição de tancagem mínima;

b) ajusta a concessão de Registro de TRR – que é o transportador retalhista que existe muito na zona rural, sobretudo em Estados como Paraná e São Paulo – para após o cumprimento das exigências documentais;

c) faz exigências quanto à comprovação de regularidade quanto às Receitas Estaduais e Federal."

Comissões Parlamentares de Inquérito, nas Assembléias Legislativas de São Paulo e do Rio de Janeiro, já comprovaram uma grande evasão fiscal em todo esse comércio de combustíveis. Isso tem

feito com que os Estados e a própria União adotem providências acauteladoras dos interesses dos Estados quanto à arrecadação desses tributos. Inclusive vários Estados já aplicaram, nesse comércio de combustíveis, a figura do contribuinte substituto, que dá muito mais segurança ao Estado na arrecadação.

Com relação à Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 63, de 1995:

"a) ajusta a concessão de Registro de Distribuidora para após o cumprimento das exigências documentais e da aprovação do projeto de instalações ou dos contratos de arrendamento de instalações, cessão de espaço em instalações ou garantia de suprimento em instalações;

b) estabelece a obrigatoriedade de que a operação de instalações e a respectiva comercialização através dessas instalações seja precedida de vistoria e autorização pelo DNC;

c) faz exigências quanto à comprovação de regularidade junto às Receitas Estadual e Federal.

Essas novas portarias têm por finalidade retirar da legislação as interferências nas relações de mercado, abrindo espaço para uma maior concorrência entre Distribuidoras e entre Postos Revendedores. As mudanças, além de corrigir as distorções apontadas, também ajustam a questão de obtenção de registro para o exercício das atividades de distribuidor, cuja liberalidade tem trazido sérias consequências para o segmento, onde 440 empresas solicitaram registro, mas apenas 95 operam.

As alterações têm por convicção o pressuposto de que o mercado concorrencial melhora o setor produtivo, tomando-o mais susceptível a garantir os interesses dos consumidores. Nesse sentido, a concorrência é o melhor processo de divulgação livre da informação econômica, fato essencial e facilitador para a tomada de decisão por parte do consumidor."

Quero registrar o meu elogio a essas iniciativas do Ministério das Minas e Energia, dirigido pelo Ministro Raimundo de Brito, que cuidam de amparar o consumidor, que é justamente a figura mais indefesa, o elo mais fraco, a parte mais frágil nessa relação com o mercado. Se o Estado se retira cada vez mais – e acho correto que seja assim – das ações diretas na economia, ele não pode se demitir desse

papel regulador e fiscalizador para o qual tem que se preparar cada vez mais.

O Estado brasileiro não está ainda suficientemente preparado para enfrentar todo esse processo de globalização e de inserção na economia internacional, de defesa dos seus legítimos interesses contra, por exemplo, essa avalanche de importações de produtos subsidiados, produzidos em países onde os governos oferecem elevados subsídios e que chegam aqui para concorrer com as nossas indústrias, muitas vezes com preços bem mais baixos, conseqüentemente, desempregando brasileiros, numa concorrência desleal que não pode ser aceita pelo Brasil.

Todavia, até que nos preparemos para investigar o **dumping**, para protestar junto às organizações internacionais do comércio, estamos assistindo a uma espécie de desmonte da nossa indústria, como já aconteceu em vários setores. É preciso que o Brasil se prepare para isto: abrir-se para o mundo, inserir-se na economia internacional, mas preparar-se para defender os seus interesses.

O Sr. Nabor Júnior – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Com muito prazer.

O Sr. Nabor Júnior – Senador Lúcio Alcântara, não estava em plenário na ocasião em que V. Ex^a deu início ao presente pronunciamento, mas, pelo seu curso, pude verificar que nele está sendo abordado problema pertinente à comercialização dos combustíveis no Brasil.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É verdade.

O Sr. Nabor Júnior – Dentro da seriedade do tema, quero manifestar a minha satisfação pela notícia que ouvi hoje, através da rede CBN, atribuindo à Petrobrás a determinação de não adicionar essa taxa de 0,20% a CPMF, aos preços dos combustíveis. Isso desmoraliza algumas distribuidoras, e até mesmo alguns postos de serviço, que se apressavam em anunciar novas tabelas para seus produtos e serviços, alegando a entrada em vigor, ontem, da citada Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira.

Certamente instada pelo Ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, decidiu a Petrobrás não repassar a CPMF nos custos dos seus produtos, o que dá ao consumidor a rara sensação de que – desta vez, pelo menos – não será onerado com mais esse tributo. Sim, porque a contribuição financeira não deixa de ser um novo imposto, e a sua isenção nos combustíveis já alivia, de certo modo, as preocupações de todos os consumidores.

Afinal, a gasolina, o óleo diesel, o gás, o querosene, tudo isso, principalmente no Norte do País, tem uma influência muito grande. Os principais veículos usados pelos habitantes da Região Amazônica são os barcos, que consomem muitos tipos de derivados de petróleo, também largamente utilizados pelos trabalhadores rurais nos seus pequenos motores que servem para produzir a sua farinha e mover os seus engenhos. Já eram grandes o custo social e o impacto nos orçamentos familiares provocados pelos valores agregados no processo de transporte por balsas e caminhões; a liberação geral dos preços implantada no setor vem onerando consideravelmente os consumidores da Amazônia, desde que o Governo fez com que as empresas distribuidoras adicionassem essa despesa ao custo final, que – como não poderia deixar de acontecer – subiu consideravelmente. Era preocupante, assim, a ameaça de termos mais essa incidência, da CPMF, no custo dos derivados de petróleo.

Fico satisfeito com a informação da Petrobrás, negando tal perigo, e espero que as distribuidoras e os postos de serviços cumpram também com o seu papel. Nada justificaria um novo avanço no bolso dos cidadãos a pretexto de repassar custos da CPMF, porque, como vimos, a Petrobrás não o fará. E é ela quem, no momento, praticamente ainda mantém o monopólio do refino e da distribuição do petróleo.

Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a e manifesto a minha satisfação por essa oportuna providência adotada pela direção da Petrobrás.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado, nobre Senador Nabor Júnior. Sei que V. Ex^a se interessa muito por esse assunto.

Há poucos dias, V. Ex^a fazia um discurso aqui, no plenário do Senado. Nessa oportunidade eu não estava presente, mas ouvi pelo som, no meu gabinete, V. Ex^a questionando justamente esses aumentos, que ocorreram de maneira exagerada e de certo modo combinados entre as distribuidoras, configurando claramente um cartel, um monopólio, que não interessa à sociedade.

No caso dos Estados do Norte, o problema veio de antes, quando acabou-se com o preço nacional. É evidente que, com essas grandes distâncias, as cidades mais afastadas dos centros de refino tiveram o preço dos combustíveis aumentados.

Agora, no caso da CPMF, vários bancos estão dispensando essa contribuição com o intuito de atrair depositantes, apresentando formas diferentes de poupança, numa competição entre eles no senti-

do de angariar correntistas e conseguir depósitos. Essa notícia que V. Ex^a está dando agora já mostra que é a Petrobrás e certamente a sua distribuidora que querem oferecer uma vantagem para esses revendedores.

Como o revendedor agora vai estar livre para comprar o combustível na distribuidora que oferecer melhores condições, certamente isso deverá acarretar um benefício para o consumidor, para o usuário.

Então, se queremos de fato modernizar, se queremos de fato liberdade de comércio, se queremos concorrência, competição, o Estado tem que estar presente para evitar que pequenos grupos se apropriem de fatias do mercado ou de setores da economia para impor suas condições e seus preços. Não se pode tolerar o monopólio e o oligopólio principalmente da iniciativa privada, dos grupos privados.

O Sr. Leomar Quintanilha – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha – Nobre Senador Lúcio Alcântara, V. Ex^a tem razão quando registra o fato de que Estados provincianos, de localização geográfica distante do centro de refino e produção do petróleo, sejam penalizados com a nova política adotada pela Petrobrás. Mas eu gostaria de comentar um outro aspecto do seu pronunciamento, que V. Ex^a abordou com muita propriedade e que já foi objeto de manifestação nossa nesta Casa, em outra oportunidade. Trata-se da concorrência desigual que o empresariado brasileiro está enfrentando com os produtos importados. Ora, sabemos que os países desenvolvidos conseguem agregar níveis elevados de tecnologia aos seus produtos e até subsídios, e, com isso, acabam colocando produtos a preços extremamente competitivos no nosso mercado, dificultando sobremaneira a nossa indústria, o nosso empresariado. Ora, o Brasil está enfrentando simultaneamente duas alterações bruscas no seu contexto socioeconômico. O primeiro é esse esforço desenvolvido pelo Governo Fernando Henrique de estabilização da moeda. Isso, por si só, provocou uma reviravolta enorme, intensa, em todos os segmentos, inclusive no segmento de produção, no segmento de manufaturados e no segmento da indústria. Além disso, o Brasil também não estava preparado para a agilidade, para a pressa, para o aqodamento dessa igualdade de mercado, dessa abertura de mercado. Então, esses produtos começaram a entrar no Brasil com rapidez, assim, quase incontrolável, e sabemos que não se consegue mudar uma estrutura industrial

ou qualquer estrutura da noite para o dia. Essa razão impôs uma quota de sacrifício ainda maior aos nossos agentes produtivos. E me lembro, na colocação que eu fazia quando mencionava esse assunto, que os Estados Unidos, o país mais democrata e que realmente desenvolve o comércio em quase todas as regiões do mundo, são também os mais protectionistas, tratam de desenvolver mecanismos que protegem o seu parque industrial, que protegem o seu empresariado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Inclusive, Senador Leomar Quintanilha, sobre o combustível, estabeleceram uma série de restrições e exigências para impedir a exportação de gasolina brasileira e venezuelana para os Estados Unidos.

O Sr. Leomar Quintanilha – É verdade. O pronunciamento de V. Ex^a vem em muito boa hora. Essa discussão é interessante e importante até para alertar os segmentos econômicos do Governo, para que revejam essa política e procurem encontrar mecanismos que permitam que o comércio grasse com a necessidade da sua própria ordem, mas também permitam ao nosso empresariado ter uma certa proteção, para não se ver de uma hora para outra com tamanhos prejuízos. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Faço coro com V. Ex^a nesse aspecto.

É indiscutível a necessidade de o Brasil abrir sua economia e se inserir na economia internacional, mas, infelizmente, os países mais desenvolvidos, mais ricos, protegem sua economia. O maior exemplo é a agricultura da União Européia, que é altamente subsidiada e não quer aceitar a importação de produtos, produzidos inclusive no Brasil. Nos Estados Unidos, vários setores da economia, como, por exemplo, o setor de sucos, onde a taxa é altíssima. Por outro lado, alguns países como, por exemplo, a Índia, o Paquistão e alguns países da Ásia, exportam para o Brasil subsidiando seus produtos, o que distorce os mecanismos da concorrência. Esses são problemas que temos que enfrentar e temos que aprender a lidar com eles, mas é nesse ponto que o Estado brasileiro tem que se preparar para esse tipo de ação de trabalho.

Concluindo meu pronunciamento, mais uma vez ressalto essas providências do Ministro Raimundo de Brito e espero que outros setores do Governo brasileiro também se preocupem com isso. Ainda ontem falava-se aqui sobre o Banco Central. O Senador Casildo Maldaner fazia um discurso sobre a distorção das tarifas cobradas pelos bancos e a ne-

cessidade de que o público conheça essas tarifas, até para que possa, de um lado, escolher o banco que ofereça melhores condições; de outro, em lugares onde existe somente uma agência bancária ou mesmo havendo mais de uma, a que está mais próxima do trabalhador, do depositante, do correntista, o Banco Central estabeleça limites razoáveis para essas tarifas a serem cobradas pelo sistema financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao eminente Senador Leomar Quintanilha, que dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para trazer um protesto e um alerta: é nociva ao Estado de Tocantins, à Região Norte e a todo o País a Medida Provisória nº 1.511, que torna mais restritivas as limitações, já antes muito rigorosas, à expansão da nossa agropecuária.

Sob o pretexto de uma radical preservação da cobertura vegetal, vem essa Medida Provisória paralisar o progresso nas áreas de vocação agrícola da Região Norte e norte da Região Centro-Oeste. Ao invés de uma política de estímulo, dá-se, ao contrário, uma política regional às avessas, que ameaça as frentes de expansão da agricultura brasileira.

Precioso patrimônio do País, promessa esperançosa para todos os brasileiros, essas frentes de expansão vêem-se diante do perigo de reverter ao estado de desertos econômicos.

A Medida Provisória nº 1.511 quer sufocar uma atividade agrícola legítima, saudável, dinâmica, e congelar áreas próprias para a agricultura, reduzindo-as à condição de regiões extrativistas de baixa densidade econômica.

Ora, limitar a expansão agropecuária é um contra-senso, diante de um Brasil e de um mundo que necessitam cada vez mais de alimentos. Nossa população cresce. A população mundial se acrescerá de bilhões de habitantes nas próximas décadas. As populações concentram-se, cada vez mais, nas cidades, com menos e menos gente se ocupando na produção de alimentos.

É preciso aproveitar a vocação agrícola de certas áreas de nosso País, incentivá-la e não desestimulá-la. O Tocantins é uma dessas áreas. Lá, a agricultura vem dando mostras de pujança, alcançando continuamente novos patamares de produção e produtividade. Hoje, todos têm plena consciência

de que os solos de cerrado, trabalhados com métodos adequados, são um imenso potencial de riqueza.

O Tocantins é um dos últimos e mais promissores celeiros agrícolas que o Brasil pode desenvolver. No Tocantins, o crescimento da agropecuária vem ocorrendo em ritmo de grande vitalidade. É inoportuno inibi-lo. É um erro cerceá-lo.

Infelizmente, é o que faz a Medida Provisória nº 1.511. O Código Florestal prevê, como regra geral, a preservação da cobertura arbórea em vinte por cento da área de uma propriedade agrícola. Para a Região Norte, o Código Florestal incorporou um grau de exigência muito mais rigoroso: o percentual de área de cobertura arbórea é de cinquenta por cento. Isto é, resta para a exploração agropecuária chamada de "corte raso" a exploração convencional, apenas a metade da propriedade.

A Medida Provisória em questão estabeleceu que, para as matas cerradas, esse limite de áreas onde será permitido produzir riqueza agropecuária reduz-se a apenas vinte por cento da propriedade! Parece inacreditável, mas é isso mesmo: apenas um quinto de uma propriedade agrícola é trabalhável. Ou, nos termos dessa nova lei:

"Nas propriedades onde a cobertura arbórea se constitui de fitofisionomias florestais, não será admitido o corte raso em pelo menos oitenta por cento dessas tipologias florestais."

Ou seja, o Governo está confundindo área de vocação agrícola com área de extrativismo, em nome de um preservacionismo radical e descabido.

Penso que esse tipo de atitude até acaba incentivando este movimento que está tomando proporções quase incontroláveis: o movimento de invasões de terra neste País. Proíbe-se o proprietário de explorá-la economicamente, deixando margem a que a propriedade seja invadida.

Essa regra draconiana aplica-se, sem qualquer diferenciação quanto às vocações econômicas e ambientais das diversas sub-regiões, ao Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso, além das regiões situadas ao norte do paralelo 13° Sul, nos Estados do Tocantins e de Goiás; e a oeste do meridiano 44° graus Oeste, no Estado do Maranhão. O paralelo 13 passa um pouco abaixo do extremo sul da ilha do Bananal. Isto é, no caso de Tocantins, é atingida pela norma praticamente a totalidade do território estadual tocantinense.

Estamos diante de uma grave limitação ao desenvolvimento do Tocantins e outras áreas do Norte brasileiro. Regiões que aguardavam do Governo

uma política que corrigisse os desequilíbrios regionais são, ao invés disso, castigadas por uma política punitiva, de atraso e retrocesso.

Sim, aguardavam uma política positiva de correção das desigualdades regionais, porque hoje o País não tem nada nesse sentido. O excessivo desequilíbrio evidenciado pelos índices de desigualdades regionais fere nosso senso de justiça e é um componente estratégico nacional negativo, preocupante. As disparidades de progresso material e humano entre as regiões, os vazios ou quase-vazios de população, constituem um fator de vulnerabilidade que afeta todo o Brasil, que o debilita por inteiro.

Pois neste momento em que tanto sentimos que necessário se faz um esforço deliberado para vitalizar os espaços nacionais mais débeis e vulneráveis; nesta hora em que os novos grandes investimentos privados concentram-se na metade do Brasil favorecida pelo Mercosul; é justo agora que se abata sobre nossa metade mais sedenta de progresso e desenvolvimento o golpe doloroso representado por essa Medida Provisória. Quer o Governo perpetuar o vazio econômico do Norte? Quer o Governo conter perversamente a natural, espontânea e admirável vocação de progresso de certas áreas do Norte, como é o Tocantins?

Por que não fazer, ao contrário, como os países mais bem-sucedidos e desenvolvidos do mundo, que trataram de basear sua prosperidade, ao longo dos séculos, na sistemática e progressiva expansão da área agrícola? Façamos o que eles fazem, não o que eles pregam. Pois entre a destruição ambiental irresponsável e o preservacionismo fanático que quer tudo transformar em desertos econômicos, há espaço para o que fizeram os países que hoje lideram o mundo: expandir, prosperar, desde que com equilíbrio, prudência e sabedoria.

Sr. Presidente, não se pode crer que a política regional invertida, negativa, repressora do progresso, representada pela Medida Provisória nº 1.511 seja a palavra final sobre o assunto. A sociedade, o Congresso e esta Casa devem repensar a questão e indicar ao Governo os verdadeiros interesses do País. A Medida Provisória nº 1.511 está diante de nós colocada para ser corrigida, aperfeiçoada, de modo prudente, equilibrado e inteligente, como o exigem os interesses do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, por permuta com o Senador Guilherme Palmeira, por 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, praticamente, o mês de janeiro chega ao seu final, e não temos do Governo Federal, mais uma vez, até agora, nenhuma posição sobre reajuste ou reposição de perdas salariais para os servidores da União.

Isso é lamentável, porque se ingressa no terceiro ano consecutivo sem nenhum tipo de reajuste para esses servidores. Essa política de contenção de gastos da União, buscando o equilíbrio das contas internas, tem um rigor muito grande quando se trata da questão dos servidores da União.

Seria aqui repetitivo se voltasse àquela tônica de mencionar o Proer e outros exemplos de gastos do Governo Federal, que oneram muito mais as contas do Tesouro do que o reajuste dos servidores públicos.

Portanto, repito que o fato é lamentável, e faço este apelo ao Presidente da República, aos Ministros da área econômica e da administração federal para que repensem sua decisão, haja vista que, recentemente, a Dr^a Cláudia Costin, Secretária Executiva do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, mencionou que talvez no segundo semestre deste ano se possa pensar em algum índice de reajuste para os servidores.

Portanto, mais uma vez, deixo aqui o meu protesto a essa política que explora e discrimina os servidores públicos da União ao não lhes conceder, pelo menos, aquilo que lhes é de direito: a reposição da inflação no período.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o País parou em função do tema da reeleição. O dragão da reeleição deglutiu o Congresso Nacional, deglutiu as mais importantes questões. Até bem pouco tempo, o Presidente dizia que, sem a reforma da Constituição, seja na área administrativa ou da Previdência, não teria condições plenas de governar o País.

Infelizmente, pelo que se tem observado nos debates, a proposta da reeleição significa uma busca intensiva do Presidente da República pela permanência no poder.

O Presidente diz à Nação ou, pelo menos, aos seus interlocutores, que não gostaria de ter o plebiscito como alternativa melhor para decidir essa questão, em função de que poderia ser comparado ao Fujimori, que fechou o Congresso, no Peru, convocou eleições que privilegiaram seus aliados e fez a reforma da Constituição, praticamente, à revelia do Parlamento.

O Presidente prefere os conchavos, os acordos de cúpulas, as benesses, as trocas entre o Executivo e o Legislativo.

Tenho a impressão de que isso deixa a nossa população muito mais indignada do que se o Presidente, espontaneamente, dissesse à Nação que gostaria de ouvir o povo brasileiro a respeito dessa questão.

Se, por um lado, o Presidente da República afirma que não gostaria de recorrer ao plebiscito para não ser comparado ao Fujimori, porque estaria deixando de prestigiar o Congresso Nacional, por outro lado, vê-se que o Presidente já decidiu basicamente a estratégia: se o Congresso Nacional não aprovar ou demorar para aprovar a reeleição, recorrerá ao plebiscito. O plebiscito agora é "fujimorização"; será que daqui a alguns meses recorrer ao voto popular para decidir essa questão vai deixar de ser "fujimorização"?

Na verdade, o Presidente entende ser muito mais simples negociar com 584, num ambiente praticamente fechado, do que levar para debate público esse instrumento, que considero importante dentro do processo democrático de qualquer nação, que é a reeleição.

Tenho um respeito e uma admiração pessoal pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, nunca neguei isso, mas entendo que Sua Excelência incorre num equívoco muito grande quando, neste momento, faz da reeleição o carro-chefe do seu governo.

O Brasil precisa de um grande estadista, e acredito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso poderia muito bem desempenhar esse papel para confirmar a supremacia do nosso País na América do Sul e ter condições de competição no mercado internacional ou pelo mundo afora. Creio ser importante o Presidente Fernando Henrique Cardoso se confirmar como estadista, mas temo que o Presidente da República possa enveredar por um caminho equivocado, como disse, e se transformar num arremedo de ditador.

Li, com estranheza, no começo da semana, no jornal **Folha de S. Paulo**, algo que me deixou preocupado: que o Presidente da República já pensa até em convocar, se for o caso, um plebiscito para rediscutir o parlamentarismo com a Nação. Ou seja, se lhe negam o direito da reeleição, implanta o parlamentarismo no País para permanecer muito mais tempo no poder como Primeiro Ministro. Isso me preocupa.

O PSDB nunca negou que tem um projeto de poder para os próximos 20 ou 30 anos, o que é legí-

timo. Todos os Partidos têm que construir o seu projeto de poder, mas observa-se que o do PSDB está concentrado ou simbolizado na figura do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como se não existissem outras alternativas dentro do Partido para ter confirmada essa perspectiva de permanecer no poder por mais tempo.

Ora, no caso de Curitiba, por exemplo, pela terceira eleição consecutiva, o PDT elegeu o seu candidato à Prefeitura. Primeiro foi Jaime Lerner, depois Rafael Greca e, agora, Cássio Taniguchi. Em Niterói, essa situação também se repetiu pela terceira vez consecutiva. Por quê? Porque os antecessores sempre fazem uma boa administração e ganham, portanto, o apoio aos seus sucessores.

Observamos isso na própria disputa à Presidência da República; o bom desempenho do Governo Itamar Franco o credenciou a apresentar um candidato – que aparentemente não tinha chance – e elegê-lo.

Tenho uma preocupação muito grande com o caminho que tem tomado essa discussão e esse debate.

Acredito que o Presidente da República garroteou o Congresso Nacional com essa história da reeleição neste momento. O Congresso praticamente foi convocado sem nenhuma justificativa maior, desnecessariamente, porque o objetivo maior seria votar a reeleição, o que não se consegue. É blefe do Governo dizer que realizará a votação no dia 28 ou 29. Todos nós sabemos que isso não vai acontecer, porque, nessa data, o Governo sairá vencido, e ele não vai querer perder. Portanto, a reeleição, certamente, só será votada no dia 15 de fevereiro, como decidiu, e muito bem, a Convenção Nacional do PMDB.

Sr. Presidente, ontem à tarde, em companhia dos Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva e de vários Deputados Federais, estive com o Ministro Raul Jungmann no Ministério da Reforma Agrária. Como todos sabem, fui um dos indicados pela Mesa do Senado para compor uma comissão externa que visitou Ourilândia do Norte, no Pará, onde aconteceram recentemente as mortes de três trabalhadores rurais.

Fomos, então, fazer o relato da nossa visita e conversar com o Ministro sobre reforma agrária, tema extremamente importante hoje na vida do País. Fizemos um apelo a S. Ex^a para que reveja a posição que estava mantendo, de não negociar com o Movimento dos Sem-Terra e de não permitir a desapropriação ou a negociação das terras invadidas.

Infelizmente, por outros compromissos, não pude ficar até o final da audiência, mas ouvi aqui o relato feito pelo Senador Eduardo Suplicy, no começo da noite. S. Ex^a colocou muito bem – o que já é do conhecimento de todos nós – que o Movimento dos Sem-Terra é realmente um dos maiores movimentos sociais que já aconteceram no nosso País.

Faço questão de dizer que, infelizmente, o Movimento dos Sem-Terra é necessário. E infelizmente também, o Governo só toma providências quando há derramamento de sangue no setor rural do País. Então, é preciso que haja esse tipo de movimento, persistente, permanente, determinado, para que possa sensibilizar a Nação e o Governo em relação a essa questão, que necessita de uma decisão mais firme e mais ágil do Governo.

Por falar em conscientização, quero aqui – e o faço pela primeira vez – manifestar a minha impressão a respeito da novela de Benedito Rui Barbosa, que apresentou esse tema ao País, tendo Carlos Vereza interpretado o papel de um Senador, o Senador Caxias.

Acredito que essa novela foi muito importante para popularizar ainda mais a discussão sobre a reforma agrária, para mostrar à Nação, sobretudo, que aquele exemplo do Senador Caxias é seguido por muitos parlamentares do Congresso Nacional. Logicamente, seria bom que pelo menos a maioria tivesse esse compromisso com o social. Neste momento, o tema predominante é a reforma agrária, que a novela abordou, no meu entendimento, com isenção e com responsabilidade.

É importante também frisar que a questão do desarmamento do campo é importante para o País, mas não pode ser direcionado apenas para o Movimento dos Sem-Terra.

Preocupam-me muito as declarações dos fazendeiros e o incentivo dado pelos dirigentes da UDR para que as invasões pacíficas sejam reprimidas com violência. Preocupa-m sim, e o Governo tem que se antecipar a isso. O Governo tem que agir diante das ameaças, tem mesmo que abrir inquéritos, investigar.

Não defendo a invasão de terras produtivas, por exemplo, nem defendo a invasão com manifestada violência. Defendo o Movimento dos Sem-Terra, defendo até a invasão de terras não produtivas, mas, como já foi dito aqui, o Brasil tem muitas terras devolutas e muita gente querendo negociar as suas terras com o Governo para efeito de reforma agrária. Falta o Governo dedicar um pouco mais do seu orçamento para isso e ser mais ágil na desapropriação.

Gostaria de mencionar também, Sr. Presidente, nesta oportunidade, uma importante notícia que li, veiculada na imprensa recentemente, a respeito do Movimento dos Sem-Terra, que foi indicado – e vejam bem a importância que adquiriu o Movimento dos Sem-Terra no cenário político internacional – para receber o prêmio Rei Balduino, o maior conferido pelo Governo da Bélgica, escolhido por um júri internacional, por ser uma organização que luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo. O prêmio vai ser entregue ao Movimento dos Sem-Terra no dia 18 de março próximo, em Bruxelas. Está aí confirmada a importância desse Movimento no contexto internacional.

Por que o Governo o despreza? Por que o Ministro da Reforma Agrária se nega, resiste em negociar com o Movimento dos Sem-Terra determinadas questões? Raul Jungmann, pelo que conheço de sua história, não está sendo coerente. Sua posição atual não é coerente com a sua trajetória de vida e política. Por isso faço um apelo a S. Ex^a para que reveja a sua posição.

Ao concluir, Sr. Presidente, queremos falar do nosso orgulho de brasileiro ao ver o craque Ronaldinho ser agraciado por técnicos de 120 seleções nacionais como o melhor jogador de futebol do mundo. Isso nos enche de orgulho. Sou um admirador do futebol e, em pouco tempo, pela segunda vez, o Brasil obtém esse título. Em 1994, o jogador Romário foi agraciado com o título de melhor jogador do mundo.

Então, quero daqui, desta tribuna, felicitar o jogador Ronaldinho e dizer da nossa felicidade, do nosso orgulho de ter um craque com tão bom desempenho no futebol mundial.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Pois não, Senador Eduardo Suplicy, é com prazer que ouço V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy – Relativamente às observações de V. Ex^a sobre a audiência com o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, é muito importante o apelo que V. Ex^a faz para que o Ministro tenha uma atitude de diálogo com o Movimento dos Sem-Terra. É muito difícil que possa o Governo Fernando Henrique não apenas diagnosticar a gravidade do problema da estrutura agrária hoje, mas também resolvê-lo sem ter diálogo com todas as partes. São os trabalhadores rurais, os trabalhadores empregados nas fazendas e outros que têm relações de trabalho extremamente precárias, os diaristas, os trabalhadores bóias-frias, ou aqueles que foram, um dia, empregados com relações mais estáveis e de-

pois, simplesmente, tiveram dificuldades grandes, ou ainda aqueles que, tendo sido pequenos proprietários, foram perdendo as suas terras, enfim, são as mais diversas categorias de trabalhadores no campo que, não tendo condições de sobrevivência ou mesmo de conquistar um emprego mais estável, com razoável remuneração, foram se somando, tomando consciência e organizando aquele que hoje tem sido diagnosticado por alguns dos maiores economistas, sociólogos e mesmo por organizações internacionais como o mais importante movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. No próximo dia 18 de março, o Rei da Bélgica, Balduino, vai conceder ao Movimento dos Sem-Terra, em função da sua luta, um prêmio especial, um destaque internacional de reconhecimento pelo valor do que está sendo feito por ele. Ontem, por ocasião da audiência, Senador Sebastião Rocha, resolvi dar ao Ministro Raul Jungmann um exemplar do livro *Um Longo Caminho para a Liberdade*, de Nelson Mandela, na esperança de que o Ministro Raul Jungmann, ao ler a autobiografia de Mandela, possa refletir sobre tantas situações de impasse de um povo que, exatamente por não ter outra forma de se exprimir diante de tanta repressão e falta de liberdade, acabou realizando ações que, na época, eram tão condenadas pelo regime do **apartheid**. Por maior que fosse a dificuldade, Nelson Mandela sempre procurava dialogar com os seus adversários, e até inimigos. Ele tinha essa extraordinária capacidade, que o levou a conseguir uma extraordinária vitória, reconhecida, hoje, em função de ter alcançado a Presidência da República e estar realizando um processo de transformação democrática. Ontem, diante do gesto do Movimento dos Sem-Terra, de anunciar a sua saída, ocorrida à tarde, do edifício do Incra, o Ministro Raul Jungmann disse então que retomaria imediatamente pronto os trabalhos da comissão que está examinando a liberação de recursos para a aquisição da fábrica de fécula na região do Pontal do Paranapanema, e determinou que, na segunda-feira, essa comissão retome os trabalhos necessários para a tomada de decisão, do ponto de vista técnico, sobre como viabilizar a liberação de recursos. S. Ex^a inclusive mencionou que os Parlamentares que estavam lá poderiam acompanhar isso de perto. O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, de pronto, disse que acompanharia essa decisão. Espero que esse seja um passo na direção da boa vontade. O apelo que V. Ex^a faz, para que não haja atitudes de intransigência por parte das autoridades, mas atitudes de compreensão, e para que não ocor-

ra o rompimento do diálogo, e que o comportamento do Governo não seja caracterizado por bravatas, mas pela sensibilidade, tão importante para diagnosticar o problema e enfrentá-lo, é o caminho. Por isso me solidarizo com o pronunciamento de V. Ex^a, bem como com o cumprimento que faz ao jogador Ronaldinho, qualificado, com justiça, como o melhor jogador de futebol do mundo durante o ano de 1996. Realmente, as suas jogadas mesmo ali em campos de Espanha puderam ser acompanhadas por nós, brasileiros, pela televisão, e quando jogou aqui no Brasil ele confirmou a sua excepcional forma. Por isso, também me solidarizo com o cumprimento e a homenagem que V. Ex^a faz ao Ronaldinho. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A abordagem de V. Ex^a me faz lembrar um outro grande craque que tivemos, que passa por uma situação muito difícil: o Reinaldo. É lamentável o que houve com esse grande jogador do Atlético Mineiro e da Seleção Brasileira.

Concluindo, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o aparte do Senador Suplicy me fez lembrar também de uma expressão usada em Ourilândia do Norte, pelas pessoas da localidade, no sentido de que hoje, realmente, o Movimento dos Sem-Terra já não é só dos sem-terra, mas também dos sem-emprego.

Essa é a realidade brutal por que passa o País. Pessoas que antes viviam da agricultura, do garimpo ou de outras atividades – madeireira, às vezes -, hoje, sem emprego, se somam ao movimento, em busca de terra para a sua sobrevivência.

Eu gostaria de dizer também que, nos dois casos recentes de morte de trabalhadores rurais, tanto no Pará como no Paraná, ficou comprovado que o fato foi decorrente de emboscada, de tocaia; pistoleiros foram contratados para a execução desses trabalhadores.

Vimos, ontem, o relato do Padre Roque, diante do Ministro Raul Jungmann, sobre esse fato. No Pará, temos também a garantia de que o fazendeiro contratou pistoleiros para executar os sem-terra.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, gostaria de contar com a benevolência de V. Ex^a para ouvir o nosso mestre, Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Tendo em vista que o Senador Josaphat Marinho é muito conciso nos seus apartes, a Mesa vai permitir.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Inclusive, Sr. Presidente, encerrarei o meu pronunciamento com o aparte do Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador, eu queria apenas lembrar, já que V. Ex^a se referiu ao problema do desemprego, que ainda ontem os jornais publicavam que, só em São Paulo e no curso do mês de janeiro, as indústrias já demitiram 3 mil e 200 trabalhadores.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Muito obrigado.

O Sr. Josaphat Marinho – Veja V. Ex^a se essa média prosseguir. Enquanto isso, a pressa é a reeleição.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Muito obrigado ao Senador Josaphat Marinho e ao Presidente Nabor Júnior.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de me reportar ao assunto que me trouxe à tribuna, não posso deixar de fazer menção ao discurso do Senador Sebastião Rocha.

Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a não é ingênuo e não tem o direito de pensar que os outros Senadores o são. Vamos separar as coisas? Existe um movimento social, um problema social grave, que é a má distribuição da propriedade fundiária no Brasil. O Governo está dando passos no sentido de resolver o problema da reforma agrária, muito complexo e muito oneroso, assim como o Congresso, com a aprovação, recentemente, de várias leis. O problema está sendo encaminhado.

Porém, vamos separar as coisas: há os trabalhadores sem terra, de um lado, e o Movimento dos Sem-Terra de outro, que, inequívoca e inegavelmente, de forma transparente, é um movimento político radical de esquerda, que, a esta altura, é contra a privatização da Vale, é contra o neoliberalismo e é contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Não é um movimento social, não; é um movimento político-ideológico, que sonha, utopicamente, com a instauração de um Estado marxista-leninista no País.

É isto que ocorre tranquilamente, não sejamos ingênuos. Sou honesto, mas não sou tolo!

O Sr. Sebastião Rocha – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Concedo-lhe um aparte, com prazer.

O Sr. Sebastião Rocha – Esse é um tema muito polêmico, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não, não é polêmico não; o movimento é mesmo político! Não há polêmica, não há dúvida quanto a isso.

O Sr. Sebastião Rocha – Sabemos que o povo, em geral, precisa de líderes, e o Movimento dos Sem-Terra consegue aglutinar os líderes para coordenar aqueles que não têm terra, que não têm emprego, que não têm estudo, que não têm saúde, que não têm nada. Estes, se não forem liderados por alguém, jamais lutarão pelos seus direitos. Daí a importância dessa coordenação, que tem sim a sua conotação política, mas necessária, para conduzir aqueles que nada têm – nem informação, nem educação, nem saúde, nem terra, nem emprego, nem nada! Por isso, continuo garantindo que, sob o meu ponto de vista, o Movimento dos Sem-Terra é importante e tem uma amplitude social muito grande para o nosso País.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ai do Governo se se acovardar diante da chantagem dessas lideranças, que não querem solução nenhuma!

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Suplicy, concedo-lhe um aparte com todo prazer, mas peço a V. Ex^a que seja breve, porque pretendo tratar de outro assunto.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a introduziu com tal força esse tema, que é tão interessante, que me sinto na obrigação de partilhar da sua reflexão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Fico indignado quando me tomam por ingênuo, Senador Suplicy, e eu não o sou!

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a não é absolutamente ingênuo; ao contrário, sabe muito bem das coisas e exercita, com extraordinária acuidade, seriedade, ganhando o respeito de todos, o seu mandato de Senador. V. Ex^a demonstra uma formação que compreende o mais largo espectro político. E, pelo que aqui pude conhecer até hoje, certamente V. Ex^a leu Marx, Lênin e conhece Che Guevara.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Minha origem é de esquerda, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a hoje está num partido socialdemocrata e trata de todos os aspectos de luta pela democracia, pela cidadania. V. Ex^a,

como um Senador, representante do povo, sabe como é importante tratar dos mais variados assuntos sobre a questão da terra ou do que hoje tanto incomoda e chama a atenção das energias da Presidência da República, que é a reeleição. Senador Jefferson Péres, avalia V. Ex^a que os trabalhadores que pertencem ao Movimento dos Sem-Terras só podem tratar da questão da terra ou são eles cidadãos brasileiros, que podem se incomodar, assim como V. Ex^a, com a questão da democracia ou da reeleição?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ingressem em partidos políticos para isso! Existem Casas Legislativas e partidos políticos para essa finalidade.

O Sr. Eduardo Suplicy – Mas por que eles não podem opinar como cidadãos?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não são os cidadãos, é o movimento. Não são os trabalhadores sem-terra. Esses são cidadãos e podem opinar.

Trata-se de um movimento político, caracterizadamente político, cujo objetivo é desestabilizar o Governo. O Governo não pode ceder à chantagem de invasão de prédios públicos.

Nunca iremos concordar com isso. Gosto muito de concordar com V. Ex^a, mas, neste ponto, nunca chegaremos a um acordo!

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Jefferson Péres, saudavelmente, não me importo em divergir de V. Ex^a. Creio que isso é importante. Porém, eu gostaria de ponderar em relação àqueles que estão dizendo que o Movimento dos Sem-Terra não pode tratar de outro assunto que não seja a questão da terra. Imagine um movimento que tem a finalidade de organizar os trabalhadores sobre a questão da terra estar agora opinando sobre outros assuntos, como se não fosse próprio de trabalhadores tratar de outros assuntos! Como se isso fosse privilégio apenas de quem ocupa a Presidência, uma senatoria ou a Câmara dos Deputados. Por que somente alguns cidadãos podem tratar desses assuntos e outros não? Não há nenhum dispositivo na Constituição brasileira que determine a filiação de um cidadão a um partido político para que ele possa manifestar-se sobre reeleição ou sobre a Vale do Rio Doce. Não há obrigação, Senador Jefferson Péres, não há proibição constitucional a qualquer cidadão pelo fato de pertencer a um movimento. Pode ser qualquer um: sindicato, igreja ou Assembléia de Deus. E será que essa pessoa, por pertencer a essa ou àquela igreja, não poderia estar refletindo sobre a conveniência da privatização da Vale do Rio Doce ou da reeleição? Essa é a ponderação que faço com o maior respeito e amizade a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Eduardo Suplicy, se o Movimento dos Sem-Terra fosse dirigido por correligionários meus, do PSDB, e quisessem fazer um movimento pró-reeleição, eu seria o primeiro a pedir: "Não misturem as coisas, tratem da terra e deixem a reeleição para outros segmentos sociais".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, em política, as versões e interpretações tendem a ter mais impacto do que os fatos e as boas intenções. E, hoje, o impasse nas negociações em torno da reeleição suscita na opinião pública a suspeita de que as grandes decisões nacionais venham a ser adiadas, descaracterizadas e apequenadas pela sãha de interesses subalternos e de projetos pessoais.

A meu ver, esse clima adverso à credibilidade das instituições e dos atores políticos já está provocando uma saudável reação dos homens públicos, cientes das responsabilidades e dos riscos da hora presente. Assim, em muitos partidos políticos, inclusive de Oposição, cresce a idéia da consulta popular, sob a forma de plebiscito ou referendo, como alternativa capaz de desatar o nó da reeleição. Liderado por figuras das mais expressivas, como o Deputado e ex-Senador, ex-Ministro e ex-Governador Franco Montoro, um dos quadros políticos mais respeitados deste País, esse movimento, como disse, não pára de receber adesões de parlamentares de todos os partidos na Câmara e no Senado.

Como já fiz antes, reitero o meu apoio a essa proposta, e, como exige o senso de responsabilidade política e honestidade intelectual, convido os Srs. Senadores a uma serena reflexão sobre as objeções comumente levantadas contra a consulta popular direta no caso da reeleição.

A primeira dessas objeções, de ordem institucional, enfatiza os perigos de a prática plebiscitária se tornar rotineira, solapando os próprios fundamentos da democracia representativa. A isso eu responderia com judiciosos argumentos de Norberto Bobbio, hoje uma das mais cintilantes estrelas do mundo acadêmico no campo da Ciência Política. Segundo Bobbio, o avanço da consciência democrática contemporânea é caracterizada pela articulação cada vez mais íntima e harmoniosa entre os institutos da democracia representativa e da chamada democracia direta. Na verdade, a onipresença, a rapidez e sofisticação dos meios de comunicação tendem, cada vez mais, a anular o diferencial de conhecimento e informação que antes justificava a delegação de todas as decisões importantes da comunidade a uma reduzida camada de representantes elei-

tos. Esse, aliás, é o "mote" de um interessante estudo na edição de Natal e Ano Novo do semanário **The Economist**, de Londres, cuja leitura eu recomendaria a todos os meus Colegas de Senado.

Cumpra acrescentar que a nossa Constituição de 1988 reconhece a legitimidade de mecanismos como a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo em questões de magno interesse nacional, a exemplo da consulta que tivemos em 1993 sobre forma e sistema de governo. Diante do impasse atual que ameaça paralisar o processo decisório, com graves riscos para os interesses nacionais, penso que deve caber ao povo a palavra final sobre a reeleição.

A segunda objeção de natureza política é frequentemente agitada por aliados do Governo Fernando Henrique, temerosos de que as campanhas de mobilização e esclarecimento, prévias à realização da consulta, forneçam um palanque eletrônico diário aos adversários do seu Governo. A oposição, de acordo com esse raciocínio, ocuparia o horário gratuito no rádio e na TV para sublinhar deficiências e insucessos na condução das políticas públicas da Administração Federal e o sucesso do Plano Real seria empanado por essa avalanche de críticas e denúncias.

Sinceramente, não posso concordar com essa posição que, além de oportunística, me parece também infundada. O Plano Real tem mais de dois anos e, durante esse tempo, sondagens de opinião conduzidas nacionalmente por institutos idôneos confirmaram a linha ascendente da popularidade do Presidente da República e de sua administração. A população que o elegeu foi capaz de aprender com os erros do passado recente e sabe que o Presidente não é santo milagreiro e que ninguém, sozinho e em pouco tempo, dará solução integral e definitiva a distorções e injustiças que se acumulam, em muitos casos, há séculos. Importante mesmo é o apoio que confere legitimidade a uma diretriz geral de Governo e a um processo de reforma dividido em várias etapas. E esse apoio o Presidente Fernando Henrique parece ter de sobra. Daí, justamente, as manifestações de muitos de seus opositores.

E mais: estou convencido de que os debates públicos com a oposição darão ao Presidente – professor, conferencista e tribuno de reconhecida habilidade – a chance de esclarecer o povo quanto aos aspectos essenciais das propostas de reforma tributária, previdenciária e administrativa ainda hoje mal compreendidos e assimilados, o que pode até mesmo explicar as resistências, incertezas e hesitações que têm emperrado sua tramitação no Legislativo.

Por último, quero rebater as objeções de ordem econômica ao desencadeamento de um debate nacional com vistas à consulta popular. Autoridades, técnicos do Governo e líderes empresariais temem que isso venha a paralisar o País, inibindo investimentos domésticos e externos, provocando incertezas no mercado financeiro e desviando as atenções e energias dos **policy-makers**, dos homens de negócios e dos trabalhadores, de suas obrigações e deveres para uma estéril discussão política.

A experiência dos anos recentes já deveria ter ensinado a todos que nada é pior para os negócios do que o prolongamento indefinido dos impasses políticos. Os consultores em administração de empresa não se cansam de repetir em seus livros e palestras que o enfrentamento destemido das crises é o caminho para o sucesso.

De mais a mais, os variados indicadores de retomada do crescimento, a criatividade comprovada de nossos pequenos, grandes e microempresários, a inventividade do trabalhador brasileiro e as imensas potencialidades da economia são garantias mais do que suficientes de que o Brasil seguirá em frente qualquer que seja o desfecho da consulta que defendemos.

A proposta de plebiscito ou referendo surge precisamente para minimizar os custos econômicos, políticos, sociais e éticos da decisão nacional sobre um tema que, independentemente da vontade e dos desejos deste ou daquele, capturou a agenda das discussões públicas e dela não sairá até que receba uma solução condizente com a vontade popular.

Sr. Presidente, para mim tanto faz que a fórmula seja a do plebiscito ou a do referendo. Objetar-se, quanto ao plebiscito, a idéia, a meu ver esdrúxula, de que não teria força mandatória.

O eminente Deputado Almino Affonso, meu correligionário e conterrâneo do Amazonas – ora integra a representação de São Paulo – é autor de um excelente projeto que dispõe sobre a regulamentação da consulta popular. Num impresso recém-editado, contesta esse temor de que o plebiscito não teria força mandatória com o seguinte argumento, a meu ver, de uma força que não admite contestações. Diz S. Ex^a :

"Não faltam os que, de maneira apresada, considerem o plebiscito uma desnecessidade, tendo em vista que – segundo pensam – sua decisão não obrigaria o Congresso Nacional a cumpri-lo. Quando muito, valeria como um indicador político da vontade popular, que os parlamentares acatariam

ou não. O absurdo é evidente. De fato, se fosse assim, bastaria uma pesquisa de opinião pública, seguramente menos dispendiosa e menos frustrante para o povo. Na verdade, plebiscito e referendo – na doutrina e no Direito Comparado – são institutos cujos alcances variam de país a país, na simples conceituação e na normatização jurídica.

Seguindo essa linha de pensamento, sustento que o plebiscito é a consulta que se formula ao povo, em casos de relevância nacional, sobre matéria legislativa, constitucional ou administrativa, antes que as medidas respectivas sejam adotadas, cuja resposta dada nas umas tem força decisória."

Do contrário, não faria nenhum sentido que o Congresso Nacional – e só o Congresso pode fazê-lo – convocasse um plebiscito, atribuindo-se a faculdade de cumprir ou não a decisão do povo. Evidentemente, o Congresso, ao convocar a população para se manifestar, previamente estaria assumindo o compromisso de cumprir essa vontade.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Concedo-lhe o aparte com muito prazer, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Jefferson Péres, em primeiro lugar, quero declarar que estou de acordo com V. Ex^a no que diz respeito à conveniência da consulta ao povo. Mas, diversamente do seu pensamento, distingo a oportunidade ou a conveniência entre o plebiscito e o referendo. Tenho a impressão de que o plebiscito limita a competência do Congresso, por assim dizer, subverte-a. Temos, pela Constituição, o poder de emendá-la para dar ou não dar a reeleição. Essa é uma competência do Congresso. O Congresso deve exercê-la. Se ao invés de exercê-la o Congresso previamente apela para o plebiscito, primeiro está fugindo à responsabilidade de decidir; em segundo lugar, está criando uma restrição à sua competência. Se a Constituição permite também o referendo, parece-me que o correto será esse caminho. O Poder Legislativo decide, isto é, assume a responsabilidade de opinar, cumpre a competência que a Constituição lhe dá e pede ao povo que diga se está ou não de acordo. Essa fórmula parece muito mais lógica, muito mais compatível com o mecanismo do regime. Ninguém abdica de competência e ninguém deixa de auscultar a opinião coletiva, sobretudo porque não há pressa, urgência, na decisão da matéria, já

que a eleição só se dará no fim do ano de 1998. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ilustre Senador, pediria a benevolência de V. Ex^a, já que a sessão está vazia e o tempo não é premente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa dará a V. Ex^a mais cinco minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Josaphat Marinho, em grande parte concordo com V. Ex^a. Não há dúvida de que o Congresso tem poder legal e legitimidade para aprovar ou não a reeleição, mas consideremos os seguintes aspectos, Senador: a questão é altamente polêmica, em primeiro lugar; segundo, será a quebra de uma tradição republicana – não é cláusula pétrea, mas é uma tradição republicana, porque nunca houve reeleição, salvo em casos excepcionais, como no Rio Grande do Sul, de Borges Medeiros, e vimos no que deu –, e, terceiro, tem um componente de casuísmo se valer para os atuais mandatários. Creio que o Congresso aprovar a reeleição e já assegurar aos atuais detentores do Poder Executivo o direito de se candidatarem tem um inegável componente casuístico.

Nesse caso, por que não transferir a decisão para a fonte única de poder, da qual derivamos, para decidir sobre isso? Creio que o pecado original do casuísmo estaria lavado pelas águas lustrais da manifestação popular.

O Sr. Josaphat Marinho – Aquiesço das suas ponderações, em princípio, mas me permita dizer-lhe que, primeiro, o Congresso pode, originariamente, recusar a decisão. Em segundo lugar, o Congresso pode votar a reeleição, proibindo-a para os atuais ocupantes do Poder, e o casuísmo não prevaleceria.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim, mas, nesse caso, por que o Congresso, então, não usa a Emenda Miro Teixeira? No caso de se aprovar a reeleição, submeter o direito de concorrer dos atuais ocupantes, isto sim, à consulta popular?

Por que negar isso, nobre Senador Josaphat Marinho, aos atuais ocupantes do Poder? E repito o que já disse aqui, estou legislando contra mim mesmo, porque, caso seja candidato ao Governo do Amazonas, irei enfrentar o atual Governador. Se me movesse por interesse pessoal, casuisticamente, seria contra a reeleição, porque no caso do Amazonas ela me prejudica.

Considero um casuísmo o Congresso Nacional aprovar a reeleição para os atuais ocupantes do Poder, mas por que negar a eles, nobre Senador?

O Sr. Josaphat Marinho – Não quero perturbá-lo, pois seu tempo é curto. Em primeiro lugar, não aprecio a emenda que se discute na Câmara e nem as variantes em torno dela. Em segundo lugar, poderia negar a reeleição, porque é como V. Ex^a disse: permiti-la aos atuais ocupantes é casuísmo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas, se o povo se manifestar a favor, por que negaríamos aos ocupantes esse direito, respaldados pela manifestação popular, nobre Senador Josaphat Marinho? Sejam os democratas.

O Sr. Josaphat Marinho – É tão cintilante a sua presença na tribuna, que me animo, ainda, a interrompê-lo. O problema é que o povo não está devidamente informado para discutir, em forma originária, esse problema. Temos que examinar isso tendo em vista as peculiaridades do Brasil. O conjunto do povo ainda não está devidamente politizado. Só nos grandes centros isso se opera, mas ao longo do interior do País isso não se verifica. Então, devemos primeiro decidir, para que depois, então, o povo, esclarecido quanto possível pelas próprias discussões em torno da matéria, possa opinar.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Olhe que esse seu raciocínio é perigoso. Acabará como o Pelé: "O povo não sabe votar".

O Sr. Josaphat Marinho – Não estou dizendo que o povo não sabe votar, estou apenas acentuando que o povo não está devidamente esclarecido para a apreciação desses problemas políticos que envolvem matéria de Sociologia e de caráter técnico.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas haveria uma campanha de um mês, na televisão, com tempos iguais para os dois lados.

O Sr. Josaphat Marinho – Eminente colega, quem vai usar a televisão, quem vai fazer dela privilégio é o Governo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não. Na campanha para o plebiscito seriam tempos iguais para os favoráveis e os contrários à reeleição.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V.Ex^a um aparte, nobre Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Cedo-lhe o aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Jefferson Péres, quero, neste aparte, dizer que estou de pleno acordo com V.Ex^a. Avalio que as suas ponderações e recomendações são corretas. A consulta popular seria a maneira de dirimir dúvidas sobre essa questão e faria com que o povo pudesse ser inteiramente esclarecido, inclusive sobre os procedimentos que hoje estão a desgastar o Palácio do Governo, em

função deste só estar pensando nisso, coordenando esforços, procurando beneficiar este ou aquele interesse de Parlamentares ou de Partidos políticos, para conseguir a meta da aprovação da reeleição, por métodos que acabarão sendo, inclusive, objeto do esclarecimento de debate político por ocasião da campanha do referendo, se for esse o caminho a ser adotado. Avalio que, uma vez que a Constituição prevê tanto o referendo quanto o plebiscito, ambos são igualmente legítimos. Poderá haver vantagens de um e desvantagens de outro. Pessoalmente, tenho preferência pelo plebiscito, porque estaria a campanha de esclarecimento se realizando de forma diferente do que a que estamos vendo atualmente, quase que de forma unilateral, com os Institutos do PSDB e do PFL a realizar campanhas caras, com o ponto de vista a favor da reeleição e sem que haja o debate com igualdade de condições para ambos os lados. Ou o plebiscito, ou o referendo. Também apóio a idéia do referendo, não com o sentido tal como o Deputado Miro Teixeira tentou convencer a alguns, de que votássemos a favor desde que pudesse haver o referendo. Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos convencidos de que não é saudável para a democracia a introdução do princípio da reeleição, mas admitimos e consideramos que só a consulta popular é que poderá dar legitimidade a essa questão, inclusive se convém ou não o direito de reeleição; se convém ou não o direito de reeleição para cada um dos níveis – prefeitos, governadores e presidente -; se convém ou não a desincompatibilização de mandato de quem esteja no Poder ou para os atuais mandantes de governo. Nesse caso, apóio inteiramente a reflexão de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não há discrepância, neste particular, entre nós, Senador Eduardo Suplicy.

Encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância que teve para comigo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente reporto-me ao excelente pronunciamento proferido pelo eminente Senador Jefferson Péres, em apreciação às palavras aqui expendidas pelo Senador Sebastião Rocha.

Existem, efetivamente, em nosso País, dois movimentos dos sem-terra. O primeiro é o social, o qual todos aplaudimos e abraçamos a sua causa. Inclusive o Presidente da República, através de seus diversos órgãos, tem dado todo apoio na questão dos assentamento dos sem-terra para minimizar o grave desemprego que campeia nosso País. Tanto o Presidente como o Congresso Nacional têm dado mostras suficientes de suas preocupações com esse problema. O Governo Federal, criando o Ministério da Reforma Agrária e enviando as Mensagens aqui aplaudidas e ratificadas pelo Poder Legislativo, tais como o rito sumário para as desapropriações, a sobretaxação das terras improdutivas e outras matérias que estão a tramitar no âmbito do Senado Federal. Mas existe um outro movimento, de cunho inteiramente político e ideológico, que foi bem frisado aqui pelo Senador Jefferson Péres, que soube dissociar, com a sua alta percepção das coisas, o movimento de desestabilização do Governo, de subversão da ordem. Isso está a acontecer em nosso País.

Gostaria de chamar a atenção dos nobres Pares desta Casa, no sentido de tomarmos uma providência, já que o Senado não pode fazê-lo, a não ser chamar a atenção para isso, temos que manifestar a nossa apreensão com o que poderá acontecer em nosso País.

Em todos os Estados da Federação, o movimento, esse de cunho ideológico, está se avolumando de maneira que poderá se tornar insustentável. Existe uma certa arrogância por parte de alguns líderes do Movimento dos Sem-Terra. Li nos jornais de hoje a notícia de que o Sr. José Rainha está enfrentando o Ministro Raul Jungmann: "A cada pronunciamento do Ministro Jungmann, nós invadiremos uma outra propriedade, ou uma outra dependência dos órgãos federais do Incra". E tivemos a ocupação do Incra, em Cuiabá, e na semana passada no de Natal e no de São Paulo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com relação ao meu Estado, estou muito apreensivo. E a ele anexo o sul do Estado do Pará, onde esteve uma delegação de Senadores. O movimento é de uma tensão muito grande. No Estado do Pará mais de cem propriedades estão invadidas, e no Estado de Tocantins a cada semana se processam novas invasões. O que se observa, Sr. Presidente, é que muitos desses invasores hoje são egressos, são os sem-terra ex-com-terra, que já tiveram suas propriedades e as venderam e agora estão invadindo novas propriedades para vendê-las. Isto existe e não podemos fechar os olhos para esta questão, aliás, muito bem aqui frisada pelo Senador Jefferson Péres.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo-o com muito prazer, eminente Senador.

O Sr. Edison Lobão – Senador Carlos Patrocínio, as preocupações que assaltam V. Ex^a e também ao Senador Jefferson Péres são as mesmas que me atormentam. Mas não posso deixar de dizer que o Governo Federal é um pouco culpado por isso, na medida em que se omite no sentido de uma ação repressiva, real a esses abusos que estão ocorrendo no País. Ora, o Governo confia ou não confia na reforma agrária que ele próprio está procedendo. E está procedendo! O Governo está desapropriando grandes faixas de terra neste País e está fazendo um esforço dramático para promover a reforma agrária com a distribuição de títulos de terra e até alguma ajuda aos trabalhadores sem terra. Ora, à medida que faz isso deve, por outro lado, impedir os abusos que estão levando a desordem ao campo. Se continuar assim, com esta agressividade de alguns sem-terra, aqueles que fazem o movimento pela ideologia, a que se refere V. Ex^a, dentro de muito pouco tempo vamos ter a agricultura completamente desorganizada neste País. As invasões que se processam em São Paulo, a todo instante, são verdadeiramente abusivas, inconcebíveis. São Paulo é um Estado totalmente cultivado, não são terras improdutivas, ao contrário, são terras altamente produtivas. E o Governo assiste a tudo aquilo, contemporizando. Não vale. Quero, novamente, dar o exemplo do que aconteceu no meu Estado: quando assumi o Governo, havia 140 conflitos de terra. Pacientemente, fomos negociando com os proprietários, com os invasores. Quando saí, já não tínhamos mais do que 30 ou 40 conflitos. Mas ao tempo, me propus, pessoalmente, fazer as negociações. Fiz uma determinação de Governo à Secretaria de Segurança do Estado no sentido de que nenhuma invasão mais se procederia no Estado do Maranhão. E não ocorreu porque o Governo não admitiu. Depois de um certo tempo, os próprios invasores se deram conta de que o Governo estava falando para valer e não invadiram mais. Então, a autoridade precisa ser exercida. Governo que não tem autoridade, não governa. O Governo não precisa ser truculento, não precisa ser violento, precisa ter autoridade. No instante em que o Governo perde a autoridade, as ruas começam a governar, e estas não sabem governar. Quando D. Pedro II perdeu a autoridade, ele recebeu no seu Palácio um major que lhe foi dar conhecimento de que ele já não era mais Imperador no Brasil. É preci-

so que o governante tenha consciência disso: se está procedendo bem em benefício do Estado – e o Presidente Fernando Henrique está procedendo bem – então, ele precisa manter a sua posição e a sua autoridade. Não é possível que a ideologia seja capaz de tisonar o processo de reforma agrária que se realiza neste País. Cumprimentos a V. Ex^a e ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço o aparte do eminente Senador Edison Lobão, que fala de cátedra, porque já governou um Estado onde existem problemas fundiários, e V. Ex^a se houve muito bem na condução do seu Estado, conforme frisa aqui. Sei perfeitamente que após V. Ex^a deixar o Governo daquele Estado novos conflitos apareceram com mortes altamente lamentadas aqui, no âmbito do Senado Federal e em todo o País. E é isso que estamos exatamente querendo evitar, eminente Senador Edison Lobão. Estamos lendo nos jornais que a UDR está se armando, já está chamando. Está previsto, a olhos vistos, um conflito onde haverá derramamento de sangue. Porque, conforme eu já disse, muitos que estão invadindo foram aqueles que já tiveram terras e muitos dos proprietários, hoje, eram ex-sem-terras que, com paciência, construíram o seu pedaço de torrão, progrediram na vida e hoje têm as suas fazendas invadidas por esse Movimento que tem uma conotação que está saltando aos olhos de todos, que é uma conotação ideológica.

A idéia da reeleição é muito importante e a temos aplaudido, mas penso, como V. Ex^a, que todo o governante, principalmente o que pretende ser reeleito, tem que exercer a sua autoridade, tem que fazer vigorar a ordem neste País, respeitando e fazendo cumprir os ditames da lei e da Constituição.

O Sr. Ademir Andrade – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo, com muito prazer, o aparte ao eminente Senador Ademir Andrade, que fez parte da comissão que foi ao sul do Pará, talvez uma das regiões mais perigosas e onde o barril de pólvora está inserido.

O Sr. Ademir Andrade – Nobre Senador Carlos Patrocínio, numa coisa concordo com V. Ex^a e com o Senador Edison Lobão: o Governo é, na verdade, o grande responsável pelas invasões e pelas mortes, porque nunca se antecipa ao problema. Gostaria de perguntar a V. Ex^as se conhecem algum caso, nesses últimos 20 anos, neste nosso Brasil, em que o Governo brasileiro, seja o de Fernando Henrique ou dos que o antecederam, tenha pego uma terra desembaraçada, livre de qualquer proble-

ma e colocado nela pessoas que desejavam terra. Não conheço. Lido com a questão da terra há 20 anos no meu Estado e praticamente estou na vida política por me inconformar com essa má distribuição de terra e com ações do Governo, como no caso da Eletronorte, e ao longo de 20 anos nunca vi o Governo desapropriar uma terra livre para assentar trabalhadores rurais. O Governo só desapropria terra depois que os trabalhadores a ocupam, invadem, se assentam, trabalham, enfrentam a Polícia, a pistolagem. Aí o Governo vem e resolve o problema, desapropriar a terra e legaliza a situação do ocupante. Portanto, o Movimento Sem-Terra tem toda razão, Senador. Não pode ser condenado conscientemente por nenhum de nós, porque se V. Ex^a me provasse que em algum instante foi possível ficar esperando à beira de acampamentos, ou foi possível se registrar pessoa que necessita de terra em sindicato – já disse aqui e repito, lá no sul do Pará são 36 municípios e V. Ex^a pode visitar qualquer um dos sindicatos de trabalhadores rurais desses municípios e não encontrará em nenhum deles lista com menos de mil famílias esperando a oportunidade de ter a sua terra. Essas famílias que buscam o caminho da legalidade, da paz, para conseguir os seus direitos, nunca conseguiram ser ouvidas pelo Governo. Então, cansadas de tanto esperar, invadem a terra. E às vezes até morrem; às vezes até matam. Por isso, não podemos, em hipótese alguma, nos basear na excepcionalidade de um caso ou outro de alguém que, por uma necessidade qualquer, tenha vendido a sua terra e que agora precise novamente dela. Essa não é a regra. O Brasil já foi um País agrícola; o Brasil já teve 70% da sua população na área rural e 30% na urbana. Hoje a situação se inverteu, Senador. Então, vamos ver de quem é a responsabilidade. Gostaria que V. Ex^a me respondesse, gostaria de ouvir do Senador Edison Lobão, que já foi governador, se ele conhece algum caso na nossa região em que o Governo tenha dado terra a quem não tinha terra. Eu não conheço, só vi até hoje regularizações. Inclusive, as cem mil famílias que o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que assentou não foram assentadas por Sua Excelência; foram elas que se assentaram, Sua Excelência apenas promoveu a regularização dos assentamentos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Eminente Senador Ademir Andrade, evidentemente que também vemos muita culpa no Governo, ou nos governos passados. Há morosidade e, até certo ponto, V. Ex^a tem razão: normalmente o Governo assenta onde há conflitos, onde já há invasões. Mas conheço um

caso, o do Núcleo Colonial Bernardo Sayão, no meu Estado. As melhores terras do Estado foram escolhidas para assentamentos e formou-se o Núcleo Colonial Bernardo Sayão.

O Sr. Ademir Andrade – Quando foi isso, Senador?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Quando cheguei no Estado do Tocantins, há 27 anos, existia esse Núcleo Colonial Bernardo Sayão, que hoje, eminente Senador, voltou a ser um latifúndio; todos venderam as suas mini-propriedades e não sei se hoje fazem parte do Movimento dos Sem-Terra os descendentes desse núcleo colonial.

O que é verdade, eminente Senador, é que nós, enquanto Senadores, enquanto representantes dos nossos Estados, do nosso povo, estamos perfeitamente de acordo com o Movimento dos Sem-Terra, movimento social que existe e que tem que ter o amparo de todas as autoridades deste País. Entretanto, abominamos e rejeitamos ter que aceitar esse movimento de pessoas que querem enfrentar as instituições, que querem, afinal de contas, enfrentar o Governo.

O Sr. Edison Lobão – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Pois não. Ouço o aparte do nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão – É apenas para atender ao pregão do nosso estimado companheiro, Senador Ademir Andrade, e dizer a S. Exª o seguinte: ainda voltando – e a mim custa dizer isto – ao Governo do Estado, desapropriei várias áreas de terras sem nenhuma pressão de trabalhador rural e distribuí 25 mil títulos de terra no Estado do Maranhão. Nenhum governante no Estado fez isto. Aliás, todos os Governadores do Maranhão, somados ao longo da história, distribuíram 17 mil títulos de terra; eu, sozinho, distribuí 25 mil títulos de terra. Mas chegou a um ponto em que passei a fazer a distribuição de títulos coletivos, exatamente para impedir que as pessoas beneficiárias transferissem o seu quinhão de terra para outro, que era o que estava acontecendo em grande escala. Mas posso também dizer a V. Exª que quando o Presidente Figueiredo deixou o Governo, entregou ao Presidente José Sarney um milhão de hectares de terras desapropriadas para a reforma agrária. O Presidente José Sarney desapropriou mais alguns milhões de hectares e deixou para o Presidente que o sucedeu. O Presidente Fernando Henrique Cardoso também já desapropriou outro tanto. Temos cerca de três milhões de hectares de terra à disposição do Incra para fazer a reforma

agrária. Mas o Senador Ademir Andrade tem também razão quando diz que de um modo geral isto é verdadeiro. De um modo geral, o Governo desapropriou as terras que já estão invadidas, depois do conflito etc., quando deveria se antecipar – isto é verdadeiro. Mas o que sustento é que se o Governo confia no seu método de realização da reforma agrária, precisa, por outro lado, impedir os movimentos típicos de agitação, aqueles que são, como ressalta V. Exª, de caráter social, são justificáveis, até se compreende. Senador Ademir Andrade, lembro-me do que foi a chegada ao Brasil, em 1991, do Papa João Paulo. Uma parte considerável da Igreja desejava que Sua Santidade fizesse uma declaração azeda a respeito de reforma agrária, desapropriação, invasão. O Papa desembarcou no Brasil fazendo um discurso em que dizia: "invasão de propriedade, de terras, não! A nenhum pretexto". Essa foi a declaração enfática do Papa. Temos que levar em consideração pensamentos como esse, sob pena de termos um País em desordem, e em desordem ninguém governa coisa alguma.

O Sr. Ademir Andrade – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Exª apenas mais uma breve intervenção?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo a palavra a V. Exª.

O Sr. Ademir Andrade – Senador Carlos Patrocínio, no meu Estado, os proprietários estão querendo ser desapropriados, e V. Exª é testemunha disso, Senador Edison Lobão. O Grupo do Expresso Açailândia, do seu Estado, veio ao Senado Federal, conversou com o Presidente José Sarney, deve ter conversado com V. Exª, conversou comigo, trazendo proposta para desapropriar cinco grandes fazendas que possuem. Como eles, há centenas de latifundiários que sabem que hoje não podem mais manter as suas imensas propriedades, porque o que estão gastando com segurança é mais do que ganham. Querem ser desapropriados, estão pedindo para ser desapropriados, e nem isso o Governo escuta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Eminente Senador Ademir Andrade, isso é verdade; quase todo proprietário rural está querendo ser desapropriado. Hoje, o único comprador de terra no Brasil é o Incra, o Governo Federal. E isso graças ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, que instituíram esse imposto sobre terra improdutiva e o rito sumário para desapropriação. Hoje não se vende terra no País, porque todos temem invasões, o que não é bom para o Brasil.

O Sr. Jefferson Péres – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Se o Presidente me permitir, concedo o aparte a V. Ex^a, com muito prazer, eminente Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Carlos Patrocínio, repetindo, de certa forma, o que já disse na tribuna, é preciso distinguir entre o problema dos trabalhadores sem terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de cunho político-ideológico, que visa à desestabilização do Governo e à conquista do Poder por meios violentos, e disso não tenho dúvida. Talvez o Governo pudesse ter feito muito mais do que fez; mas já fez muito. O Governo tem limitações. Nenhum governo neste País, mesmo que estivesse no Poder um Partido de esquerda – PT, PSB ou qualquer outro –, teria resolvido o problema fundiário no Brasil em dois anos. Não há mágica para isso. Há custos temporais, problemas jurídicos e custos financeiros enormes. O Governo restabeleceu, restaurou, ressuscitou o Ministério da Reforma Agrária. Nomeou para esse Ministério um homem de esquerda. Quem pode dizer que o Sr. Raul Jungmann está a serviço de latifundiários? Quem, de boa-fé, pode afirmar isso, Senador, e negar boa vontade ao Sr. Jungmann? Nem o Senador Ademir Andrade diria isso.

O Sr. Ademir Andrade – O Ministro não pode fazer milagre sem dinheiro, Senador.

O Sr. Jefferson Péres – Sim; e de onde vem o dinheiro, Senador? O Brasil tem um déficit público imenso, Senador; iria ser a matriz da crise brasileira. Só há dinheiro se o Governo emitir-lo e, nesse caso, volta a inflação de 40% ao mês, o que não resolveria o problema. Mas, Senador Carlos Patrocínio, temos que aprender com as lições da história. A história não se repete, a não ser como farsa, como dizia Marx, mas é preciso não esquecê-la de todo, para tirar ensinamentos para o presente e para o futuro. O que aconteceu no Chile em 1972? Estava no Poder Salvador Allende, do Partido Socialista Chileno, um Partido Socialista não somente no rótulo, mas também no conteúdo. Allende queria implantar uma estrutura socialista no Chile, democraticamente, dentro da lei. No entanto, grupos radicais de ultra-esquerda, Senador Carlos Patrocínio, começaram a invadir terras, desbragadamente. Salvador Allende, por fraqueza ou por escrúpulo de esquerdista, que confundia autoritarismo com autoridade, que são coisas diferentes, não reprimiu esse movimento, Senador Carlos Patrocínio. O resultado, Senador Edison Lobão, foi a desorganização da produção agrícola no Chile, com crise de alimentos na cidade; as donas-de-casa saíram às ruas com o movimento das pane-

las vazias. Criou-se o clima para o golpe de Pinochet, em 1973, que derrubou o próprio Allende. Na verdade, a fraqueza de Allende na repressão desse movimento derrubou os alicerces do seu próprio governo; ele cavou a sua própria sepultura. O que lá isso não se repita, Senador.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. Ex^a chama a nossa atenção, com muita propriedade, estudioso que é da história mundial, alertando para isso que poderá também ocorrer em nosso País se não houver a decisão do Governo Federal, o pulso para impedir esses movimentos de conotação meramente ideológica.

A Sr^a Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Se me permitir o eminente Presidente, gostaria de conceder o aparte à Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Peço a V. Ex^a e aos apartes que sejam breves, pois seu tempo já foi ultrapassado em quatro minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva – Senador Carlos Patrocínio, vou me ater a algumas indagações, pois deve ser um esforço de todos nós tentar contribuir com a questão da reforma agrária. Em primeiro lugar, o Senador Ademir Andrade tem toda razão; na questão agrária, o Governo tem uma posição muito parecida com a sua política de saúde, nunca agindo preventivamente; só age quando já é caso de uma medicação pesada, de internação, quando o paciente já está com pneumonia. O caso das invasões, das ocupações, é um fato dessa natureza. Fiquei muito entristecida porque vi pessoas fazendo um esforço, e V. Ex^a citou um exemplo de 27 anos atrás. Eu também poderia citar um exemplo de muito tempo atrás, no meu Estado, na época do Governador Mesquita, na ditadura, quando ele fez alguns assentamentos. O Senador Edison Lobão falou de uma atitude do seu governo estadual como um exemplo. Mas são pouquíssimos os exemplos no universo das necessidades deste País com respeito à democratização da terra. O Senador Jefferson Péres colocou o problema do Chile, que espero seja apenas um exemplo histórico, sem nenhuma idéia de comparação entre Salvador Allende e o Governo Fernando Henrique Cardoso. Em segundo lugar, a questão do dinheiro é realmente complicada. Se o Governo, como dizem na minha terra, tirasse apenas um tiquinho do dinheiro que coloca para salvar os bancos, já seria uma boa ajuda para a reforma agrária. Em pouquís-

simos dias, em pouquíssimas horas, vi o Governo dar uma saída para os banqueiros e, ao decorrer de décadas, de séculos, não se consegue dar uma resposta para a questão fundiária. Talvez o poder de pressão política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como colocam, não seja tão forte como o poder de pressão, isento, sem nenhum tipo de ideologia, dos banqueiros e dos seus apoiadores. Aqui, às vezes, usa-se de dois pesos e duas medidas. Por acaso, os bancos, quando pressionam o Governo, estão completamente isentos de qualquer ideologia? Com certeza, não. Quando os bancos vêm aqui, existem pessoas, inclusive, que assumem a sua defesa, que politicamente sabem articular o seu discurso e as suas necessidades estratégicas para que o País não vá à bancarrota, como colocam. Temos de entender que a questão da reforma agrária é uma questão política. Discordo da violência como um método para as duas partes; porém, se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não pressionasse o Governo, talvez ainda tivéssemos apenas esse exemplo de 27 anos atrás, que V. Ex^a acabou de citar.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço o lúcido aparte da eminente Senadora Marina Silva.

A minha intenção, quando vim à tribuna do Senado, era exatamente chamar a atenção do Governo, a fim de se conferir maior celeridade na questão dos assentamentos, da reforma agrária.

Concordo com V. Ex^a quando diz que muito dinheiro já foi destinado aos Bancos, ao Proer, para salvar a situação difícil de muitos banqueiros. Não concordo com isso, eminente Senadora Marina Silva. Penso que muitos desses recursos deveriam ser destinados à reforma agrária.

O Governo está empenhado em implantar a reforma agrária, e já desapropriou milhões de hectares. Mas, aqueles que têm suas terras desapropriadas não estão recebendo o dinheiro e procuram voltar para as suas fazendas, o que gera conflito.

Evidentemente, existe uma morosidade por parte do Governo, embora exista boa vontade por parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Raul Jungmann. Mas acredito que, havendo boa vontade, muito mais será feito.

O Sr. Leomar Quintanilha - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, pediria a sua compreensão para que possa ouvir o aparte do Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nobre Senador Leomar Quintanilha, faço um apelo para

que V. Ex^a seja bastante conciso no seu aparte, pois o tempo do orador está esgotado há mais de 10 minutos.

O Sr Leomar Quintanilha – Agradeço a deferência da Mesa, mas entendo, Sr. Presidente, que o assunto é da maior envergadura, do maior interesse e que tem despertado a atenção de todo o Brasil. Nobre Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a, como eu, representa o novo e promissor Estado do Tocantins, que também tem sido palco de ações do chamado Movimento dos Sem-Terra. Esse fato tem nos preocupado. E, conseqüentemente, temos trazido essa preocupação ao conhecimento desta Casa e dos órgãos do Governo, como o Incra e como o Ministério da Reforma Agrária, procurando dar uma contribuição para a solução desse problema, que entendemos estar tomando proporções quase incontroláveis, trazendo a intranquilidade e a instabilidade ao campo, dificultando, sobretudo, a vida dos agricultores e dos pecuaristas deste País. Entendo, nobre Senador, que o Movimento dos Sem-Terra, de cunho ideológico ou não, se tem interesse de pressionar o Governo, está utilizando, a meu ver, a forma inadequada, porque afronta a legislação brasileira, começa enfrentando e desrespeitando a Constituição brasileira, quando fere o direito de propriedade e o Código Penal em diversos artigos. Esse movimento tem tomado proporções que transcendem o aspecto de ocupação da terra, utilizando a violência como meio. Isso tem preocupado muito esta Casa. É imperioso que o Presidente Fernando Henrique adote posições urgentes e firmes. Não falta terra neste País; mais de 8 milhões de quilômetros quadrados são suficientes para assentar todos que queiram nela trabalhar e produzir. Mas é importante aferir e verificar se, efetivamente, os integrantes desse movimento têm aptidão, têm o desejo de realmente produzir. Temos visto uma sucessão de assentamentos. Mas, se o Governo tivesse o critério de controlar, de cadastrar esses assentados, ele se depararia, para sua surpresa, com o fato de que vários dos assentados de hoje já foram assentados ontem, anteontem, por diversas vezes, em outros locais. O objetivo talvez não seja o de ocupar a terra para produzir. Não se pode expulsar quem está produzindo, que hoje representa um número cada vez menor neste País. Cada vez menos, pessoas se dedicam a esta mais nobre atividade econômica, que é a de fornecer alimento, elemento essencial à sobrevivência, à vida humana. Então, é preciso que tenhamos consciência de que esse movimento está realmente perturbando a ordem deste País. Agradeço a oportuni-

dade de participar, com V. Ex^a e com os demais membros desta Casa, da discussão de um assunto que toma proporções de quase incontrolabilidade neste País e que requer urgente ação do Governo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Nobre Senador Leomar Quintanilha, sou eu quem agradece a participação de V. Ex^a.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex^a. E, para encerrar, manifesto a nossa preocupação primeira, no sentido de alertar o Governo a fim de que tome providências imediatas para resolver a questão dos assentamentos, porque existem milhões de terras desapropriadas para essa finalidade. Tem que conferir maior celeridade a esses assentamentos.

Alerto também Sua Excelência para que tome providências no que concerne a esse outro movimento que, com certeza, não tem o apoio da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, ao longo de minha jornada como médico, ajudei a salvar muitas vidas e, como Senador, gostaria também de poder evitar esse derramamento de sangue, que me parece inevitável se providências urgentes não forem tomadas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa vem divulgando a proposta que o Governo vem debatendo sobre privatização de florestas.

Na verdade, o que está sendo discutido é a concessão de áreas de florestas e a sua transformação em florestas nacionais, que seriam concedidas para proprietários privados fazerem a utilização dos seus recursos florestais, principalmente madeira, mediante manejo sustentado.

Inicialmente, a proposta do Governo seria atingir 34 áreas, que, segundo os levantamentos iniciais feitos, dariam em torno de 10% do território da Ama-

zônia. Penso que é uma proposta a ser estudada. No entanto, o Governo tem que se cercar de todos os mecanismos para que, mais uma vez, não esteja dando um passo maior que as pernas, principalmente no que se refere à questão do controle.

É importante observarmos que a utilização dos nossos recursos florestais, principalmente a madeira, tem que ser acompanhada de uma política global para a Amazônia. Não adianta somente haver uma ação pontual, no que se refere à exploração de madeira, com os critérios do manejo florestal, com os critérios da certificação de origem – o Brasil tem necessariamente que partir para isso –, mas, do meu ponto de vista, é fundamental que se tenha uma concepção ampla da floresta, principalmente do seu uso múltiplo. Não deve haver somente uma ação voltada para grandes empresas, para grandes concessionárias que irão atuar no campo da madeira. Experiências como a do Tapajós devem se estender para o conjunto das reservas extrativistas que hoje temos, com a presença de núcleos populacionais e comunidades tradicionais.

O Governo precisaria, talvez, realizar essas ações de caráter experimental, uma ação piloto na Amazônia, para que pudéssemos ter um resultado em três dimensões, mostrando o bom caminho a ser seguido. Pois tenho medo de que já comecemos muito grandes e depois percamos completamente o controle. Até porque a tradição dos projetos de manejo que temos são muito mais para "inglês ver" do que realmente para atender às exigências ambientais e às determinações do Ministério do Meio Ambiente através do seu órgão executor, o Ibama.

Haverá, nos dias 3 e 4 de fevereiro, na Câmara dos Deputados, um seminário do qual pretendo participar e, por enquanto, estou somente elencando as preocupações que considero adequadas. Tenho grande preocupação com relação à questão do meio ambiente, à preservação da Amazônia, sem jamais ter negligenciado que devemos, a partir da floresta amazônica, buscar os meios de sustentação econômica para a população de 17 milhões que habitam aquela região.

Temos de compatibilizar essas duas questões: meio ambiente e desenvolvimento. E é nesse sentido que tenho lutado aqui incansavelmente. E, com muita alegria, posso dizer que tive uma grande participação na criação do Prodex, a primeira linha de crédito do Banco da Amazônia – Basa -, para o extrativismo, em mais de 200 anos de atividade. Espero que, em 1997, ela possa ter o seu direcionamento dinamizado e que tenhamos inúmeros tomadores

em toda a Amazônia. Já temos associações de seringueiros, de extrativistas, de pescadores, associações de toda natureza, postulando esse recurso, porque, afinal, ele tem juros baixos, 4% ao ano, semelhante ao que acontece com o FNO especial.

É uma tentativa de fazer com que se reverta um processo perverso, que, antes, era para os seringalistas e, hoje, queremos que seja para os seringueiros.

E ao falar em seringueiros, quero dizer que, há alguns dias, atrás falei com o Prefeito de Manuel Urbano, que me disse estar insustentável a situação dos seringueiros que trabalham nos altos rios, no Estado do Acre, onde mais de 20 mil famílias ainda vivem dessa atividade. As empresas de pneumáticos estão, de alguma forma, chantageando, dizendo que vão embora para a Argentina, porque lá podem comprar a borracha da Malásia sem nenhum tipo de restrição, lá eles não têm a obrigação de comprar um percentual de borracha nacional determinado pelo Governo. Há o pensamento de, talvez, se mudarem do Brasil, porque lá não teriam esse tipo de restrição.

O Governo brasileiro tem que, necessariamente, dar uma resposta para o problema do preço da borracha. Algumas medidas já foram tomadas, e eu tenho, também, me empenhado muito, e junto com o Ministério do Meio Ambiente, com o CNPT/Ibama, conseguimos recursos para 10 usinas de beneficiamento de borracha. Duas vão ser inauguradas, uma em Xapuri, outra em Sena Madureira. Está indo mais uma para Feijó, outra para Cruzeiro do Sul, para melhorar o nosso produto e termos condição de competir em qualidade.

Estive com o Presidente da Pirelli nacional, a quem falei do problema da borracha, e ele me disse que havia um problema de qualidade e até se dispôs, a título de colaboração, a fazer um convênio com as associações de seringueiros, através de suas usinas de beneficiamento de borracha, para uma cooperação técnica, para que pudéssemos ter um produto em condições de competir com a borracha dos seringais de cultivo.

O Sr. Nabor Júnior – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora Marina Silva?

A SRA. MARINA SILVA – Concedo o aparte ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Muito obrigado, Senadora Marina Silva. V. Ex^a está abordando, em seu discurso, um dos principais anseios da nossa região, que ainda tem na borracha natural um dos sustentá-

culos da sua economia, particularmente em nosso Estado do Acre.

Foi por causa da borracha que o Acre foi colonizado. E durante muitos anos, milhares de brasileiros se dedicaram a essa atividade extrativista, a qual chegou a se constituir em determinado período da nossa história, no segundo produto de exportação do País, logo abaixo do café. É importante frisar esta informação, que poucos brasileiros conhecem: a borracha vegetal já foi o produto que mais gerou divisas para o Brasil, depois do café. Graças ao látex, Manaus se transformou em uma grande metrópole – assim como Belém do Pará e outras cidades que foram surgindo na Amazônia Ocidental, como Rio Branco, no Acre, Porto Velho, em Rondônia, e assim por diante. Mas, desgraçadamente, hoje o Governo não dedica a essa atividade o tratamento que ela merece, negando-lhe garantia de preço justo, que está aviltado, a ponto de praticamente não haver maior interesse por parte dos extratores de borracha, que nela não encontram cobertura para os custos de produção. Vemos o crescente abandono dos seringais, hoje, em sua maioria, ocupados e explorados por pequenos contingentes de trabalhadores, que produzem menos da metade da borracha que nosso Estado produzia há vinte anos.

Esse estado de abandono, já de quase falência, decorre de uma política vesga, desenvolvida pelo Governo Federal a partir do momento em que quebrou o monopólio da política da borracha, que era exercido pelo Banco da Amazônia.

Quando o Basa detinha o monopólio da borracha, assegurava aos produtores financiamento e comercialização, além de preços justos e estabilidade em todas as fases de extração, industrialização e comercialização; mas, tudo mudou quando quebraram o monopólio da borracha. Inclusive, na época, eu me manifestei contra isso, e participei de comissões de Deputados e de empresários, visando a impedir a adoção dessa medida, que, entretanto, infelizmente se consumou no final dos anos sessenta. O Presidente da República e o Ministro do Planejamento nos receberam, mas, infelizmente, não nos deram ouvidos.

Os seringalistas se endividaram, venderam os seus seringais para empresários do Sul e a consequência é que hoje existem poucos trabalhadores na Amazônia efetivamente vivendo da exploração da borracha.

Quem recebe R\$0,80 por um quilo de borracha, quando a média de produção é de 500 quilos anuais por produtor, é obrigado a viver com uma

renda inferior a metade do salário mínimo e não encontra nenhum estímulo para continuar nessa atividade. As pessoas estão abandonando os seringais, as propriedades rurais, e vão para a periferia das cidades, em busca de oportunidades que nem sempre aparecem. E aí aumenta o número de favelas e de aglomerações miseráveis, onde não se têm moradia ou emprego, e os pais assistem, impotentes, ao drama das filhas que se prostituem e dos filhos que se marginalizam.

É oportuno, agora, atentarmos para um novo aspecto que, talvez, o Governo até hoje não tenha levado em consideração: a Malásia está aos poucos diversificando suas atividades. Hoje, aquele país asiático não mais se limita a produzir borracha, mas ingressa em outras atividades, como a plantação de soja e de café. Ou seja, daqui a pouco a Malásia deixará de ser o líder mundial da produção de borracha – e o produto poderá faltar, não só nos países industrializados como também no Brasil. Daí porque temos que estimular a produção interna, dar melhores condições de trabalho e de vida para os nossos seringueiros, a fim de nos prepararmos para essa realidade, que pode estar próxima

A História pode se repetir e propiciar, ao nosso país, novos dias de prosperidade em torno da goma elástica se, como prevêem alguns especialistas, dentro de 15, 20 ou 30 anos, os atuais grandes produtores entrarem em colapso. Nós teremos aqui, então, uma grande reserva, que são os seringais nativos da Amazônia.

Muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a acaba de me conceder.

A SRA. MARINA SILVA – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Senador Labor Júnior, a Malásia, além de diversificar a sua economia, não está só produzindo a borracha natural como matéria-prima para as empresas de pneumático e de artefatos de borracha, ela está também começando a trabalhar a própria borracha na produção de artefatos de borracha, e poderemos ter, sim, uma crise de abastecimento. Nesse caso, o Brasil voltaria a ter uma função muito importante no fornecimento dessa matéria-prima, principalmente para as necessidades nacionais.

Mas realmente a falta de preocupação com a região amazônica, nesse aspecto, é muito grande, e as pessoas não levam em conta que a problemática dos seringueiros não é apenas social, mas também uma questão ambiental muito grave para a preservação da Amazônia. Se essas 20 mil famílias saem dos seringais e vão para a periferia das cidades,

só irão agravar o problema social, que já é gravíssimo, pois falta infra-estrutura urbana, condições de moradias, de saúde, de educação e emprego.

A capital do Acre já tem mais de 50% da sua população vivendo em péssimas condições e, no Estado, Cruzeiro do Sul e outras cidades também vivem em péssimas condições, nas periferias, em favelas, em barracos.

Um outro aspecto da questão é que não tendo as pessoas nenhum tipo de atividade que lhes permita a sobrevivência, acabam por se permitir, pelas circunstâncias, a praticar algumas atividades nefastas, como é a exploração irregular de madeira. Certos madeireiros, valendo-se inescrupulosamente do sofrimento dessas pessoas, invadem as suas colocações e, ao invés de tirar uma, duas ou três árvores como combinam, fazem uma verdadeira devastação, como tem denunciado o Padre Paulino, alterando completamente os ecossistemas, fazendo com que aquelas comunidades que antes ainda podiam viver da caça e da pesca tenham essa fonte de sobrevivência completamente desperdiçada em função do estrago que é feito pela exploração madeireira.

Acho que o que é justo e o que é correto deve ser aprovado e não necessariamente deve-se ficar implorando, pedindo que as pessoas façam. Falo isso porque apresentei duas emendas ao Orçamento. Uma, para a modernização do extrativismo em toda a Amazônia, no valor de R\$25 milhões, porque achamos que a borracha não deve continuar sendo produzida segundo processos tradicionais e obsoletos, é preciso que sejam introduzidas inovações técnicas; é preciso que se faça o adensamento e não mais se extraia o látex como se fazia antigamente, alhures, na floresta, com muito desperdício.

Hoje as reservas, como é o caso da Reserva Chico Mendes, têm estudos muito importantes quanto aos locais onde podem ser feitos os adensamentos das seringueiras e das castanheiras e com poucas horas de trabalho obter uma produção bem maior do que aquela que meu pai e tantos outros, nossos antepassados, tinham, quando faziam a colheita tradicional do látex.

Lamentavelmente, essas emendas, no processo de discussão na subcomissão, caíram de R\$25 milhões para R\$2,8 milhões. Mesmo assim, ainda seria alguma coisa para um setor tão abandonado e marginalizado.

Mas, pasmem V. Ex^{as}: quando da votação final na Comissão de Orçamento, esse valor chegou a zero! Nada para a modernização do extrativismo, nenhuma preocupação nesse sentido por parte dos

Parlamentares, que retiraram esses recursos. Só no Acre, eles representam 20 mil famílias e uma contribuição fantástica para a defesa do meio ambiente.

Em relação à linha de crédito a que me referi, o Prodex, há a alegação de que não há assistência técnica para a mesma. A matéria foi discutida também com autoridades do Governo Federal, com o Dr. Seixas Lourenço, com a Dr^a Flora Valadares, no sentido de que precisávamos alocar recursos para que o Prodex pudesse ter assistência técnica, uma vez que o extrativismo é diferente da agricultura. Precisamos de técnicos que conheçam a pesca, a seringa, que conheçam as atividades extrativistas.

Houve a proposta de R\$2 milhões para essa linha de crédito. Na Subcomissão, caiu para R\$500 mil e, na votação final, zero real!

Essa é a preocupação que se tem com um setor tão abandonado, que, muitas vezes, deixa os corações enternecidos, mas, na verdade, não se conhece a realidade.

Lamentavelmente, conversei com os Parlamentares dessas Comissões que estavam como Relatores, mas, infelizmente, não se sensibilizaram.

É triste receber determinadas informações, como um relato que ouvi, no sentido de que algumas pessoas, à noite, estão fazendo fogueiras para clarear as suas casas, porque nem sequer podem mais comprar querosene para colocar nas lamparinas. As meninas e as mocinhas só deixam a cabeça de fora da porta, porque não têm roupas para cobrir e proteger os seus corpos; não têm a mínima condição de sobrevivência.

Mesmo assim, como existe a caça, a pesca e como sabem que na cidade as filhas vão-se prostituir, não terão emprego e passarão fome, preferem permanecer ali.

Essa é uma questão social, é uma questão de resgate da dignidade dessas pessoas, que já representaram 40% das exportações deste País, como muito bem mencionou o Senador Nabor Júnior.

É possível e é fundamental que se dê uma resposta para esse problema, que não é só do Acre, mas de toda a Amazônia.

Já está havendo uma série de discussões em torno do assunto, mas pretendo visitar todas as comunidades para dar conhecimento da falta de atenção que se está tendo por parte das autoridades federais com a problemática dos seringueiros.

Às vezes, parece uma questão setorial, de um grupo; digamos, de uma categoria, que nada mais representa para a economia. Dessa forma estão sendo tratados aqueles que são considerados ape-

nas sobreviventes de um passado que já não mais corresponde à realidade. Mas eles estão mais vivos do que nunca e sofrendo todo o tipo de mazela.

Lamentavelmente, essa situação não faz doer o coração daqueles que não destinam aproximadamente R\$2 milhões para a sua atividade produtiva, mas que são capazes de destinar milhões para salvar os banqueiros, já tão aquinhoados pelas benesses do Poder Público.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marina Silva, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr. Emília Fernandes, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Nabor Júnior.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa nacional tem dado bastante destaque às declarações de alguns setores ligados à economia nacional, que propõem uma reformulação na atual política cambial do País.

Venho acompanhando, com grande interesse, os debates em torno dessa questão, temeroso de que, no momento em que o Governo atender a pressões desses grupos econômicos ou de determinados economistas a eles ligados, principalmente aos exportadores, vamos correr o sério risco de ver o Plano Real desmoronar.

Há poucos dias, li declarações atribuídas ao Deputado Delfim Netto, do PPB do Estado de São Paulo, defendendo ardorosamente essas mudanças. Encontrei, também, propostas semelhantes do Deputado Roberto Campos, que ocupou o Ministério do Planejamento no Governo do Presidente Castello Branco. E, já agora com estranheza, li declarações atribuídas ao Professor Edmar Bacha -que foi Presidente do BNDES no início do atual Governo e um dos formuladores do Plano Real- em defesa da mesma tese.

Felizmente, ontem, os jomais publicaram declarações do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, descartando totalmente essa possibilidade!

O problema é essencialmente técnico, dificultando aos leigos sua discussão com maior profundidade. Mas sei e todos sabemos – os consumidores, os trabalhadores urbanos e rurais, os favelados, a dona-de-casa principalmente – que, na época em que o Sr. Delfim Netto foi Ministro do Planejamento,

o Cruzeiro era diariamente desvalorizado perante o Dólar, numa relação desproporcional que contribuía para o descontrolo da inflação do País.

Todos os dias a imprensa divulgava novas cotações da moeda americana, antecipadas pelos noticiários de rádio e televisão. Eram minidesvalorizações diárias do Cruzeiro e, algumas vezes, até maxi-desvalorizações; A inflação, por sua vez, campeava em todos os setores, numa espiral que, inicialmente, era de 5% ao mês, subindo para 10%, 20%, 30%. Houve mês em que atingiu a quase 80%. O nosso poder de compra era corroído diariamente, tragédia que os agentes económicos atribuíam à desvalorização da moeda nacional e à valorização do dólar.

O Sr. Ademir Andrade – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Ademir Andrade – Senador Nabor Júnior, o assunto que V. Ex^a traz à discussão é extremamente importante. Na verdade, esse é o grande trunfo do Governo Fernando Henrique Cardoso, essa é a grande razão do seu sucesso económico, porque ele não está obrigando este País a ter superávit comercial. Agiram da mesma forma Delfim Netto, Roberto Campos e, infelizmente, até o nosso Presidente José Sarney, por pressão ou até por não prestar atenção à questão. Na época do Plano Cruzado, aconteceu o que está acontecendo hoje, pelo menos durante 9 meses, quando o dólar esteve congelado em igual valor ao Cruzado naquela época. A coisa degingolou e destruiu o plano na medida em que se voltou a fazer essas tais correções cambiais. Estou de pleno acordo com o Ministro Malan, estou de pleno acordo com o Governo. Creio que S. Ex^{as} manterão a estabilidade da moeda na medida em que controlarem essa qualidade cambial e não permitirem a desvalorização da nossa moeda. Enquanto fizerem isso, conseguirão manter a estabilidade. Mas, evidentemente, jamais conseguirão ter superávit comercial com essa política; e, na verdade, o superávit comercial não interessa ao Brasil. Por que temos que vender mais do que compramos? Isso interessa àqueles que têm compromissos com o imperialismo internacional. O Brasil deve manter a sua balança comercial equilibrada ou até deficitária, como está acontecendo durante esses dois anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este ano, chegamos a U\$5 bilhões de déficit na nossa balança comercial, mas isso é muito pouco, porque o Governo conseguiu outros recursos, outras formas de receber dinheiro externo, apesar da nossa dívida inter-

na estar aumentando muito. Não sei como o Governo resolverá a questão. Mas, em resumo, o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Pedro Malan estão corretíssimos em manter o câmbio da forma como que está. Aliás, creio que está até passando dos limites, deve parar por aí. O dólar hoje, no paralelo, já deve estar em R\$1,115. Se o Governo mantiver assim, conseguirá a estabilidade da moeda. Quero dizer que em relação a esse ponto estou de pleno acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não se deve preocupar em gerar superávit na balança comercial. Isso não significa nada de bom para o Brasil.

O SR. NABOR JÚNIOR – Agradeço a V. Ex^a pelo seu oportuno aparte, o qual trouxe sólida argumentação para reforçar o ponto de vista que hoje estou apresentando.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, as pressões são muito grandes, principalmente nos setores ligados à exportação.

Alega-se que a relativa paridade cambial, do Real com o Dólar, está prejudicando as exportações; os exportadores afirmam que a rentabilidade dos seus produtos no mercado externo, é reduzida, o que aumenta o déficit da balança comercial; citam, ao mesmo tempo, outras razões que justificariam desvalorizar a nossa moeda – mas é evidente que se trata, em maior número, de pessoas voltadas para a especulação no mercado financeiro, especuladores das bolsas de valores e de mercadorias, especuladores na exportação de capitais. Gente que, visando apenas o lucro próprio, não se preocupa com 150 milhões de consumidores satisfeitos com o êxito do Plano Real.

Não há como negar que hoje o poder de compra do povo foi mantido e, em alguns casos, até aumentado. As pessoas humildes, os pobres que ganham o salário mínimo, viram-se realmente contempladas com a possibilidade de adquirirem bens duráveis e, o que é mais importante, estão se alimentando melhor. Se o Governo, portanto, deixar-se embair por essas poucas pessoas obstinadas em desvalorizar a nossa moeda, a inflação vai voltar a gerir a economia nacional e a influenciar todas as atividades económicas, o que faria o custo de vida novamente ir lá para o alto.

Não faltarão aquelas velhas alegações para a subida dos preços: aumenta o preço do petróleo, porque a Petrobrás compra no exterior, em Dólar, mais de 50% do que é consumido no Brasil; aumenta o preço do pão, porque o trigo também é comprado na base do Dólar; aumenta o preço do óleo de

soja, porque no mercado internacional a soja aumentou em função da desvalorização do Real; e assim por diante.

É preciso que emprestemos nosso respaldo ao Governo Federal. Temos de apoiar o Ministro Pedro Malan, fortalecendo-o na luta contra as pressões desses empresários, interessados em desvalorizar o nosso Real para ver favorecidos os seus negócios e suas contabilidades em Dólar. Existe, nessa pressão, o risco objetivo de promover a desestabilização do Plano Real, causando a repetição da calamidade financeira e social a que assistimos, na derrocada do Plano Cruzado, como sabiamente advertiu o Senador Ademir Andrade.

Está na memória de todos os brasileiros conscientes: quando o Presidente Sarney anunciou o Cruzado, sindicatos de trabalhadores de várias categorias, principalmente em São Paulo, saíram às ruas para protestar contra o programa recém-lançado, porque não o conheciam. O Presidente então convocou uma reunião no Palácio do Planalto com as mais expressivas lideranças nacionais, da qual participei, como Governador do Acre. Nela, S. Ex^a explicou todos os detalhes das medidas que estavam sendo implementadas pelo seu Governo.

Como sabemos, o Plano Cruzado funcionou bem, até que começaram as pressões para liberação de preços de produtos essenciais, como do álcool, do açúcar, do café, da soja etc., ao mesmo tempo, recrudesceram as pressões para desvalorização da recém-criada moeda. Era inevitável a volta da inflação, inflação que chegou, pouco antes da saída do Presidente Sarney, a índices acima de 80%.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: não podemos incorrer nos mesmos erros. Devemos manter a nossa moeda estabilizada, como acontece com a Argentina.

O Plano Cavallo, na Argentina, já está com quase 6 anos. Estive lá recentemente e pude constatar que o valor do Peso corresponde ao valor do Dólar, com a paridade garantida em lei. Com isso, o poder de compra da população é sempre o mesmo e, em qualquer lugar que se chegue -no comércio, em estabelecimento prestador de serviços, táxi, bar ou hotel- paga-se e se recebe tanto em Dólar como em Peso. O troco vem em qualquer uma das moedas, freqüentemente combinando ambas, em proporções variáveis. E a Argentina se mantém razoavelmente estável, apesar de algumas crises, como a do desemprego, o que, aliás, também está acontecendo no Brasil e em alguns dos principais e mais fortes países do mundo.

Não devemos aceitar de maneira alguma os argumentos das pessoas que advogam a tese da desvalorização da moeda. Mesmo quando entre esses **lobbistas** encontramos, para surpresa nossa, pessoas como o professor Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real, pois seus argumentos, por mais sólidos que pareçam ser, não escondem a verdadeira consequência que virá no bojo dessa mudança: uma desvalorização do Real acarretará o aumento do custo de vida e a volta da inflação.

Isso, para quem só pensa e transaciona em Dólar, não é ameaça nem problema – mas para os outros 99,99% dos brasileiros seria uma tragédia.

Era o que tinha dizer, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Era o que tinha dizer. Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Emilia Fernandes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 1.532, regulamentando o setor automotivo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, já mereceu manifestações, neste plenário, de ilustres Senadores. Nunca é demais, porém, aplaudir a iniciativa do Governo Federal, que assim atendeu aos reclamos dos tantos Parlamentares que, entre outras reivindicações, apontavam a indústria automotiva como um dos instrumentos adequados ao desenvolvimento daquela esquecida região brasileira.

Na verdade, não se pode admitir o falacioso argumento, ainda utilizado por alguns tecnocratas desinformados, segundo o qual o Norte e o Nordeste devem contentar-se com o turismo e, quando muito, com a produção de frutos. Em outros termos, querem esses burocratas, provavelmente vinculados a outros interesses, que nos transformemos, naquelas regiões, num imenso pomar, cercado por nossas incomparáveis praias e belezas naturais.

Não vejo o porquê de as demais regiões do País temerem a industrialização do Norte-Nordeste. Até aqui, desde há séculos, as rendas nacionais têm se concentrado nas regiões mais ricas do Sul. Lá estão todas as fábricas automotivas nacionais, ampliando, dia a dia, o seu poderio econômico. Lá estão implantadas, com a ajuda do Tesouro Nacional, as infra-estruturas e estruturas que tanto contribuíram para o seu progresso.

Por que então reage-se ao fato de que, no interesse do País, é chegada a hora de também se pensar no Norte-Nordeste?

Com esse propósito, as lideranças industriais nordestinas lançaram recentemente um manifesto, intitulado "Em defesa do Nordeste", que julgo merecer constar dos nossos Anais.

Esse, Sr^a Presidente, é o propósito que me traz hoje a esta tribuna.

Passo a ler o manifesto, agradecendo desde já a atenção que mereci deste Plenário.

Eis os seus termos:

EM DEFESA DO NORDESTE

Os Presidentes das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, reunidos na cidade do Recife, analisaram o posicionamento de algumas lideranças políticas e empresariais do Sul e Sudeste do País, contrário à edição da Medida Provisória nº 1.532, que regulamenta o setor automotivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País e resolveram externar as seguintes posições:

1. Manifestar o mais irrestrito apoio ao Excelentíssimo Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, pela edição da referida MP e a toda representação política do Nordeste pela unânime e firme posição assumida no Congresso Nacional.

2. Deplorar o fato de que medidas ainda insuficientes, em favor das regiões menos desenvolvidas do País, tenham gerado reações tão negativas. Está mais que evidenciado que o atual modelo de desenvolvimento concentra renda nas regiões mais ricas, conforme comprova recente estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria. Vale salientar que todas as fábricas nacionais e os novos projetos da indústria automotiva estão localizados no Sul e Sudeste do País. O fato de, após a edição da MP, uma única montadora ter decidido corajosamente se instalar no Nordeste não justifica o inconformismo de determinados setores políticos e empresariais.

3. Ressaltar ser notório que todos os organismos de desenvolvimento de relações internacionais sempre abrem exceções para programas em áreas menos desenvolvidas, como fórmula economicamente correta e eticamente aceitável.

4. Não aceitar quaisquer tipos de limitações ao crescimento industrial do Nordeste senão aquelas ditadas pelas políticas ge-

rais de competitividade, impostas pelo processo de globalização, repudiando com veemência teses segundo as quais as potencialidades da região devem se orientar à "exploração do turismo e à produção de frutas tropicais".

5. Reafirmar que continuam reclamando urgência para estudo e implementação de novas e mais impactantes medidas compensatórias e de incentivos adicionais para a região, conforme princípios consagrados na nossa Constituição e que garantam o seu desenvolvimento auto-sustentado, de forma a reduzir ou mesmo eliminar os flagrantes desníveis sociais e o quadro de pobreza absoluta que infelizmente ainda existe em algumas regiões do Nordeste e que depõem contra a imagem internacional de nosso País.

O documento é assinado pelos presidentes das diversas federações de indústrias de nosso País, e peço que seja transcrito nos Anais do Senado Federal.

O Sr. Romero Jucá – Senador Edison Lobão, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Ouço o Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá – Gostaria de registrar, em primeiro lugar, os parabéns a V. Ex^a por trazer este tema, na manhã de hoje, ao Senado. E, registrando a importância do tema, gostaria de me associar às manifestações de V. Ex^a, primeiro de aplauso ao manifesto dos empresários do Nordeste, que lutam, e todos sabem disso, com muitas dificuldades, para manter a geração de empregos e a atividade econômica em níveis que são importantes para a nossa região. Em segundo lugar, quero também aplaudir a coragem do Presidente da República de manter e destacar essa medida provisória, que não é nada mais, nada menos, do que um pequeno alento. Poderíamos até dizer, de uma forma mais forte, que é uma migalha de incentivo e de diferenciação no processo que já é tão forte para o Sul, Sudeste e para as regiões mais desenvolvidas do País. Portanto, são inaceitáveis as manifestações e expressões contrárias a essa medida provisória. Sem dúvida nenhuma, os empresários e os políticos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste marcam uma posição importante em defesa das regiões e, inclusive, da luta contra as desigualdades regionais, no momento em que assinalam posições como essa. V. Ex^a está de parabéns. Gostaria de registrar, também, o meu

apoio ao tema, à medida provisória e ao manifesto dos empresários do Nordeste.

O SR. EDISON LOBÃO – Agradeço a V.Ex^a a solidariedade que nos vem lá do extremo Norte de nosso País. Mas quero dizer, Senador Romero Jucá, que a mim não me espanta essa reação de políticos e de empresários do Sul e Centro-Sul do País. Foi assim, também, quando se tentou construir – e até hoje está inacabada – a Ferrovia Norte-Sul. Se aquela ferrovia tivesse recebido o nome de Sul-Norte, teria sido construída, mas como ela vinha com o carimbo de Norte-Sul, houve como que um movimento, quase que uma peregrinação santa no sentido de se impedir a sua construção.

Tudo, portanto, que se faz em benefício do Nordeste brasileiro e do Norte tem a resposta imediata de empresários, de políticos até, do Sul e do Centro-Sul do País, no sentido da incompreensão e da intolerância com aquilo que se procura fazer em benefício do desenvolvimento dessa região, que é brasileira. Na medida em que o Norte e o Nordeste possam desenvolver-se, com este desenvolvimento estará também sendo beneficiado todo o Brasil, toda a Nação brasileira.

Agradeço, portanto, a solidariedade de V.Ex^a e a paciência da nossa simpática Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. EDISON LOBÃO EM SEU PRONUN-
CIAMENTO:**

EM DEFESA DO NORDESTE

Os Presidentes das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, reunidos na cidade do Recife, analisaram o posicionamento de algumas lideranças políticas e empresariais do Sul e Sudeste do País, contrário à edição da Medida Provisória nº 1.532, que regulamenta o setor automotivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País e resolveram externas as seguintes posições:

1. Manifestar o mais irrestrito apoio ao Excelentíssimo Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, pela edição da referida MP e a toda representação política do Nordeste pela unânime e firme posição assumida no Congresso Nacional.

2. Deplorar o fato de que medidas ainda insuficientes, em favor das regiões menos desenvolvidas do País, tenham gerado reações tão negativas. Está mais que evidenciado que o atual modelo de desenvolvimento concentra renda nas regiões mais ricas, conforme comprova recente estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria. Vale salientar

que todas as fábricas nacionais e os novos projetos da indústria automotiva estão localizados no Sul e Sudeste do País. O fato de, após a edição da MP, uma única montadora ter decidido corajosamente se instalar no Nordeste, não justifica o inconformismo de determinados setores políticos e empresariais.

3. Ressaltar ser notório que todos os organismos de desenvolvimento de relações internacionais sempre abrem exceções para programas em áreas menos desenvolvidas, como fórmula economicamente correta e eticamente aceitável.

4. Não aceitar tipos de limitações ao crescimento industrial do Nordeste senão aquelas ditadas pelas políticas gerais de competitividade, impostas pelo processo de globalização, repudiando com veemência teses segundo as quais as potencialidades da região devem se orientar à "exploração do turismo e à produção de frutas tropicais".

5. Reafirmar que continuam reclamando urgência para estudo e implementação de novas e mais impactantes medidas compensatórias e de incentivos adicionais para a região, conforme princípios consagrados na nossa Constituição e que garantam o seu desenvolvimento auto-sustentado, de forma a reduzir ou mesmo eliminar os flagrantes desníveis sociais e o quadro de pobreza absoluta que infelizmente ainda existe em algumas regiões do Nordeste e que depõem contra a imagem internacional do nosso País.

Recife, 10 de janeiro de 1997.

Empresário José de Freitas Mascareilhas

Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Empresário Idalito de Oliveira

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

Empresário Napoleão Cavalcanti Lopes Barbosa

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

Empresário Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

Empresário Francisco de Assis Benevides Gadelha

Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

Empresário Abelírio Vasconcelos da Rocha

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Empresário Fernando Cirino Gurgel

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Empresário Antonio José de Moraes Souza

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Piauí

Empresário Alberto Abdala

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – A solicitação de V. Ex^a, nobre senador Edison Lobão, será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, tenho, na verdade, um longo discurso, trabalhado, estudado, mas como estamos numa sexta-feira, num final de sessão, não vou lê-lo como um todo, vou apenas comentá-lo. Usarei, evidentemente, os argumentos que escrevi com muito cuidado ao longo de todo esse documento, quando me dirigi ao Secretário da Receita, ao Ministro dos Transportes e ao Governador do meu Estado.

Quero tratar da necessidade imediata de se unirem esforços do Governo Federal e do Governo do Estado do Pará no sentido do término da construção do Terminal Portuário Alfandegado para a região das ilhas do Marajó, a ser construído na localidade de Corcovado, no município de Breves, no Marajó.

Explico por quê. Aquela região é produtora de madeira, envolve duas dezenas de Municípios e a madeira produzida é basicamente voltada para exportação. É a madeira cerrada, exportada da região do Marajó e da foz dos rios que formam aquela bacia.

A fiscalização da alfândega nas indústrias que exportam essa madeira se dava, até junho do ano passado, nos portos das próprias empresas, ou seja, os fiscais da alfândega visitavam os portos das empresas nos embarques de produtos para o exterior.

A Receita Federal, em junho do ano passado, enviou documento a todas as empresas da região, determinando a elas que construíssem um porto em um único local, para fazer essa exportação, um porto alfandegado, ou todas elas teriam que levar suas mercadorias até o porto de Belém ou de Vila do Conde, em Barcarena, para serem contabilizadas e fiscalizadas, cobrando-se os impostos devidos e assim por diante. Ora, a construção desse porto está avaliada em R\$8 milhões e 200 mil e o prazo para a sua concretização é extremamente pequeno: conclui-se em junho de 1997.

A AIMEX, Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará, está extremamente preocupada com o assunto, porque se as indústrias precisarem transportar a sua mercadoria até o porto de Vila do Conde ou de Belém, terão inviabilizada totalmente a continuidade da produção na região.

Para que se tenha uma idéia, vale dizer que o Estado do Pará exporta em torno de US\$ 400 milhões de madeira por ano e grande parte dessa madeira vem da região da Ilha do Marajó.

Os custos estão bastante elevados. Eles se queixam da defasagem cambial – não é a minha posição, pois defendo que a relação dólar/real deva permanecer como está –, já que acham que isso lhes garante um determinado prejuízo, e também se queixam das taxas cobradas pelo Ibama: algumas delas chegaram a aumentar em 2.800%.

Os seus custos, portanto, estão no limite do insuportável e se forem obrigados a, além de tudo o que fazem, colocar suas mercadorias em embarcações, levar essas embarcações a novos portos, pagar pelo desembarque dessas mercadorias para embarque nos navios que vão levá-las para o estrangeiro, todo o sistema produtivo da região do Marajó ficará inviabilizado.

Portanto, eles se socorrem a nós, não só os industriais, como as prefeituras locais, as Câmaras de Vereadores, o povo da região, porque a questão do porto alfandegado a ser construído na cidade de Breves, que é a maior e mais importante da Ilha de Marajó, envolve o interesse direto de duzentas mil famílias de trabalhadores.

Vamos levar essa questão ao Secretário-Geral da Receita, porque o Governo Federal vive tão preocupado em não dificultar as exportações que não pode ser intransigente com relação a essa questão.

As autoridades locais, os empresários, as próprias prefeituras da região já estão se dispondo a facilitar aquilo de que mais a Receita está se queixando, ou seja, o deslocamento dos seus funcionários até o porto particular de cada indústria na região. Os industriais estão se dispondo a, junto com as prefeituras – e esperam o auxílio do Governo do Estado do Pará –, colocar voadeiras e lanchas para facilitar o transporte dos fiscais da Receita Federal até os portos privados, que hoje ainda exportam essa madeira. O prazo para que isso acabe vai a junho deste ano e os empresários estão sentindo que até lá não conseguirão concluir o Porto Alfandegado de Breves, na localidade de Corcovado.

Então, manifesto a minha preocupação, chamando a atenção do Governo Federal de que se

esta atitude for mantida de forma radical, como está, ela trará um grande prejuízo à economia do meu Estado, desempregará milhares de famílias e, evidentemente, fará aquilo que o Governo não deseja: diminuirá, sensivelmente, as exportações do nosso Brasil.

Deixo aqui esse apelo e peço a V. Ex^a que considere como lido um longo trabalho que fiz, mais minuciosamente explicado, com nove laudas datilografadas, para registro nos Anais do Senado e a minha fala fica apenas como explicação resumida de algo que é extremamente importante para o desenvolvimento da nossa região e do seu povo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO:**

Pretendo neste momento defender a necessidade de viabilização e implementação imediata de um Terminal Portuário Alfandegado na região das Ilhas do Marajó.

A instalação deste porto alfandegado do Município de Breves, mais precisamente na localidade de Corcovado, trará benefícios imediatos, diretos e indiretos, para cerca e duzentas mil pessoas da região que forma o arquipélago marajoara e a foz dos rios Jacundá, Pacajá, Camapari, Anapu, Xingu e Amazonas, também chamada por muitos de Delta do Rio Amazonas, e que neste momento está ameaçada de colapso econômico.

Por falta de condições portuárias adequadas, a exportação de madeiras cerradas, que constitui a principal atividade econômica daquela parte do território paraense, corre o risco de se inviabilizar e provocar um efeito cascata extremamente negativo em toda a economia regional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a apreensão comum, tanto aos empresários madeireiros quanto às principais lideranças comunitárias e políticas daquela região, mostra que se o porto não for implantado logo, toda a madeira serrada destinada ao mercado internacional terá que ser embarcada no porto de Vila do Conde ou no porto de Belém, o que representará prejuízos capazes de inviabilizar totalmente a economia daquela micro-região.

Representantes do empresariado ligado à atividade madeireira alegam que o pequeno ganho que o setor vem obtendo desde a paridade cambial estabelecida pelo Plano Real, bem como o sistema de bandas cambiais adotado para equilibrar a nossa moeda frente as variações do dólar, tende a ser praticamente anulado caso prevaleça a exigência dos organismos ligados à Receita Federal, no sentido de que a fiscalização aduaneira do embarque desses produtos seja feita nos portos de Barcarena ou Belém. Isto porque os custos operacionais, que já são elevados, tornar-se-iam proibitivos, com o pagamento de fretes mais caros e outros ônus gerados pelo transporte entre a região das ilhas e os portos de Barcarena ou Belém.

Falar em custos operacionais da atividade madeireira na região das Ilhas do Marajó, significa abordar um outro problema que toca fundo na questão do desenvolvimento daquela região, do Estado do Pará e de toda a Amazônia.

A Carência de energia elétrica na região das Ilhas do Marajó, que não é servida pela energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em que pese a proximidade de sua localização, por si só já praticamente inviabiliza a produção do parque industrial madeireiro ali instalado, uma vez que a totalidade das indústrias trabalha com unidade geradoras movidas a óleo diesel, cujos motores conjugados exigem um altíssimo consumo de combustível, sem falar no pesado ônus representado pela manutenção desse sistema de geração de energia, que se caracteriza pela expressiva depreciação de peças de reposição e outros componentes.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um apelo às autoridades econômicas do Governo Federal, e ao Ministério dos Transportes e ao próprio Governo do Estado do Pará, no sentido de assumirem como parceiros, neste início de ano, a meta do cumprimento do prazo dado pela Receita Federal para a construção do Terminal Portuário Alfandegado em questão, que deverá se estender até meados de junho próximo.

É importante lembrar, Senhor Presidente, que em Ofício de nº 077/96, da Superintendência Regional da Receita Federal/2^a. RF – Divisão de Controle Aduaneiro, datado de 19 de junho e endereçado ao Sr. Carlos Estácio, então Prefeito do Município de Breves, trezentos e sessenta e cinco dias ficaram estabelecidas para a conclusão da obra, sob pena de não serem mais permitidos embarques de madeira através de portos particulares das indústrias, como vem ocorrendo atualmente.

As alegações da Receita Federal prendem-se às dificuldades de fiscalização aduaneira nos embarques feitos pelas indústrias em seus próprios portos: principalmente no que diz respeito ao deslocamento dos servidores responsáveis por tal fiscalização, que muitas vezes precisam cobrir longas distâncias fluviais entre uma indústria e outra, sem poderem contar no entanto com uma infra-estrutura adequada de equipamentos de transporte. Apesar de compreensível, este argumento não pode, no nosso entendimento, inviabilizar a atividade econômica de toda uma região.

Temerosa com o prazo de construção exigido pelos órgãos do Governo Federal envolvidos com a questão, a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará – AIMEX, contratou os serviços da empresa FETCON – Planejamento, Engenharia, Transporte e Consultoria, com o objetivo de levantar a viabilidade e o montante dos custos necessários para a realização do projeto. Dessa maneira, em sua concepção primária do Terminal Portuário Alfandegado de Breves, apresentada em novembro do ano passado, a empresa Petcon estimou em oito milhões e duzentos mil reais os investimentos necessários.

Ora, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assim como a Secretaria da Receita Federal em Belém, através de sua Divisão de Controle Aduaneiro, todos nós, os políticos que atuam na região e principalmente os empresários, suas entidades

representativas e as principais lideranças comunitárias locais, sabemos da importância da criação do Terminal Privativo de Uso Misto que foi exigido pela Receita Federal e o motivo deste pronunciamento, como já deixei claro desde o início, é justamente o de defender o imediato início das obras e a sua rápida conclusão.

Todavia, sabemos igualmente que o Estado, o Município e os setores privados interessados não somam sozinhos todas as condições financeiras para realizar o empreendimento no prazo exigido. Para que isso aconteça, de modo que o setor madeireiro e toda a economia do Pará não sofram as consequências da suspensão dos embarques nos portos das próprias indústrias, como prevê a Coordenação-Geral do Sistema de Controle Aduaneiro – COANA, caso a obra não esteja pronta no prazo fixado, seria de elevada importância, como já sugerimos, que o Governo Federal formasse parceria com os interessados locais e tocasse o projeto.

Assim, até a sua conclusão, não seriam estabelecidas sanções e, provisoriamente, a própria Receita Federal no âmbito da parceria formalizada com segmentos da esfera estadual, municipal e mesmo do setor privado, procuraria viabilizar condições de infra-estrutura mínima necessária à fiscalização eficiente dos embarques feitos ao deslocamento dos agentes aduaneiros, através da aquisição de lanchas-voadeiras e outras embarcações capazes de percorrer com agilidade as vastas distâncias fluviais daquela região.

Outra sugestão de curto prazo, enquanto se viabiliza a construção do porto alfandegado, diz respeito à utilização da infra-estrutura física já existente no Município de Breves, que compreende as amplas instalações de um imóvel onde anteriormente funcionava uma agência do Banco do Brasil, e que atualmente está desocupado em virtude da mudança do estabelecimento bancário para outro prédio. Ali, poderia ser instalada a base operacional da Receita Federal na região, uma vez que o espaço oferece condições para funcionamento não só das dependências administrativas como também de um alojamento para o pessoal envolvido nas ações de controle alfandegário.

O Governo Federal precisa entender que a suspensão pura e simples dos embarques de madeiras serradas pré-industrializadas pelos portos particulares das indústrias em direção aos mercados externos, bem mais do que simplesmente aumentar os custos operacionais do setor madeireiro, provocaria uma onda crescente de falências e desemprego que atingiria também todo o comércio, enfim, todas as atividades econômicas regionais que, já em condições ditas normais, debatem-se com incontáveis dificuldades.

Por outro lado, Senhoras e Senhores Senadores, precisamos igualmente levar em conta o impacto que representa concretamente o comércio de madeiras na Economia do Estado do Pará. Estudos técnicos mostraram que, no ano de 1995, as exportações de madeiras ocuparam a terceira colocação na balança comercial do Estado, perdendo apenas para a exportação de hematita e alumínio. O embarque dos dois minerais representou, em dólares americanos, em valores absolutos, quase 705 milhões de

dólares e aproximados 593 milhões de dólares respectivamente, contra 348 milhões de dólares para a madeira. Analisando-se o período compreendido entre 1982 até 1995, em comparação com todos os outros Estados brasileiros, o Pará apareceu entre os maiores exportadores de madeiras, variando sua participação entre 24% e 32% do total das exportações brasileiras. Enquanto no período analisado as exportações de madeiras de todos os Estados representaram algo em torno de cinco bilhões e duzentos milhões de dólares, de um total de sete bilhões e trezentos milhões de dólares, o Estado do Pará exportou sozinho aproximadamente dois bilhões e duzentos milhões de dólares FOB.

Em que pese os indicativos favoráveis, é de se notar um certo declínio nessa atividade industrial, trazendo como consequência o agravamento dos problemas relacionados à economia paraense como um todo.

Dois dos principais jorais que circulam na capital paraense já destacaram as dificuldades que o setor vem enfrentando. Exigências de ordem econômica, como por exemplo a elevação das taxas cobradas pelo Ibama, que em alguns casos chegaram a subir até 2.800%, podem inviabilizar a competitividade do setor nos mercados internacionais, conforme declarações prestadas pelo Superintendente Técnico-Administrativo da AIMEX – Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará. Somam-se ainda a este quadro as contingências econômicas, como a defasagem cambial, as restrições ao crédito e a altas taxas de juros do mercado interno.

Quando se fala em exploração madeireira, Senhor Presidente, principalmente a derrubada indiscriminada de árvores, há que se reconhecer que todas as pessoas de bom senso e que têm uma consciência voltadas para o respeito aos ecossistemas e à exploração racional dos recursos naturais, devam preocupar-se em exigir dos agentes econômicos envolvidos com tal atividade a irrestrita obediência de determinados princípios.

Após a Conferência Rio 92 sobre o meio ambiente, consolidou-se a busca pela conciliação dos objetivos do desenvolvimento e a superação da pobreza com a necessidade de racionalidade, de preservação, de não agressão, enfim, do que se chama hoje, na cartilha corrente de economistas e ambientalistas mais lúcidos, de desenvolvimento sustentável.

A instalação do Terminal Portuário Alfandegário no Município de Breves aqui pleiteada, Senhor Presidente, permitiria, além do controle aduaneiro que lhe seria precípuo, a execução de um controle ambiental mais eficaz no tocante a exploração racional do potencial madeireiro da região.

A esse respeito é de se destacar os esforços que vêm sendo feitos pelas indústrias locais, de acordo com informações do relatório que me foi enviado pela Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoril de Breves, dando conta das atividades de empresas como a INTEL – Indústrias Tela-Viv Ltda., Madenorte, Mainardi, Eidai do Brasil S.A., entre várias outras, que atendendo as normas ambientais em vigor têm desenvolvido projetos de reflorestamento nos Municípios de Breves, Portel, Melgaço e Gurupá, com

o objetivo de corrigir os impactos ambientais causados pela exploração industrial das reservas madeireiras da região, assegurando a sustentabilidade e racionalidade dessa atividade industrial.

Para finalizar, gostaria de dizer que alguns países, que têm o privilégio de dispor de sistemas hídricos de fundamental importância como os existentes na Amazônia, têm incentivado de maneira decisiva o desenvolvimento do transporte fluvial. É o caso, por exemplo, do Canadá, dos Estados Unidos e de muitos países da Europa Central. Lamentavelmente, o mesmo não se observa no que diz respeito ao Brasil e à região amazônica em particular, onde o transporte fluvial, cujo potencial hidroviário não recebe a necessária e proporcional atenção do Poder Público, a não ser as tímidas iniciativas que bem pouco têm contribuído para o desenvolvimento da região.

A imediata implantação do Terminal Portuário Alfandegado de Breves, poderá constituir-se no início de um processo de revitalização da economia regional no Estado do Pará, não só no que diz respeito ao mercado e à atividade madeireira, como também à diversificação da atividade econômica e do parque industrial instalado na região das Ilhas do Marajó, citando como exemplo a indústria de beneficiamento de palmito, que hoje encontra-se em refluxo praticamente inexistindo na região, depois de ter ocupado, durante várias décadas, lugar de destaque na pauta paraense de exportações, por se tratar de um produto com elevada aceitação no mercado externo de gêneros alimentícios.

Independente do apelo que faço desta tribuna, gostaria de informar aos nobres Senadores que, nos próximos dias, estarei viabilizando contatos com a Secretaria da Receita Federal, com o Ministério dos Transportes, com o Governo do Estado do Pará e ainda com as entidades representativas do setor madeireiro para que, em conjunto e no menor espaço de tempo possível, possamos dar andamento à concretização desse projeto, motivo pelo qual gostaria de poder contar com a somatória da representação parlamentar do nosso Estado nesta Casa e bem como dos demais parlamentares da região amazônica.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, último orador inscrito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é com satisfação que venho, hoje, à tribuna, para registrar os rumos que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está dando aos compromissos e ao processo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental e, em especial, para o meu Estado de Roraima.

Durante a campanha política, apoiamos o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, naquela ocasião, o então candidato Fernando Henrique, em compromisso explícito com as linhas mestras do de-

envolvimento da nossa região durante a campanha, firmou um pacto no sentido de que as prioridades fundamentais para o macrodesenvolvimento de Roraima seriam a pavimentação da BR-174, que liga o Estado do Amazonas e sua capital, Manaus, até a fronteira com a Venezuela, perpassando todo o nosso Estado de Roraima, e, de outro lado, uma solução também para a questão energética da Amazônia Ocidental, e em especial a de Roraima, tendo em vista o sofrimento impetrado pelo duro racionamento e pela ausência de energia elétrica na maioria dos municípios de nosso Estado.

Pois bem, Sr^a Presidente, passado dois anos, venho hoje à tribuna registrar, com muita satisfação, que, agora em janeiro, dois passos importantes foram dados na solução dessas duas questões. Há uma semana tive o prazer de encaminhar, pela Liderança do PFL, a votação da autorização para que o Governo brasileiro pudesse contratar junto a CAF – Corporação Andina de Fomento US\$86 milhões que vão ajudar a concluir a pavimentação da BR-174, que está em obras. Esses US\$86 milhões, financiados por países do Pacto Andino vão exatamente cumprir o cronograma final, integrar e entregar pavimentada a BR-174 de tanta importância para o Estado do Amazonas e para o Estado de Roraima.

Na próxima semana, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, os Ministros das Minas e Energia do Brasil e da Venezuela estarão também no Palácio do Planalto assinando o termo de acordo de compra para que, efetivamente, o Governo brasileiro e a Eletrobrás, através da Eletronorte, possam adquirir energia de Guri, na Venezuela, trazendo essa energia até Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A solução da linha de transmissão de Guri vai cruzar o Estado de Roraima com energia e vai levar à nossa capital o sonho de uma energia barata, de um insumo em condições de gerar o desenvolvimento.

Vamos, no prazo de dois anos, com esse ato do dia 29, substituir a energia termoelétrica, uma energia cara, que polui e cria inúmeras dificuldades ao nosso Estado, por uma energia termoelétrica mais barata, vinda da Venezuela.

Sem dúvida é um acordo extremamente importante e um passo grande para que, num segundo momento, a energia de Guri possa ser levada também até à capital do Estado do Amazonas, Manaus, porque hoje parte da energia gerada em Manaus também é de energia termoelétrica.

Mas o mais importante, Sr^a Presidente, é que essa solução está sendo tomada, não apenas pelo Governo brasileiro, mas em parceria com o Governo venezuelano, com os governos que fazem parte do

Pacto Andino, fortalecendo o espírito do Mercosul, da integração, da parceria entre países que, há pouco tempo, estavam uns de costas para os outros.

Portanto, quero registrar aqui não só as soluções implementadas, mas a forma como o Presidente Fernando Henrique, a forma como o Itamaraty, através do Ministro Luiz Felipe Lampreia, a forma como o Ministério de Minas e Energia, através do Ministro Raimundo de Brito e do Presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz, estão dando uma solução, integrando o nosso Continente.

Por conta disso inclusive, gostaria de registrar o grande trabalho realizado pelo Embaixador da Venezuela, no Brasil, Alfredo Toro Hardy, que foi e é incansável nesse trabalho de integração.

E por isso mesmo gostaria de, ao encerrar as minhas palavras, louvando a integração Brasil-Venezuela, registrar e pedir a transcrição nos Anais desta Casa do artigo do Embaixador da Venezuela, Alfredo Toro Hardy, publicado na **Folha de S. Paulo**, do dia 14 de janeiro deste ano, que se intitula "Brasil e Venezuela: o sentido da aliança estratégica", e que reflete muito bem o espírito reinante nos Governos do Brasil e da Venezuela, pela integração, pelo desenvolvimento auto-sustentado, enfim, pela parceria que vai fazer com que brasileiros e venezuelanos, principalmente da Amazônia, encontrem caminhos de desenvolvimento, de respeito e de harmonia, melhorando a vida da população dos dois países.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUN- CIAMENTO:

Opinião Econômica

BRASIL E VENEZUELA: O SENTIDO DA ALIANÇA ESTRATÉGICA

Alfredo Toro Hardy

Após uma longa e penosa crise econômica, a Venezuela iniciou em 1996 um sólido processo de recuperação. Três elementos são responsáveis por isso.

Primeiro, o estabelecimento de um programa de ajuste estrutural conhecido pelo nome de "Agenda Venezuela".

Segundo, a abertura do setor petroleiro estatal ao investimento privado (apesar de este segundo elemento ter surgido em 1995, foi em 1996 que começou a materialização dos investimentos daí derivados).

Terceiro, a estabilidade política, reencontrada como resultado do prestígio moral do chefe de Estado e da política de incorporação por via institucional daqueles que, no passado, estiveram contra a estabilidade democrática.

Basta citar alguns valores para compreender a natureza do processo de recuperação econômica que vive a Venezuela

As reservas internacionais, que se encontravam em US\$9 bilhões no passado mês de abril, alcançaram os US\$16 bilhões no final do ano. O déficit do setor público, que em 1995 foi de 15% do PIB, fechou em 1%, em 1996.

O resultado nas contas do governo central foi ainda mais positivo: em 1995, o déficit foi de 8% do PIB, enquanto, em 1996, foi possível fechar com um superávit de 2%.

Por seu lado, as exportações venezuelanas foram as que evidenciaram um maior crescimento percentual dentro da América Latina, com 16% de aumento, no ano de 1996.

Somente os investimentos na área petroleira durante o ano que findou alcançaram US\$15 bilhões, com a estimativa de que os investimentos acumulados nessa área alcançarão US\$60 bilhões para o ano 2003. O crescimento do PIB previsto para 1997 é de 4%, sem considerar aí o crescimento do setor petroleiro, que será substancialmente superior.

A grande importância econômica da Venezuela se vê evidenciada, ao mesmo tempo, por fatos como os seguintes. O país possui um dos maiores PIB da América Latina, com US\$66 bilhões. Sua balança comercial anual situa-se nos US\$30 bilhões, com um superávit na faixa dos US\$7 bilhões.

Trata-se, igualmente, da maior potência energética hemisférica. Suas reservas petrolíferas superam os 400 bilhões de barris de petróleo, sendo as maiores do mundo.

As reservas da Venezuela, unidas às de Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes, representam 75% das reservas mundiais de petróleo. Entre esses seis países, a Venezuela é o único situado fora da conflituosa região do Golfo Pérsico, o que lhe dá um alto significado estratégico.

Para 2003, a produção petroleira venezuelana alcançará os 6 milhões de barris diários. Sua capacidade de geração instalada e potencial na área hidroelétrica se encontra entre as maiores do planeta e suas reservas de carvão e gás são, igualmente, do maior significado.

A Venezuela começa a projetar-se não só como a capital petroleira do mundo, em virtude dos imensos investimentos que se estão realizando nessa área, assim como em uma economia altamente competitiva em nível internacional – esta última em virtude da abundância de matérias-primas e energia para indústrias orientadas para exportação.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

O Sr. Senador Guilherme Palmeira enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu no dia 3 do corrente, aos 76 anos de idade, cercado pela admiração e pelo respeito de seus inúmeros amigos, o ex-governador Lamenha Filho. Em razão de encontrar-me em Alagoas, tive não só a oportunidade de comparecer ao seu sepultamento, mas também a de externar

de público o sentimento de reverência do povo alagoano pela retidão de seus princípios, a inflexibilidade de seu caráter e a correção de seu irretocável espírito público. Hoje, cumprio o dever de registrar seu passamento em nossos Anais, e de deixar perante esta Casa o testemunho da reverência de minha geração, pelos métodos de quem, por sua conduta e por sua postura de discernimento, equilíbrio e correção, engrandeceu como poucos a vida política de nosso Estado.

Toda a sua vida esteve ligada ao município de São Luís do Quitunde, onde tinha plantadas as raízes de sua própria existência e ao qual se recolheu desde que, num gesto de irreversível dignidade, renunciou à vida pública, em janeiro de 1977. Ali, nos momentos mais difíceis de sua vida, retemperava suas forças, recobrava energias e se agigantava nos bons e grandes combates que travou em prol de seu Estado. Lá constituiu sua família e se tornou proprietário do engenho Coronha. A vida pública que ele enobreceu com a sua presença e a sua serenidade, teve início, aos 31 anos, quando assumiu a prefeitura de sua cidade natal, elegendo-se, depois, por três Legislaturas consecutivas, Deputado à Assembléia Legislativa. Considerado, no julgamento insuspeito do *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*, um dos melhores oradores de sua geração, não teve dificuldades em assumir e exercer, durante sete anos seguidos, a Presidência da Casa, onde se notabilizou por sua reconhecida habilidade, mas sobretudo por sua energia, seu equilíbrio e uma dose de enorme bom senso.

Foi chamado à chefia do Executivo estadual, num dos momentos mais difíceis e dramáticos da vida pública brasileira. Em razão das alterações introduzidas na legislação eleitoral pelo movimento militar de 1964, o candidato vencedor do pleito de 1965, o ex-governador Muniz Falcão, viu-se impedido de tomar posse, por não ter logrado maioria absoluta, tendo assumido o Governo, na qualidade de interventor o General João José Batista Tubino. A sucessão se resolveu através de eleições indiretas pela Assembléia Legislativa do Estado, em decorrência do que Lamenha Filho, não só por sua condição de líder civil do movimento militar, mas sobretudo pelas qualidades que o tornavam o candidato natural para um período de notória transição política, tomou-se o primeiro mandatário estadual escolhido por via indireta. Eleito em setembro de 1966, recebeu o governo das mãos do Interventor federal no dia 16 do mesmo mês e coube-lhe a difícil e ingrata tarefa de liderar o Estado num período de excepcionalidade institucional, até março de 1971, quando passou o governo ao prof. Afrânio Lages.

Desde que deixou o Governo do Estado, conveniências partidárias mais do que imposições políti-

cas, levaram-no ao progressivo distanciamento da vida pública a cuja militância efetivamente não mais voltou. Nem por isso, no entanto, perdeu quer o prestígio, quer a influência de que por quase duas décadas desfrutou em Alagoas. Recolhido a São Luís do Quitunde, e agastado pela morte prematura de duas de suas filhas, Vanissa e Tânia, num episódio que amargurou parte de sua vida, era um oráculo de experiência a que recorriam amigos, correligionários, e não poucas vezes até mesmo seus adversários. Viveu a partir de então com o reconhecimento de quantos conheciam a nobreza de seu caráter e a inteireza de suas virtudes. Numa das últimas vezes em que se manifestou politicamente foi para lamentar os rumos que o Brasil estava tomando e a precariedade de nossa vida institucional, a cujo aprimoramento ele tinha dedicado boa parte de suas energias cívicas.

Sua obra de governo, mais do que um exemplo de austeridade, é um testemunho de eficiência e integridade, tendo deixado, entre outras iniciativas, a criação da Escola de Ciências Médicas que, numa justa e merecida homenagem, leva o seu nome em sua fundação mantenedora. Ainda que afastado da vida partidária, jamais deixou de acompanhar a evolução da vida política do país e de Alagoas. Se a pátria de um cidadão é, como escreveu o grande estadista do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, a terra onde nasceu, Lamenha foi sem dúvida, entre os brasileiros e os alagoanos, o mais patriota dos cidadãos. O seu elogiável provincianismo era um exercício acendrado de espírito público e de amor à sua terra, a seu Estado e a seu País.

Creio poder falar em nome de todos os políticos alagoanos que o conheceram e privaram de sua intimidade, quando externo a convicção de que o seu exemplo há de perdurar e há de inspirar Alagoas e os alagoanos, nos momentos difíceis e angustiantes por que passa o nosso Estado. Ninguém, mais do que ele, encarnou as virtudes cívicas e as qualidades pessoais que fazem de sua memória, um patrimônio incorporado às nossas mais nobres e mais elevadas tradições que aqui, modesta mas profundamente comovido, reverencio com o penhor de minha profunda admiração e respeito.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Emília Fernandes) —

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Parlamentares, funcionários, inclusive estendendo também às pessoas que acompanharam a sessão nas galerias do Senado Federal até este momento, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h10min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Flaviano Melo
Chefe do Serviço da Comissão
Permanente do Senado Federal

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE JANEIRO DE 1997.

Às dez horas do dia dezesseis de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Casildo Maldaner, Pedro Simon, Humberto Lucena, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Artur da Távola, Eptácio Cafeteira, Ramez Tebet e Joel de Hollanda, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Emília Fernandes Sebastião Rocha e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente convida o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para tomar lugar à mesa dos trabalhos, esclarecendo que Sua Excelência comparece à Comissão, atendendo a convite formulado, para expor sobre a reunião em nível Ministerial, do Grupo "Amigos do Líbano", realizada em Washington, em 16 de dezembro próximo passado, quando teve a incumbência de chefiar a missão brasileira presente ao encontro. Encerrada a fala do Senhor Embaixador, seguida de interpelações por parte dos Senhores Senadores, a qual é publicada na íntegra, em anexo a esta Ata, passa-se à apreciação das matérias. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Nabor Júnior, para relatar a matéria constante do item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 1996, que "aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eptácio Cafeteira, para relatar a matéria constante do item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1996, que "aprova o texto do Acordo de Seguridade Social, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, em Brasília, em 26 de junho de 1995". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Eptácio

Cafeteira, para relatar a matéria constante do item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1996, que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Buenos Aires, em 09 de abril de 1996". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Lúdio Coelho, para relatar a matéria constante do item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1996, que "aprova o texto do Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá, em Brasília, em 22 de maio de 1996". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, para relatar a matéria constante do item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1996, que "aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 20 de março de 1996". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra a Senadora Benedita da Silva, para relatar a matéria constante do item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1996, que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Quarentena e Saúde Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Popular da China, em Brasília, em 08 de fevereiro de 1996". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias de pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumpridos os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES,
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Havendo número regimental, declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Submeto inicialmente à deliberação da Comissão a Ata da reunião anterior, que está sobre a mesa.

Em discussão a Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Há, sobre a mesa, expediente que não será lido porque será distribuído aos membros da Comissão. É a carta de S. Ex^a, o Ministro das Relações Exteriores, que responde a ofício do Presidente da Comissão relativo ao problema do Embaixador do Brasil em Lima, bem como faz questionamentos em relação ao problema do Peru. Nessa carta, o Ministro Luiz Felipe Lampreia dá detalhes sobre a ação do Ministério e a atuação do Embaixador. Será distribuída agora aos Srs. Senadores. Tive oportunidade de enviá-la antes ao Senador Pedro Simon em virtude de S. Ex^a estar tratando desse assunto, tanto como autor do requerimento, quanto como orador da tribuna do Senado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, realmente eu estava na tribuna quando V. Ex^a teve a gentileza de me entregar cópia da carta. Disse-me V. Ex^a que esperava uma resposta minha, embora fosse uma decisão para a Comissão. Mas me perguntava se eu me considerava satisfeito com os termos da carta. Ri e reli a carta. Com toda a sinceridade, mantenho o pedido da vinda do Ministro, gostaria que S. Ex^a viesse falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Há, sobre a mesa, requerimento do Senador Pedro Simon que, em síntese, convoca o Ministro das Relações Exteriores e o Embaixador Carlos Coutinho Perez para tratarem do assunto que foi referido nessa oportunidade perante a Comissão.

Como se encontra presente, neste instante, o Ministro Sardenberg para fazer um depoimento com relação aos problemas do Líbano, vou dei-

xar a votação deste requerimento para uma fase posterior em que haja número para deliberação e discussões sobre o assunto.

Comparece a esta Comissão, atendendo a convite formulado, o Embaixador Ronaldo Sardenberg, que exporá sobre a reunião realizada em Washington em que o Brasil se fez representar por uma comissão presidida pelo Ministro Sardenberg. É de importância para a Comissão tomar conhecimento do que lá foi tratado, embora o Ministro Sardenberg tivesse a gentileza de pedir que a Comissão também se fizesse representar por meio de um dos seus membros, o Senador Romeu Tuma, que já apresentou o seu relato, mas mesmo assim achamos importante a vinda do Ministro Sardenberg que está aqui, razão por que dou a palavra a S. Ex^a.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, inicialmente desejo agradecer a oportunidade que me é dada de relatar a V. Ex^a o trabalho da Conferência dos Amigos do Líbano.

Estive na Conferência como Chefe da Delegação Brasileira e, como o Sr. Presidente acabou de assinalar, tive a oportunidade, o prazer e a honra de contar com a presença do Senador Romeu Tuma, que muito se interessou e auxiliou os trabalhos que foram conduzidos pela delegação como um todo naquela oportunidade. A delegação foi integrada ainda pelo Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador do Brasil em Washington e pelo Embaixador Brian Michael Fraser Neele que é nosso representante em Beirute.

Quero dizer que essa Conferência foi muito exitosa; ela se realizou no próprio Departamento de Estado, no Salão Nobre do Departamento de Estado, com a presença de 29 países especialmente convidados e 8 organismos internacionais, todos interessados em contribuir para a reconstrução do Líbano.

O Brasil foi o único país latino-americano convidado a participar do evento, o que demonstra não só os laços tradicionais que nos unem ao Líbano, mas também o crescente espaço e credibilidade que o Brasil vem ganhando no cenário internacional. Os demais participantes eram essencialmente países ocidentais, a Rússia, alguns países islâmicos e a Austrália.

Na preparação da presença brasileira na conferência, tive a oportunidade de realizar reuniões

com a presença de parlamentares e empresários, os quais muito contribuíram para o delineamento das posições que foram adotadas. Fico particularmente agradecido ao Senado Federal e também à Câmara dos Deputados pelo interesse que demonstraram pelo assunto, pelo grande concurso e pelo apoio político, e não apenas de idéias, que deram à delegação.

Contei também com o indispensável apoio do Ministério das Relações Exteriores. Na verdade, o Ministro Lampreia havia indicado meu nome, e o Presidente acolheu essa indicação.

Ao final dos trabalhos preparatórios, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o grupo de parlamentares e de empresários e manifestou naquela ocasião o inequívoco interesse do Governo no êxito da reunião que logo se realizaria em Washington.

A Conferência foi presidida pelo Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri, e foi aberta pelo Secretário de Estado Norte-Americano, Warren Christopher.

A delegação do Brasil, na minha pessoa, foi distinguida como um dos dez países oradores do encontro, o que nos deu a oportunidade de proferir nosso discurso na primeira parte da Conferência.

A tônica dos discursos proferidos pelos chefes de delegação foi marcada na idéia de que é chegado o momento de a Comunidade das Nações ajudar o Líbano a recuperar-se dos danos causados por 15 anos de guerra civil. Mostrou-se confiança na recuperação da economia libanesa e em sua capacidade de reassumir o papel de centro comercial e financeiro de todo o Oriente Médio.

Ficou claro que será importante nessa empreitada não apenas a cooperação de governo a governo, mas sobretudo o engajamento da iniciativa privada internacional no processo.

A maior parte dos delegados acentuou, contudo, o aspecto político da questão, tema aliás que havia merecido ênfase por parte do Senador Pedro Simon na parte preparatória de nossos trabalhos, e afirmou a importância de que seja retomado o processo de paz na região e buscada uma forma de se encerrar a ocupação israelense no sul do Líbano.

O fato de que existe um contencioso de caráter político e militar não representou obstáculo a que muitos dos delegados presentes à reunião anunciassem os planos de ajuda de seus governos ao Líbano. Pelo contrário, ficou claro que a comunidade in-

ternacional dá um voto de confiança na capacidade daquele país de superar suas dificuldades e reerguer sua economia, que são elementos chaves para a consolidação do ideal de paz.

O Primeiro-Ministro Hariri iniciou a reunião expondo algumas das realizações de seu governo. Após o fim da guerra civil e o início da implementação de um ambicioso programa de reformas econômicas, o Produto Interno Bruto do Líbano está crescendo nesse momento a uma média de 7%, o que tem permitido o aumento dos níveis salariais, o ressurgimento de uma classe média significativa e a retomada da capacidade empreendedora do empresariado. Começam, na verdade, a retornar ao Líbano as empresas que dele haviam se afastado.

Nos contatos mantidos por mim e pelo Senador Tuma, durante a reunião e na sua véspera, ficou perfeitamente claro que existe uma tendência real de retorno dos interesses financeiros libaneses, às vezes expatriados, como, por exemplo, os que se dirigiram a Chipre, de voltar a Beirute.

Não obstante tais conquistas, o Primeiro-Ministro indicou que ainda resta muito por fazer, sendo difícil ao Líbano recuperar sua pujança econômica, se contar exclusivamente com recursos próprios.

O Chefe do Governo libanês divulgou o plano de reconstrução elaborado pela sua equipe, para implementação do qual espera contar com o concurso de governos amigos e de empresas interessadas.

Tal plano, no valor de US\$5 bilhões de dólares, em cinco anos, prevê iniciativas nas áreas de transporte, energia, educação, saúde, agricultura, recursos hídricos, habitação, proteção ambiental e defesa. Portanto, um plano abrangente de cooperação que abre uma série de oportunidades. Os planos de ajuda ou de assistência apresentados pelos países presentes à reunião variaram bastante em escopo e em forma. Foram anunciados desde montantes significativos de ajuda financeira até o envio de pessoal para organizar ações de caráter humanitário, como o amparo a crianças que perderam suas famílias. De maneira geral, pode-se dizer que as propostas giraram em torno da idéia da abertura de linhas de crédito vinculadas à participação de empresas dos países doadores nos projetos de reconstrução, o que, porém, em certos casos, poderá abrir a perspectiva de subcontratos para empresas de terceiros países, especialmente daqueles recursos que serão provenientes não propriamente de países, mas de varia-

dos fundos internacionais, que, mais adiante, indicarei. A maior contribuição anunciada foi a do grupo de países europeus. Falando em nome da União Européia, o Chanceler irlandês Dick Spring disse que a entidade está propiciando ao Líbano um montante equivalente a US\$1,5 bilhão no período de 1.996 ao ano 2.000.

No discurso da delegação brasileira, após comentar os laços históricos do Brasil com o Líbano, o fato de que quase 8 milhões de brasileiros têm laços de família com o Líbano, de que o Brasil se orgulha por abrigar a maior população de origem libanesa do mundo e depois de afirmar o apoio do Governo à causa do reerguimento daquele País, indiquei que o Brasil estava preparado, como um primeiro gesto, a oferecer serviços de consultoria em projetos de reconstrução. Assinalei, ainda, que estamos dispostos a seguir aprofundando nossa cooperação com Beirute e sentar para discutir fórmulas voltadas à participação de nossas empresas no esforço multinacional de auxílio ao Líbano. Mencionei a visita que o Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Embaixador Lampreia, fará ao Líbano nos próximos dias 3 e 4 de fevereiro e da série de encontros programada para o mês de julho, que deverá reunir, em Beirute, empresários, artistas e representantes das sociedades civis do Brasil e do Líbano.

Indicando que existe um vínculo entre o ideal de paz e a criação de condições para a prosperidade da sociedade libanesa, reiterei o apoio brasileiro ao cumprimento da Resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o qual é fundamental para que o Líbano possa consolidar o processo de reconciliação nacional e ocupar novamente seu importante papel na comunidade das nações. Dei especial realce à moção aprovada pelo Congresso Nacional com referência à questão libanesa e à irrestrita solidariedade nela expressa com o povo do Líbano em seu esforço de reconstrução, reconciliação nacional e libertação das intervenções estrangeiras.

Encerrei minhas palavras, congratulando o governo norte-americano pela iniciativa de mobilizar a comunidade internacional em apoio à causa da reconstrução do Líbano.

Farei um comentário, agora, sobre as principais intervenções feitas com o fim de dar uma dimensão do que foi anunciado, para que V. Ex^{as} possam ter elementos para julgar o êxito do exercício realizado em Washington.

A delegação americana, apesar de que, às vésperas do encontro, o Presidente Clinton havia negado a possibilidade de alterar a legislação que restringe investimentos em viagens de norte-americanos ao Líbano – porque existe uma lei nos Estados Unidos neste momento, neste sentido –, a delegação americana, por intermédio do Secretário de Estado anunciou, logo no início dos trabalhos, que os Estados Unidos estão decuplicando sua ajuda ao Líbano e que, neste ano, o montante desta ajuda direta chegará a US\$21 milhões, sendo US\$12 milhões para ajuda ao desenvolvimento, US\$6 milhões em créditos para a agricultura e US\$2 milhões para a universidade americana de Beirute.

A União Européia, que já mencionei, representada pelo Chanceler Spring, condenou a operação militar realizada por Israel no ano passado, no sul do Líbano, e fez um apelo em prol do início de negociações para a restauração da integridade territorial e soberania do Líbano. Sublinhou, a seguir, a relevância dos interesses europeus naquele País, indicando que 40% de toda a ajuda externa ao Líbano provém da União Européia. Depois de anunciar a ajuda européia, como eu disse, de US\$1,5 bilhão, mencionou a necessidade de que as contas governamentais sejam equilibradas e de que se aprofunde o ajuste macroeconômico. Essa posição de aprofundamento do ajuste macroeconômico no Líbano foi também expressa pelo representante do Banco Mundial.

O Chanceler da França, De Charette, fez uma intervenção altamente política, indicando que tanto a paz é indispensável ao Líbano quanto o Líbano é indispensável à paz na região. Congratulou os Estados Unidos pela iniciativa da conferência e, ao final dos trabalhos, mencionou a possibilidade de, neste ano de 1997, a França realizar uma conferência do mesmo tipo, fazendo questão de frisar o comprometimento histórico da França com a causa libanesa. Que, haja o que houver, independentemente dos acontecimentos, a França seguirá dando ao Líbano apoio maciço tanto no plano político quanto no econômico. Disse que a França é responsável por 20% das contribuições da União Européia, tendo anunciado a abertura de uma linha adicional de crédito no valor de US\$200 milhões – um bilhão de francos. De Charette disse ainda que a França colocaria à disposição do Líbano uma ajuda concreta, eficaz e rápida.

A Rússia esteve representada por um Vice-Chanceler, que, de novo, voltou ao tema político – a

necessidade de retomada do processo de paz –, reiterou o apoio russo às resoluções adotadas no Conselho de Segurança da ONU e anunciou a continuação da ajuda na área universitária, no treinamento de pessoal e em obras de engenharia civil, especialmente na recuperação de estradas e pontes.

A Comissão Européia, representada pelo Comissário Manoel Marim, reforçou o que havia dito o Presidente da União Européia nesse momento e anunciou um pacote de US\$90 milhões para reforma da administração pública.

Pelo Canadá, falou o Chanceler, que acentuou o interesse canadense, inclusive do empresariado, e anunciou um pacote de 400 milhões de dólares canadenses – 200 milhões em ajuda direta e 200 milhões em linha de crédito.

Considero interessante que se tenha presente a magnitude dos recursos que estão sendo colocados à disposição do Líbano.

A Alemanha novamente voltou ao tema da paz.

O Senador Pedro Simon, em entrevista com o Presidente da República, enfatizou a questão da paz. Realmente, todos os principais delegados a ela se referiram de maneira enfática.

Lembrou o ministro alemão que 30% do montante da ajuda concedida pela União Européia é feito pela Alemanha, o que mostra uma certa competição entre os países europeus. Pela França, 20% e pelo Reino Unido, 16%. A Alemanha anunciou que continuará a adotar programas adicionais, no valor de 86 milhões de marcos alemães, nas áreas de meio ambiente, recursos humanos, abastecimento d'água e apoio às ONGs.

Considero interessante também a abrangência das áreas às quais são destinados os recursos internacionais.

Pela Arábia Saudita, falou o Ministro do Comércio e Indústria, Al Faquir, que disse que, há muitos anos, a Arábia Saudita vem fazendo esse esforço de ajuda ao Líbano, já tendo destinado ao país US\$950 milhões e anunciado mais US\$50 milhões para o ano de 1997.

Outros participantes também falaram de suas contribuições. A Bélgica anunciou US\$25 milhões; o Japão, US\$120 milhões; o Kwait, US\$160 milhões; a Holanda anunciou cooperação técnica e ajuda a crianças desabrigadas; e o Reino Unido anunciou que precisamente 16% da ajuda oferecida pela União Européia provêm do Reino Unido e mencionou todo o interesse. Disse também que a cooperação com o Reino Unido é tradicional, sendo, inclusi-

ve, anterior à cooperação com a França. Indicou que havia planos para a realização de uma conferência em Londres, em março, de empresas interessadas em atuar no Líbano.

Os Emirados Árabes anunciaram US\$50 milhões.

Entraram também as instituições internacionais que disseram: Fundo Árabe, Banco Europeu de Investimentos, o Banco Mundial, Banco do Desenvolvimento Islâmico e o Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento. O Fundo Árabe anunciou US\$75 milhões na área de energia; o Banco Europeu de Investimentos, US\$625 milhões para energia, estradas, meio ambiente, reestruturação de serviços públicos; o Banco de Desenvolvimento Islâmico mencionou uma ajuda de US\$ 225 milhões no passado; e o Banco Mundial disse que se dispõe a colaborar em projetos de outros doadores.

Gostaria, finalmente, de fazer três comentários. Em primeiro lugar, o componente político do relacionamento com o Líbano se afigura importante, senão mesmo essencial; e que a presença brasileira foi tomada também como um gesto político, sendo extremamente bem recebida, apesar de nossos meios de cooperação serem reconhecidamente limitados.

O segundo comentário diz respeito à próxima visita do chanceler brasileiro a Beirute, que é uma iniciativa muito positiva e que poderá abrir caminhos para novos avanços de caráter político e econômico nas relações bilaterais. O chanceler Luiz Felipe Lampreia estará levando com ele o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, justamente com a idéia de fazer prosperar aquela oferta que foi feita a respeito de serviços de consultoria e assemelhados, que possam abrir a oportunidade para negócios. Ele convidou também empresários, para que se façam representar em Beirute na ocasião de sua visita. Como estou informado, a partir de conversa que ontem mantive com S. Ex^a, manifestou grande interesse de que, na delegação que o acompanha, se incluísse um representante do Congresso Nacional, embora se saiba que esse é um período particularmente importante da vida do Congresso Nacional nesses dias.

Gostaria de mencionar também o comentário de que, como se trata de um programa muito amplo e como há uma variedade muito grande de doadores, inclusive esses fundos que não são propriamente executivos – são mais fundos financeiros –, é possível que se abram às companhias brasileiras e a empresários brasileiros oportunidade de intercâmbio, se não para receber obras completas, pelo me-

nos para subcontratos. E é muito importante que, tanto do lado do Governo quanto do lado do empresariado, se explorem essas possibilidades com o governo libanês, com o empresariado libanês e com os provedores internacionais de fundos.

Finalmente, desejaria mais uma vez agradecer a presença da delegação, de um representante do Congresso Nacional, o Senador Romeu Tuma, que foi da maior utilidade, inclusive em todos os contatos que mantivemos na Conferência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Após a exposição do Ministro Ronaldo Sardenberg, está franqueada a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, preliminarmente, gostaria de homenagear o Ministro Ronaldo Sardenberg pela conduta prática e participação ativa e inteligente durante a reunião.

O Embaixador Paulo de Tarso, que acompanhou de perto toda a evolução da reunião, montou, pela Embaixada, uma estrutura de apoio e colocou à disposição do Ministro Sardenberg e dos outros membros da delegação toda a infra-estrutura necessária, assim entendo eu que não conheço profundamente o mecanismo de relações exteriores.

Então, tivemos muita tranquilidade nos deslocamentos, nos hotéis e o funcionamento perfeito da estrutura de apoio.

Entendo que o Brasil teve um papel de destaque nessa reunião e tomei a liberdade de iniciar meu relatório dizendo que é o da delegação e que tive, Ministro Ronaldo Sardenberg, sua assessoria no acompanhamento de toda a exposição, realizada em inglês. E me utilizei deste apoio – o Ministro Paulo de Tarso me cedeu os dados. Elaborei o relatório e tive oportunidade de apresentá-lo, logo após o retorno, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Pedro Simon, a fim de se criarem condições de exigir que o Senador seja obrigado a apresentar um relato do que é feito durante viagens em missão no exterior.

Mas gostaria de fazer algumas perguntas, já que seu relatório é perfeito e não deixa nenhuma lacuna que possa trazer dúvida do que lá se realizou. Às vésperas de minha ida a Washington, meu irmão, que é muito ligado à comunidade árabe, disse que para lá estavam se dirigindo também alguns empresários que participariam de uma reunião paralela de empresários brasileiros com empresários de outros países com a finalidade de participar de investimen-

tos na área econômica. Encontrei inclusive alguns membros da comunidade industrial e comercial brasileira, que para lá já estavam se deslocando.

Quando cheguei, perguntei na Embaixada qual o local da reunião que seria realizada à tarde, pois gostaria de participar também, não só por ter amigos lá, mas porque seria importante que acompanhássemos os trabalhos. Fui alertado de que a reunião não se realizaria, pois havia um impedimento, provocado pelos Estados Unidos, para que não houvesse a participação empresarial de outros países, provavelmente na busca de uma reserva de investimentos americanos nessa área.

Desculpem-me por trazer o assunto, mas aquilo ficou um pouco engasgado. Não consegui conversar com V. Ex^a na volta e o Ministro Paulo de Tarso me deu uma explicação superficial, pela rapidez com que tínhamos que voltar ao Brasil – fui no sábado e voltei na terça-feira, quer dizer, só tomei chuva e passei frio, mas tive a alegria de estar com o senhor e com os outros membros do grupo. O Senador Pedro Simon completou algumas informações das reuniões preparatórias e manifestações em Plenário.

Mesmo assim, resta uma dúvida: Por que não houve a reunião de empresários e há agora, na Inglaterra, como consta do relatório, a convocação para uma reunião da qual participarão empresários? Os empresários brasileiros e de outros países poderão sofrer as mesmas restrições que sofreram? A reunião não se realizou ou se realizou sem o nosso conhecimento?

Desculpe mais uma vez e parabéns pelo trabalho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Embaixador Ronaldo Sardenberg.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Efetivamente, circulou a versão de que a reunião não se realizou porque haveria a idéia de manter uma espécie de reserva de mercado sobre o Líbano. A parte libanesa nos explicou que a parte norte-americana tinha dificuldade porque pretendia discutir com os libaneses justamente a questão da proibição de viagens de norte-americanos ao Líbano e a proibição de investimentos norte-americanos no Líbano, que é o regime atual, e achavam que seria vexatório e incômodo discutir a questão diante de estrangeiros, de empresários de terceiros países.

A situação provocou um incômodo às autoridades libanesas porque já haviam convidado expressamente empresários brasileiros e de outros países a comparecerem à reunião. De forma que inclusive

apresentaram desculpas pelo acontecido e a reunião se realizou exclusivamente entre libaneses e norte-americanos.

Como o Ministro das Relações Exteriores brasileiro estava com viagem marcada para Beirute e, a longo prazo, está em andamento a organização de um encontro mais amplo em Beirute, em julho, como disse, não achamos que fosse realmente crucial a presença de empresários brasileiros. Mas, de todas as maneiras, até o último dia, até a sexta-feira à tarde, nos esforçamos, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, para tornar viável essa presença. Fizemos isso porque, nas reuniões preparatórias que havíamos mantido, ficou muito claro que havia um interesse marcante por parte dos setores empresariais brasileiros, inclusive de origem libanesa, em estarem presentes. Esse é um interesse permanente e imagino que vá refletir na visita do Chanceler e, posteriormente, na reunião de julho.

De forma que o incidente em si, o episódio em si, está encerrado, foi apenas uma oportunidade que V. S^a e eu perdemos de acompanhar essa reunião naquela tarde fria e hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Ronaldo Sardenberg, sou descendente de libaneses, portanto, faço parte dessa população de origem libanesa que habita o Brasil e que é uma das maiores do mundo. Por isso, não tenho pergunta a lhe formular, mas tenho o dever e sou impulsionado a manifestar o meu grande contentamento, o meu grande júbilo por ver que a diplomacia brasileira caminha muito bem; por ver que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do nosso Governo, por ele mesmo, por nossa diplomacia, faz com que o nosso País integre o sentimento mundial que existe hoje de cooperação com o mundo árabe e particularmente com o Líbano, que, embora tenha uma profunda vocação de paz, vem sendo assolado por catástrofes representadas pela guerra ao longo de quinze anos.

O que vejo nesse relatório, o que salta aos olhos é que todos querem colaborar e que nosso País integra aquela parcela da comunidade do mundo, que, embora não tendo recursos financeiros para ajudar a reconstrução do Líbano, o nosso País comparece a essa reunião e muito bem representado pela sua delegação, chefiada que foi por V. Ex^a, diz onde e como pode ajudar, no caso oferece os seus serviços de consultoria e outros.

Integra, portanto, aquela comunidade que observei aqui no relatório, ao lado da Finlândia, por exemplo, Holanda, Espanha e Suécia não ofereceram recursos financeiros como ofereceram outros países como a França, Estados Unidos e as próprias entidades financeiras mencionadas nesse brilhante relatório que nos foi apresentado. Portanto, o nosso País faz jus, a nossa diplomacia faz jus ao conceito que dela tem o mundo inteiro. E nós, da comunidade libanesa, nos sentimos orgulhosos por isso e vemos que é assim mesmo, a causa é humanitária e o Brasil dá a sua contribuição, embora não seja com recursos financeiros, mas uma contribuição política, que talvez seja muito mais importante para um País como o nosso que abriga a maior comunidade libanesa do mundo. Talvez seja muito mais importante até que os próprios recursos financeiros que outros países estão alocando para a reconstrução do Líbano.

A minha intervenção, Sr. Embaixador, é apenas para me congratular com o Governo brasileiro, com V. Ex^a, com o Presidente da República e com toda a diplomacia brasileira. E dizer a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, que fiquei muito grato, pois não sendo membro titular desta Comissão, ter sido lembrado como filho de libaneses por V. Ex^a, que teve a gentileza de pedir para que eu comparecesse aqui e pudesse externar os meus votos – orgulhoso que sou de ter nas minhas veias o sangue libanês, pois meu pai se encontra no Brasil há setenta e quatro anos -, após ler esse brilhante relato, os mesmos votos que o Brasil formula para que o Líbano se encontre e que a frase que foi dita, acredito que pelo representante da França, seja um dia realidade. O Líbano é importante para a paz e a paz é importante para o Líbano e para o mundo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, igualmente me congratulo com o nosso Embaixador, com a delegação brasileira, com a presença do nosso País nesse instante de soerguimento do Líbano, já quando o Primeiro-Ministro do Líbano esteve no nosso País, cerca de um ano e meio, vislumbrava-se a possibilidade de um esforço conjunto que se buscava então para esse soerguimento.

Desejo apenas fazer uma consideração, seguramente desnecessária, porque do conhecimento de todos. O fato de estar sendo purgado, e talvez não esteja purgado com o devido senso de justiça, a barbaridade que o mundo fez no Líbano. A barbaridade

consiste em que o Líbano foi o laboratório de experiências guerreiras de outros países e de outras guerras, inclusive a fria na época, e outros países testando armamentos, fizeram do Líbano o ponto de encontro das guerras que não se davam no local dos países beligerantes.

Fico a pensar na tragédia que representa para um país a existência desse tipo insólito de agressão, que era uma agressão feita por intermédio de outras forças e de outros países, alheias inteiramente ao próprio país, guerras de natureza religiosa, guerras de natureza racial, guerras de natureza ideológica.

E, assim, o Líbano assiste, dentro do seu corpo, à experiência de países que não tornavam clara a sua guerra nos seus próprios campos, vivendo, até pela sua situação geográfica, a situação terrível de ver, dentro do seu país, a utilização de confrontos de natureza religiosa, da própria formação do Líbano, de alta complexidade, principalmente no que mesclava os cristãos e os muçulmanos, e vendo ali o teste de uma luta entre países que se dividiam na sua posição relativamente a Israel.

Gostaria apenas de lembrar que, talvez, quando eu ouvia o Ministro Ronaldo Sardenberg citar o grau da contribuição, até mesmo me espantou a contribuição pequena dos Estados Unidos em relação à sua co-responsabilidade – não é responsabilidade única evidentemente –, como também da União Soviética nessa matéria.

Felizmente, bem à moda patricia, consegue-se a prazo um volume grande de recursos. Evidentemente, a comunidade internacional, de alguma maneira, purga a sua culpa em relação a esse, que é um dos episódios mais tristes da contemporaneidade, porque sempre foram guerras localizadas, pequenas, no tamanho aparentemente, mas contínuas e extremamente dolorosas para a população, principalmente para a população civil inocente e alheia ao confronto, razão pela qual não poderia deixar de formular essas palavras – repito –, talvez desnecessárias, porque são do conhecimento de todos, mas nascem de um sentimento profundo de dor por ver no mundo ainda a realização de experiências dessa ordem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, também quero felicitar V. Exª pelo trabalho desenvolvido, pelo relatório que apresentou aqui, e pelo desempenho que já sabia brilhante que teve V. Exª durante a Conferência.

Felicito V. Exª também pelos trabalhos preliminares que fez. V. Exª não se limitou a receber uma determinação do Itamaraty, mas fez um esforço, montou uma equipe de trabalho, procurou ouvir, assessorar-se. Sou testemunha, inclusive, do esforço do próprio Presidente da República, que fez questão de receber o grupo de trabalho que V. Exª tinha montado.

Achei muito importante – também naquela oportunidade falei aqui na Comissão – o pronunciamento do Presidente da República, endereçado de modo especial a V. Exª, que era o chefe da delegação, em que ele dizia que esse era o comportamento do Brasil e a linha de procedimento do Brasil a nível internacional com relação, de modo especial, ao Líbano. Fico feliz em ver o seu desempenho, o do nosso ilustre representante, o nosso Senador, que lá esteve também nos representando.

Também repito aqui o que disse o meu patrício antecessor: estranhei o problema dos Estados Unidos, porque achei assim muito..., porque, numa reunião como esta, em que números são apresentados, falo mais no sentido informativo – não temos nada a ver com isso, não é problema, nem nada, não temos de dar palpite. Mas estranhemos ver os Estados Unidos com uma verba, que dobrou...

O SR. ROMEU TUMA – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON - Não, V. Exª falou que os Estados Unidos prometeram dobrar – passar de 12 para 24 -, quer dizer, quando pensei que dobrou, pensei dobrou, mas a quantia era insignificante. Se compararmos, por exemplo, com a União Européia, que tem US\$1,5 bilhão; se compararmos com a França, que tem US\$200 milhões, fora da União Européia; se compararmos com o Canadá, que é uma importância altíssima, com o Japão, US\$120, até me parece...

O SR. ROMEU TUMA – Dois milhões de dólares(Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON - É, mais isso. Então, não sei se isso aí que eu queria não foi uma mensagem a nível interno – todos nós sabemos a força da colônia israelita nos Estados Unidos, força não apenas na presença, mas basicamente de controle dos meios de comunicação. Sabemos que não é apenas pelo número, pois se assim fosse os italianos e os chineses teriam uma força muito maior.

A colônia israelita tem muito peso porque universidades e meios de comunicação estão em grande número nas mãos deles. Não sei se foi um reca-

do interno, mas os Estados Unidos da América tomaram uma atitude de muita coragem ao fazer a reunião. Talvez tenha havido alguma reação pela iniciativa de convocar, reunir e realizar a reunião. V. Ex^a disse que o procedimento do Presidente da República, que na época também me chamou a atenção, foi desnecessário e deselegante, ao fazer uma afirmativa que não tinha razão de ser. Parece-me que aquele pronunciamento do Presidente da República teve repercussão. Conforme diz V. Ex^a, no dia seguinte o representante americano na reunião fez comentários. Essa é a primeira questão que me chama a atenção. A segunda, que não ouvi, é que V. Ex^a, como primeiro representante a falar, comentou sobre os Estados Unidos da América. V. Ex^a não teria feito nenhuma referência à questão política em si. Ele não fez qualquer nenhuma referência e a França teria sido a primeira a falar. Depois, a Inglaterra, a Rússia e V. Ex^a. O americano ficou eminentemente para auxiliar. Vemos, portanto, que só pode ser uma questão interna.

Parece que deve ter-se criado alguma interrogação pelo fato de que seria o americano que faria a reunião. Não sei, mas isso me chama a atenção.

O SR. ROMEU TUMA – (Inaudível. Fora do microfone.) ...observação de conversas periféricas ao problema. Deve ter havido alguma influência política israelense para evitar inclusive a reunião dos empresários em geral. E, segundo, há uma visão ampla de diminuir a influência Síria no Líbano. E há um interesse claro de Israel de (...incompreensível...) nesse sentido (...incompreensível...) e essas influências. O Ministro tem uma visão muito melhor do que a minha, que é praticamente de aprendiz do problema. V. Ex^a é, também, um estudioso do assunto. Talvez essas influências devam ser quebradas ao longo do tempo com essas reuniões.

Entendo que a reunião é um bom princípio que, ao longo do tempo, vai proporcionar uma melhoria na relação em favor do Líbano.

O SR. PEDRO SIMON – Faço esta análise no sentido de ver até que ponto vai a perspectiva desse bloco dos amigos do Líbano ser levado adiante.

A pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: quando a França ou a Inglaterra se oferecem para fazer um encontro, fica decidido que vão acontecer esses novos encontros, ou seja, o próximo seria na Inglaterra, o terceiro na França? Vai ter continuidade esse tipo de reunião?

Por outro lado, fico satisfeito que a parte política tenha sido enfocada, pois ela é tão importante

quanto a parte econômica. Entendo que, ao lado de tudo o que disse o Senador Artur da Távola, a grande verdade é que o mundo e a ONU cometeram uma crueldade com o Líbano. Não tenho qualquer dúvida de que o Estado de Israel tinha que existir, embora eu faça restrições quanto à maneira como foi criado.

Naquela época, depois de terminada a guerra, os territórios eram interrogações enormes, não existiam ainda os países, não eram independentes – a Síria era território de possessão francesa – e não havia qualquer sentido de independência. A questão poderia ter sido resolvida de forma tal que não fosse criado o cruel problema atual. **Ad argumentandum**, podíamos pegar as pessoas que estavam em Israel há quinhentos anos e deixar sem solo. Podíamos determinar um território para Israel e outro para os palestinos. Se isso tivesse acontecido, o problema já estaria resolvido. Bem ou mal, chorando ou não, determinar-se-ia onde cada um ficava.

Equacionou-se o problema de uns, mas ficou pendente o problema de outros. Em meio a toda aquela confusão, o Líbano era um país que estava numa boa situação. Beirute era a Paris do Oriente Médio, com a vantagem de, como diziam as pessoas naquela época, possuir tudo que havia em Paris e tudo que havia no Oriente. Com isso, havia duas civilizações numa mesma cidade. Poder-se-ia fazer um show igual aos que ocorrem no Lido em um certo lugar e poder-se-ia assistir à dança do ventre no setor oriental daquele país. De repente, o Líbano foi obrigado a ceder seus territórios para os palestinos, que foram abrigados no sul daquele país, ao lado de Israel.

Parece-me que tudo isso foi feito de forma diabólica. Mas não se poderia imaginar que isso não iria acontecer. Os palestinos estão naquelas terras há dois mil anos. Imaginem o caso do Brasil. O Senador Antonio Carlos Magalhães se refere ao Estado da Bahia como "a minha Bahia". Imaginem se, de repente, alguém dissesse para os habitantes da Bahia que estes deveriam de lá sair porque a Bahia pertence aos índios, é o lugar onde os índios devem viver! O que aconteceria?

Embaixador, não estou discutindo a tese de se encontrar um outro lugar para Israel e de os palestinos ficarem onde estão ou vice-versa.

Repito: no momento em que o mundo acabava de sair de uma guerra, a Inglaterra, a França, a Rússia e os Estados Unidos tomavam as decisões. Hou-

ve a decisão adotada por Oswaldo Aranha. Esses países poderiam ter decidido onde os palestinos ficariam. Se sobrou tanto dinheiro para fazer o Plano Marshall para reconstruir a Alemanha, poderiam ter utilizado pelo menos 0,5% desse valor para colocar os palestinos em um outro local. Mas foi o Líbano que pagou a conta.

Pode-se dizer que isso aconteceu de forma trágica, mas tinha que acontecer. Os palestinos estavam a um passo das terras que haviam sido deles e que depois passaram para o território de Israel. Era de se esperar que os palestinos fizessem o que fizeram. Isso tinha que acontecer e Israel teria que responder a isso. Assim, começou a guerra. O Líbano pagou por isso, e os amigos sírios vieram do outro lado.

Parece-me que essa questão é a mais trágica da história atual da humanidade. Por isso, a posição é tão real. Às vezes, pergunto-me como a ONU consegue com tanta facilidade as coisas que quer. Embaixador, V. Ex^a poderia me explicar isso? Em certo momento, os americanos bombardeavam determinada região. Há dois anos, tomou-se conhecimento de que havia um plano do Iraque para tentar assassinar o Presidente americano. Descobriram isso e bombardearam o centro do Iraque. Morreram muitas pessoas. A ONU concordou com isso.

Como a ONU, que tem tanta força, não resolve essa questão? Na verdade, esse é um problema da humanidade. O Brasil tem interesse nessa questão, porque aqui há uma colônia libanesa e porque um brasileiro, Oswaldo Aranha, que era Presidente da ONU — ele é uma das pessoas mais queridas em Israel —, assinou, na Carta das Nações, o documento que criou o Estado de Israel.

Vejo com alegria a ida àquele País do Chanceler brasileiro. Sr. Presidente, sugiro que o nosso Vice-Presidente represente esta Comissão naquele País e que por lá permaneça durante o tempo que achar conveniente. É importante a sua presença ali, até porque S. Ex^a é imparcial, já que não é descendente de libaneses.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Mas, nesse ponto, somos unânimes na escolha de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, quero dizer que fiquei muito satisfeito. Agradeço ao Presidente pela sua compreensão quando fui procurá-lo para entrarmos num acordo. O Sr. Ministro concorda com isso. Atendendo ao pedido que fiz, V. Ex^a imediatamente assinou o documento que foi levado pelo

embaixador em nome do Congresso Brasileiro e fez a designação, na mesma hora, do nosso representante, o companheiro Romeu Tuma, que nos honrou naquele momento. Foi um bom momento. Fiquei muito satisfeito. Com toda sinceridade, estou na expectativa do segundo encontro, que será em Paris ou Londres.

V. Ex^a me deu a boa notícia de que não vai ocorrer o que tradicionalmente ocorre, ou seja, faz-se e nunca mais se toca no assunto. Ao contrário, fez-se, foi criado o grupo e este ano haverá uma nova reunião.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG — Haverá outra nos Estados Unidos.

O SR. PEDRO SIMON — Meus cumprimentos muito carinhosos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO — Penso que, dentro do que foi dito, minha intervenção seria meramente repetitiva e não irei apenas falar por falar. Dessa forma, agradeço a oportunidade e aproveito para congratular-me efusivamente com o Ministro Ronaldo Sardenberg pela forma competente com que conduziu mais essa participação do Brasil em um evento que caracteriza a nova diplomacia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Agradeço a presença do Ministro Ronaldo Sardenberg e fico muito feliz que a comissão esteja perfeitamente sintonizada nesse assunto com o Governo da República. Demonstrando interesse, o Presidente da República e o Ministro Sardenberg manifestaram, e não só nesta reunião, preocupação com todos os assuntos que dizem respeito ao problema do Líbano, o que preocupa bastante não só ao País mas também e principalmente a esta comissão, que representa o povo brasileiro.

Agradeço a V. Ex^a sua vinda.

Vamos fazer um intervalo de poucos minutos, após o qual prosseguiremos com os itens da Ordem do Dia.

Srs. Senadores, está reaberta a sessão.

O SR. PEDRO SIMON — Sr. Presidente, por favor, se fosse possível, já que estão tomando nota dos nomes dos presentes, gostaria que V. Ex^a solicitasse à sua assessoria que registrasse em plenário a presença dos que estão aqui.

Se não for possível, vou até lá registrar minha presença e logo estarei de volta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Reaberta a sessão, concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 112/96. O parecer é favorável.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse acordo de cooperação com a França foi resultado da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996. Ele objetiva balizar, consolidar e harmonizar, de forma mais consentânea com a atualidade, mecanismos de ações e iniciativas no âmbito das relações bilaterais franco-brasileiras.

Meu voto é favorável à aprovação consubstanciado no Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer do Senador Nabor Júnior conclui favoravelmente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 3:

Decreto Legislativo nº 72, de 1996, que tem parecer favorável. É Relator o Senador Eptacio Cafeteira, a quem concedo a palavra.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, está em exame o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1996, que aprova o texto do Acordo de Seguridade Social celebrado entre o Brasil e a Itália.

Faremos aqui algumas considerações sobre o que consideramos um avanço. Na realidade, é um acordo diferente do Mercosul. Ao invés de com o pobre, desta vez estamos fazendo um acordo com o rico, com o Primeiro Mundo.

Não vou ler o parecer, mas o meu voto é favorável, embora acredite que vá haver uma certa dificuldade para que o acordo seja implementado.

Meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está em discussão o parecer favorável do Senador Eptacio Cafeteira ao Decreto Legislativo nº 72, que

aprova o acordo celebrado em 26 de junho de 1995 entre o Brasil e a República da Itália.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 4:

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1996.

O parecer do Relator, Senador Eptacio Cafeteira, é favorável ao acordo da República Federativa do Brasil com a República da Argentina, de 9 de abril de 1996.

Tem a palavra S. Ex^a, para proferir parecer.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, esse decreto legislativo, já bem mais recente do que o último relatado por mim, trata de matéria que é o assunto do dia não só no Brasil mas também no mundo: proteção ambiental.

Consta do acordo uma relação dos pontos básicos pelos quais o Brasil e a Argentina se propõem a lutar juntos. São eles os pontos considerados prioritários para a cooperação entre o Brasil e a Argentina em matéria ambiental.

Relaciono no parecer os pontos básicos constantes desse acordo. O parecer não se restringe a eles, entretanto, tudo aquilo que interessar à defesa do ambiente também passa a fazer parte desse acordo bilateral.

O nosso voto é favorável à sua aprovação, porque nós do Hemisfério Sul temos que proceder à discussão de assuntos importantes como as consequências do buraco na camada de ozônio, que ameaça atingir o Brasil.

Então, acho muito importante que esse acordo seja implementado, para que possamos nos unir na defesa do meio ambiente no Hemisfério Sul.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável, conforme demonstrou amplamente o Senador Eptacio Cafeteira.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Item 5:

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1996, que aprova o Acordo de Cooperação para Uso Pacífico da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo do Canadá. Relator: Senador Lúdio Coelho.

O Senador Lúdio Coelho, cujo parecer foi favorável, está sendo substituído neste instante pelo ilustre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, trata-se de acordo já celebrado entre os governos do Brasil e do Canadá, de Cooperação no Uso Pacífico da Energia Nuclear. São dois países: um integrante do Tratado de Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe – que é o Brasil – e o Canadá, livre de armas nucleares e integrantes do Tratado de Não-Proliferação, concluído em Londres, Moscou e Washington, em 1968. Os dois países firmaram um acordo de cooperação para troca de informações tecnológicas, fornecimento de material nuclear e assistência técnica recíproca.

O parecer do Senador Lúdio Coelho é favorável à aprovação integral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer, que é favorável, do Senador Lúdio Coelho (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6:

Decreto Legislativo nº 113/96, que aprova o texto do acordo de Cooperação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Alemanha, em março de 1996.

O parecer é favorável, tendo o Senador José Agripino como Relator.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o texto deste Acordo nº 4 versa sobre a Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico entre os Governos da Alemanha e do Brasil. Há dois fatos a registrar: primeiro, a finalidade pacífica da colaboração teuto-brasileira nos domínios da pesquisa científica e tecnológi-

ca. Segundo, que o documento elenca atividades que poderão ser executadas por universidades, centros de pesquisas, instituições e empresas públicas e privadas, o que é uma novidade para ambos os países. Por esta razão, nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 7:

Decreto Legislativo nº 82, que tem parecer favorável de sua Relatora, Senadora Benedita da Silva. O Senador Romeu Tuma pediu que relatasse com o consentimento da Senadora.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 82 aprova o texto de Acordo e Cooperação em Matéria de Quarentena em Saúde Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.

Como o Brasil tem um dos maiores rebanhos pecuários, será importante que esse acordo seja aprovado, pela troca de informações na análise – principalmente de quarentena – da identificação de doenças animais.

Creio que a relatoria da Senadora Benedita da Silva está perfeita, quando pede a aprovação desse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão o parecer, que é favorável, da Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Esgotada a matéria em pauta, pergunto ao Senador Pedro Simon se deseja discutir o seu requerimento ou se quer deixar para a próxima reunião. (Pausa.)

Desta forma, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 11h48min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1996.

Às dez horas do dia oito de agosto de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Pedro Simon, Humberto Lucena, Romeu Tuma, Guilherme Palmeira, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Emilia Fernandes e Bello Parga, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Casildo Maldaner, Artur da Távola, Eptácio Cafeteira, Sebastião Rocha e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias da pauta e o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta para ouvir a exposição que fará o Senhor **LUIZ MATTOSO MAIA AMADO**, sobre a missão para a qual está sendo indicado e ainda, para deliberar sobre a matéria constante do item 01 da pauta: **Mensagem nº 191, de 1996**, "do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Luiz Mattoso Maia Amado**, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à **República das Filipinas**." Relator: Senador Humberto Lucena. Reaberta a reunião em caráter público, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar a matéria constante do item 02: **Projeto de Decreto Legislativo nº 31 de 1996**, que "aprova o texto do Acordo relativo à Cooperação Militar, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em 24 de julho de 1995." Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Romeu Tuma, para relatar a matéria constante do item 03: **Projeto de Decreto Legislativo nº 34 de 1996**, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso indevido e combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, em 12 de abril de 1995." Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 04: **Projeto de Decreto Legislativo nº 30 de 1996**, que "aprova o texto da

Emenda ao artigo XVII (f) do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite "INTELSAT", de 20 de agosto de 1971, aprovada pela XIX Reunião da Assembléia da Organização, em 26 de outubro de 1994." Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Humberto Lucena, para relatar a matéria constante do item 05: **Projeto de Decreto Legislativo nº 145 de 1995**, que "aprova o texto das modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovadas por ocasião das reuniões anuais da Assembléia de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo Africano de Desenvolvimento, realizadas em Dacar, Senegal, no período de 12 a 14 de maio de 1992". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Bernardo Cabral, para relatar a matéria constante do item 06: **Projeto de Decreto Legislativo nº 64 de 1996**, que "aprova o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, em 18 de julho de 1995". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando seguimento, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 07: **Requerimento nº 552 de 1996, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião**, que "Requer, nos termos regimentais, seja consignado em Ata, voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba, Bolívia, que aprovou uma resolução condenando o caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton, colocada em vigor pelo Governo dos Estados Unidos, com o acordo de constituir uma comissão de coordenadores nacionais, integrada pelo Brasil, Bolívia, Panamá, México, Colômbia e Paraguai para avaliar as possíveis medidas a tomar em oposição a essa Lei". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente propõe que possíveis participações dos Senhores Senadores em eventos representativos no exterior devam ser concedidos sem ônus para a Casa. A proposta é acolhida por todos os presentes. A seguir, a Senhora Senadora Benedita da Silva propõe que a Comissão manifeste solidariedade à Embaixada da os atos de vandalismo de que foi vítima, quando da realização da partida de futebol entre as seleções do Brasil e Nigéria, nas Olimpíadas de Atlanta; sendo aprovada a aludida proposta, o Senhor Presidente fará chegar ao governo nigeriano tal sentimento. Esgotadas as matérias de pauta, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, declara cumpridos

os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES,
Presidente

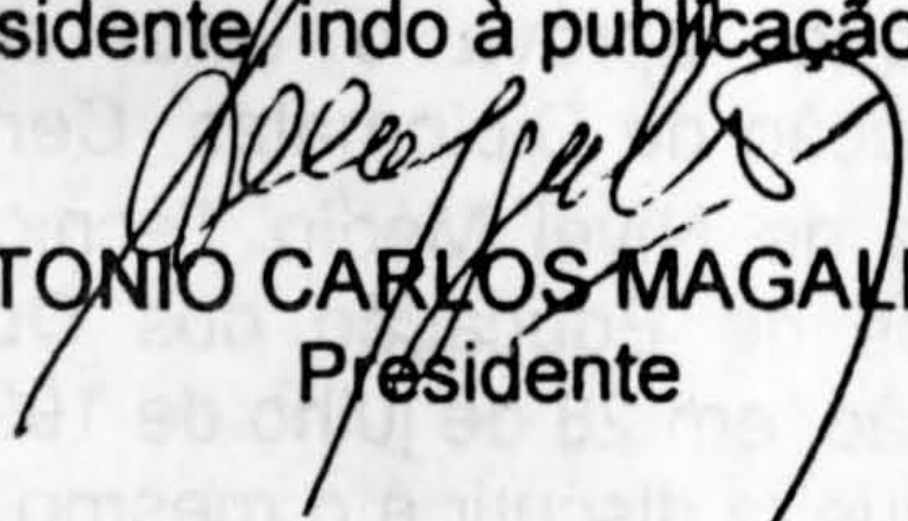
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 1996.

Às dez horas do dia quinze de agosto de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Casildo Maldaner, Pedro Simon, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Lúdio Coelho, Epitácio Cafeteira, Benedita da Silva, Emília Fernandes, Sebastião Rocha, Marluce Pinto e Joel de Hollanda, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Flaviano Melo, Humberto Lucena, Guilherme Palmeira, Artur da Távola e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias da pauta e o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira, para relatar a matéria constante do item 01: **Projeto de Decreto Legislativo nº, 38 de 1996**, que "aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemedida situados em Território Brasileiro, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia, em Paris, em 03 de maio de 1994." Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, para relatar a matéria constante do item 02: Mensagem nº 197, de 1996, que "solicita autorização do Congresso Nacional para despacho de tropa do Exército Brasileiro para o exterior e de permanência temporária de

forças militares estrangeiras em território nacional.” Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável na forma do Projeto de Decreto Legislativo, que apresenta. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Sebastião Rocha, para relatar a matéria constante do item 03: **Projeto de Decreto Legislativo nº, 61 de 1996**, que “aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômico-Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em 25 de outubro de 1995, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente daquele País.” Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Nabor Junior, para relatar a matéria constante do item 04: **Projeto de Decreto Legislativo nº, 63 de 1996**, que “aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Brasília, em 25 de outubro de 1995.” Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer, favorável ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Senador Joel de Hollanda, para que proceda a leitura do parecer da lavra do Senador Guilherme Palmeira sobre a matéria constante do item 05: **Projeto de Decreto Legislativo nº 60 de 1996**, que “aprova o texto das modificações a serem introduzidas no Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, promulgado por meio do Decreto Legislativo nº 13, de 30 de junho de 1986, e do Decreto nº 93.153, de 22 de agosto de 1986.” Com a palavra, Sua Excelência faz a leitura do parecer, que conclui favoravelmente ao projeto. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido a votação, sendo aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias da pauta, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Eptácio Cafeteira, que aborda assunto referente a **visto de entrada** para brasileiros nos Estados Unidos da América que, segundo Sua Excelência, tem havido problemas com autoridades daquele país. Sua excelência solicita ao Senhor Presidente que faça gestões diretamente com o Embaixador daquele país no Brasil, ou através do Ministério das Relações Exteriores, para que se encontre uma solução. Usam da palavra sobre o mesmo tema a Senhora Senadora Benedita da Silva, os Senhores Senadores Romeu Tuma e Bernardo Cabral e, ao final, o Senhor Presidente esclarecendo que tomará as medidas cabíveis. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Senadora Emília Fernandes que aborda assunto referente a prisão em Israel, da brasileira Lâmia Maaruf Hassan, solicitando a intervenção da Comissão de Relações Exteriores na questão. O Senhor Presidente propõe interceder junto ao Presidente do Senado Federal, para que Sua Excelência, na condição de Presidente da Casa, fizesse uma manifestação a respeito do tema.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra a Senhora Senadora Benedita da Silva, que questiona sobre as razões da não indicação de representantes do Senado à Conferência Mundial sobre a Prostituição Infantil a ter lugar em Estocolmo. O Senhor Presidente presta esclarecimentos sobre as razões pelas quais opinou no sentido de que o Senado Federal não fizesse qualquer designação de representantes para eventos no exterior, durante o período de campanha eleitoral no Brasil; usam da palavra para debater o assunto, a Senhora Senadora Emília Fernandes, os Senhores Senadores Casildo Maldaner, Romeu Tuma, Nabor Júnior, Bernardo Cabral e Geraldo Melo. Após os debates, o Senhor Presidente submete o assunto à deliberação da Comissão, sendo mantida sua decisão, de não designar representantes para eventos no exterior. A seguir, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, declara cumpridos os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1996.

Às dez horas do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Pedro Simon, Humberto Lucena, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Emília Fernandes e Joel de Hollanda, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Flaviano Melo, Henrique Loyola, Guilherme Palmeira, Artur da Távola, Lúdio Coelho, Epitácio Cafeteira, Sebastião Rocha e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias da pauta e o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador José Agripino para relatar a matéria constante do item 01: **Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1996**, que "aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República

Argentina, em Brasília, em 15 de fevereiro de 1996." Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer concluindo **favoravelmente** à proposição. Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido a votação, sendo **aprovado** por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Romeu Tuma, para relatar a matéria constante do item 02: **Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1996**, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso, assinado em São José, Costa Rica, em 30 de novembro de 1989". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer concluindo **favoravelmente** à proposição. Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido a votação, sendo **aprovado** por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Bernardo Cabral, para relatar a matéria constante do item 03: **Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1996**, que "aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomatas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros de Educação dos Quatro Países do Mercosul, na cidade de Assunção, em 28 de julho de 1995". Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido a votação, sendo **aprovado** por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, para fazer a leitura do parecer de autoria do Senador Guilherme Palmeira, sobre a matéria constante do item 04: **Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1996**, que "aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 15 de abril de 1996". Colocado em discussão e não havendo quem queira discutir é o mesmo submetido a votação, sendo **aprovado** por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente submete a apreciação da Comissão proposta no sentido de que seja ampliada a delegação designada pela Presidência do Senado, para uma visita oficial à Federação da Rússia, com a indicação do Senador Roberto Freire; A indicação recebe o apoio de todos os membros presentes; A seguir, com as matérias da pauta esgotadas, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumpridos os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES -
Presidente

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Francisco Guilherme C. Ribeiro
Chefe do Serviço de Comissões
Permanentes do Senado Federal

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1996.

Às dez horas do dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Nabor Junior, Flaviano Melo, Pedro Simon, Humberto Lucena, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, Geraldo Melo, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Emília Fernandes, Ademir Andrade, Marluce Pinto e Valmir Campelo, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Henrique Loyola, Guilherme Palmeira, José Agripino, Bernardo Cabral, Artur da Távola, Epitácio Cafeteira e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Geraldo Melo, pela ordem, oportunidade em que Sua Excelência aborda questões relativas ao conflito existente no Timor Leste, e sugere que a Comissão convide através do Ministério das Relações Exteriores, uma autoridade competente para expor com profundidade, aos seus membros, sobre o assunto. A proposta é acolhida por todos e, o Senhor Presidente, fazendo cumprir a deliberação da Comissão, esclarece que convidará, através do Senhor Ministro das Relações Exteriores, um diplomata para fazer a exposição, na próxima reunião a realizar-se no dia 05 de dezembro. Prosseguindo os trabalhos, passa-se a apreciação das matérias da pauta, sendo aprovada sua inversão, para ser relatado em primeiro lugar o último item. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 06: **Requerimento nº 994, de 1996**, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que "Requer nos termos regimentais, seja consignado voto de aplauso e solidariedade à premiação dos líderes da resistência timorense, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz 1996, por seus trabalhos na busca de uma solução justa e pacífica para o conflito armado em Timor Leste". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente determina que a reunião torne-se secreta, para ouvir as exposições que farão os Senhores **Fernando de Oliveira Santos Fontoura, Álvaro Gurgel de Alencar Netto e Christiano Whitaker**, sobre as missões para as quais estão sendo indicados; e ainda, para deliberar

sobre as matérias constantes dos itens 01, 02, 03, 04 e 05: **Mensagem nº 234, de 1996**, "do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Fernando de Oliveira Santos Fontoura**, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Dominicana. Relator: Senador Geraldo Melo; **Mensagem nº 246, de 1996**, "do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Álvaro Gurgel de Alencar Netto**, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba. Relator: Senador Hugo Napoleão; **Mensagem nº 245, de 1996**, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Christiano Whitaker**, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Vietnam. Relator: Senador Romeu Tuma; **Mensagem nº 232, de 1996**, "do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Ozório Rosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles". Relator: Senadora Benedita da Silva; **Mensagem nº 233, de 1996**, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Luiz Brun de Almeida e Souza**, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali. Relator: Senador Humberto Lucena. Reaberta a reunião em caráter público e tendo sido esgotadas as matérias de pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumpridos os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação.


Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**,
Presidente

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Guilherme U. Kibice
Vice-Presidente: José Agripino
Relatores: Comissão
Permanentes do Senado Federal

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1996.

Às dez horas do dia cinco de dezembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Antonio Carlos Magalhães, presentes os Senhores Senadores Henrique Loyola, Romeu Tuma, Hugo Napoleão, José Agripino, Bernardo Cabral, Geraldo Melo, Artur da Távola, Epitácio Cafeteira, Ademir Andrade, Marluce Pinto e Joel de Hollanda, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nabor Júnior, Flaviano Melo, Pedro Simon, Humberto Lucena, Guilherme Palmeira, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Emília Fernandes e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e submete à apreciação a Ata da reunião anterior; não havendo discussão e submetida à votação, é a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, é procedida a inversão de pauta e passa-se a apreciação das matérias a partir do item 02; O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Geraldo Melo, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 1996, que "aprova o texto do Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviço à Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, em 24 de fevereiro de 1988". Com a palavra, Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 1996, que "aprova o o texto da Convenção de Segurança Nuclear, assinada pelo Brasil em 20 de setembro de 1994". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1996, que "aprova o texto do Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25 de março de 1996". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, para relatar a matéria constante do item 05: Projeto de Decreto

Legislativo nº 81, de 1996, que "aprova o texto da emenda ao Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em 11 de agosto de 1992". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador José Agripino, para relatar a matéria constante do item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 1996, que "aprova as modificações introduzidas no Convênio Constitutivo e outros regulamentos básicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Hugo Napoleão, para relatar a matéria constante do item 07: Indicação nº 01, de 1996, que "Sugerem que seja objeto de estudo pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular e Democrática da Coréia". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer contrário à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Artur da Távola, para relatar a matéria constante do item 08, de 1996, que "Requer nos termos regimentais, seja consignado voto de solidariedade e apoio do Senado Federal à Candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2004". Com a palavra Sua Excelência apresenta seu parecer favorável à proposição. Não havendo quem queira discutir, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente retorna ao item 01 da pauta: Exposição do Senhor Embaixador Ivan Cannabrava, Subsecretário Geral para Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores, sobre o conflito no Timor Leste. Dessa forma, o Senhor Presidente concede a palavra à Sua Excelência para expor sobre o assunto. Encerrada a exposição e esgotadas as matérias da pauta, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara cumpridos os objetivos da reunião e dá por concluídos os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Paulo Roberto Almeida Campos, secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Há sobre a mesa Ata da reunião anterior, que é posta em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Item nº 1.

Aprova texto do Protocolo de Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos. Relator: Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, é um mero protocolo que complementa uma convenção já celebrada pelo Brasil e vários outros Estados ... (inaudível) ... a repressão a atos de violência que comprometam a segurança nos aeroportos.

Por essa razão, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 1996.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram se conservar como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2.

Decreto Legislativo nº 68, de 1996, que aprova o texto da Convenção de Segurança Nuclear. Relator: Senador Hugo Napoleão. Parecer favorável.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer é favorável, tendo em vista o avanço que a Convenção em apreço representa. Ela foi adotada em junho de 1994 pela conferência diplomática realizada na sede da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena. O Brasil assinou esse diploma no dia 20 de setembro do mesmo ano, na data em que foram abertas as adesões. Trata-se exatamente de restringir os riscos do uso da energia atômica em questão de segurança, supervisão, testes e inspeções. Ela vai ao encontro de toda a filosofia que o Brasil adota na matéria. Por isso, sou a favor da sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável ao Decreto Legislativo nº 68, de 1996.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 3.

Relativo ao Decreto Legislativo nº 87, de 1996. Relator: Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um acordo sobre cooperação entre as academias diplomáticas, ou seja, o Instituto Rio Branco, do Brasil, e o similar Andrés Bello, do Chile. Acho que isso se insere dentro do espectro da entrada do Chile no Mercosul. A diplomacia chilena é uma diplomacia de excelência, e creio que as duas instituições poderão, reciprocamente, oferecer subsídios para uma boa e positiva cooperação.

Portanto, sou a favor da aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está em discussão o parecer do Senador Hugo Napoleão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4.

Relativo ao Decreto Legislativo nº 81, de 1996, que aprova o texto da emenda ao acordo sobre serviços aéreos entre a República do Brasil e a da Coreia. Relator: Senador José Agripino, que dá parecer favorável.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mencionada alteração de acordo bilateral anterior tem o propósito esclarecedor e de adequação, tendo em vista uma reestruturação havida na administração pública coreana.

Os termos da emenda dizem: "o termo autoridade aeronáutica significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministro da Aeronáutica, e, no caso da República da Coreia, o Ministro da Construção e Transportes, ou, em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão autorizado a executar quaisquer funções no presente exercidas pelas autoridades acima mencionadas."

O nosso parecer é pela aprovação da emenda, com o nosso aplauso pela preocupação das partes em esclarecer a natureza das autoridades responsáveis pela execução do acordo aéreo coreano-brasi-

leiro, com vistas a afastar possíveis dúvidas de interpretação no futuro.

Nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Favorável o parecer do Senador José Agripino.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 5.

A respeito das modificações introduzidas no convênio constitutivo de regulamentos básicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento— BID.

Relativo ao Decreto Legislativo nº 85, de 1996.
Relator: Senador José Agripino.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ AGRIPINO — Sr. Presidente, a principal inovação realizada no contexto do BID-8, que implica a alteração no convênio constitutivo, diz respeito à redistribuição do capital acionário. O relatório foi entregue aos Srs. Senadores e pode-se verificar as mudanças percentuais na constituição do capital do BID. Também se pode verificar que as normas inovadas buscam readequar o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, à redistribuição de capital, controlando o processo de decisão interna com a exigência de **quorum** três quartos para tomar as decisões.

Outrossim, as inovações ora examinadas buscam resguardar a força de decisão dos países regionais na instituição. É bom lembrar que, de resto, as modificações implementadas não afetam substancialmente as funções e objetivos do BID, mantendo-se suas atribuições de financiador e fomentador do desenvolvimento econômico e social dos países membros, permitindo o aumento de sua capacidade de financiamento. Por essa razão, somos favoráveis à proposição.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) — Em discussão o parecer favorável do Senador José Agripino. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O item extra da pauta, que peço ao Senador Hugo Napoleão para relatar, refere-se à indicação

da Senadora Emilia Fernandes e outros Senadores, sugerindo o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Popular Democrática da Coreia.

Com a palavra o Relator.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já havia recebido, por despacho do Exmº Sr. Presidente da Comissão, o processo para relatar. Ele diz respeito à indicação da Senadora Emilia Fernandes e outros Senadores, sugerindo o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular e Democrática da Coreia, usualmente chamada de Coreia do Norte.

Examinei detidamente o processo e, no primeiro parecer, requeri — o que foi aprovado pela Comissão — a conversão do processo em diligência, com o objetivo de que fosse ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, em aviso que considerei muito discreto, mostrou que existem túbias relações diplomáticas entre o Brasil e Coreia do Norte. Aliás, a própria Senadora sugere que sejam instituídas relações diplomáticas e comerciais. As comerciais já existem.

Por isso, preliminarmente, considero que a indicação deva ser rejeitada, uma vez que não há por que aprovar o que já existe. Mas, se assim não entender a Comissão, no mérito, também sou contra, tendo em vista o isolacionismo em que se encontra a Coreia do Norte, aliás, salientado na última **Veja**, edição nº 1.473, sob título "Isolado e Faminto". A **Veja** é muito enfática ao mostrar que, ao contrário da ilha caribenha de Cuba, que produz açúcar e fumo, a Coreia do Norte carece de qualquer produção exportável, não tem a menor chance como pólo turístico. Faz também alusão à ditadura do ex-Presidente Kim Il Sung, que passou hoje para seu filho Kim Jong Il. A **Veja** diz, textualmente, que é a Coreia um dos países mais fechados do mundo.

Acredito que, futuramente, dependendo do desenrolar dos acontecimentos, haja clima para isso, mas não no momento, porque estamos com excelentes relações com a Coreia do Sul, onde há um antagonismo claro e definido; nossa VASP a frequenta e a **Korean Airlines** frequenta o Brasil. Devemos deixar que o tempo traga o amadurecimento.

Por isso, opino contrariamente à Indicação nº 01 deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) — O parecer é contrário, salvo na parte comercial, porque ela já existe e aí estaria prejudicado, mas poderia também ser aceito; seria atendido por-

que já existe. Atende na parte comercial e rejeita na parte diplomática.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – A parte comercial já existe, são as leis comerciais internacionais, de modo que nada impede também, quanto ao pormenor comercial, que ela seja mantida. Para efeitos diplomáticos, aguarde-se a oportunidade madura.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – No que tange à parte diplomática, aguarde outra oportunidade; quanto à parte comercial, foi atendida, porque já existe.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Artur da Távola pede para relatar, agora, projeto que lhe foi entregue.

Logo após, teremos a palavra, numa breve palestra, do Embaixador que veio tratar sobre Timor-Leste.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este relatório extrapauta, solicitando sua inclusão, vem a propósito da oportunidade do tema.

O Senador José Roberto Arruda apresentou um voto de solidariedade e apoio do Senado Federal à candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2.004.

Como o Comitê Olímpico Internacional esteve recentemente no Rio de Janeiro e a matéria é candente, parece-me oportuno que o Senado se pronuncie rapidamente e some sua disposição, caso aprove, a esse esforço nacional a esse fato tão significativo, não apenas do ponto de vista desportivo, mas também do ponto de vista de organização da cidade, da expansão e tudo mais.

(Leitura do parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer do Senador Artur da Távola é favorável. Sinto que o Senador Artur da Távola tem pressa em colocar em plenário para que ainda seja votado nessa sessão e tenha a repercussão que o assunto impõe em relação aos próprios interesses do Brasil e do Rio. Sendo assim, vamos votar e pedir urgência na sessão plenária.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Ministro do EMFA comunicou que está à disposição para comparecer, salvo na próxima semana, quando S. Ex^a não poderá vir, devido às formaturas militares, em que estará acompanhando Sua Excelência o Senhor Presidente da República, mas gostaria de comparecer porque lhe interessa debater o assunto com os Srs. Senadores. É um requerimento da Senadora Benedita da Silva, para justificar por que as tropas de Angola vão se transportar para o Zaire, etc.

Está na Casa o Embaixador Canabrava, para tratar dos assuntos relativos ao Timor-Leste, conforme deliberado na última sessão. A Mesa da Comissão diligenciou para que S. Ex^a viesse no dia de hoje para fazer pequena exposição e logo depois responder a algumas perguntas.

Embaixador, V. Ex^a já sabe por que o convocamos: gostaríamos de ter os subsídios do Itamaraty sobre a momentosa questão do Timor-Leste. Gostaríamos que V. Ex^a fizesse um breve relato, já que é especialista no assunto, e que os Srs. Senadores possam interrogá-lo sobre matéria tão importante.

O SR. IVAN CANABRAVA – Muito obrigado. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores, devo dizer, em primeiro lugar, que é com grande prazer que compareço a esta Casa e muito me honra a convocação. Quando cheguei do exterior há um ano e meio, e vim visitar o nosso Presidente da Comissão, disse a S. Ex^a que estaria inteiramente à disposição para qualquer tipo encontro ou esclarecimento que fosse do interesse dos Srs. Senadores, de modo que é com muito prazer que compareço aqui hoje.

Penso que a questão do Timor-Leste é um dos pontos importantes atualmente da agenda brasileira, e vejo que é mais um ponto em que o interesse do Congresso brasileiro tem tido uma influência boa e positiva no encaminhamento. Para citar apenas um exemplo muito recente, citaria o requerimento que foi aprovado ontem sobre o voto de aplauso ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao Professor Ramos Horta pela concessão do Prêmio Nobel da Paz. O que me impressionou muito foi exatamente que no requerimento se diz claramente o "voto de aplauso e solidariedade por seus trabalhos na busca de uma solução justa e pacífica para o conflito armado em Timor-Leste". Essa é exatamente a linha de atuação do Itamaraty, e essa foi exatamente a linha de comunicação que o Presidente da República expediu aos dois agraciados.

Os Srs. Senadores conhecem bem a questão, e acredito que não me cabe aqui fazer um resumo, mas destacarei alguns pontos principais. Primeiro, a questão do Timor-Leste, vamos dizer, do ponto de vista de direitos humanos, que é um ponto extremamente importante para o Governo brasileiro, para a política externa brasileira. Verificamos que há grandes violações de direitos humanos em Timor-Leste, violações, eu diria, que acompanham um pouco um padrão que vem, infelizmente, ocorrendo na Indonésia.

É preciso dizer, entretanto, a bem da verdade, que tem havido progresso na Indonésia como um todo. Recentemente, foi criada uma Comissão Nacional de Direitos Humanos que tem agido, tem atuado de forma bastante independente em relação aos Partidos políticos que controlam o poder e ao Governo. Mas, infelizmente, essa Comissão Nacional de Direitos Humanos não teve ainda uma atuação específica em Timor-Leste. Diria que há um esforço, em termos nacionais, na Indonésia, de reconhecer, agir com transparência com relação a direitos humanos, há trabalhos em curso, e a situação que existe em Timor-Leste, freqüentemente denunciada pelo Bispo Ximenes e pelo Professor Ramos Horta, é uma situação que reflete bem a Indonésia.

O segundo ponto que destaco é a questão política, o encaminhamento das negociações políticas. O Brasil tem apoiado e prestado todo o apoio às negociações tripartites que se vêm realizando desde 1982 entre os chanceleres de Portugal e da Indonésia com o apoio do Secretário-Geral da ONU. Essas negociações tiveram, no ano passado – já foram realizados oito encontros dessa natureza –, um desdobramento interessante. O Chanceler Ali Alatas, que esteve recentemente no Brasil, em conversa que teve o Ministro das Relações Exteriores, Ministro Luiz Felipe Lampréia, disse que tinha uma excelente impressão do Chanceler Jaime Gama e que foram avançados alguns pontos. Tenho a impressão que estamos, talvez, no limiar de algum tipo de desdobramento mais concreto, nessas conversações políticas entre Portugal e Indonésia, intermediadas pelo Secretário-Geral da ONU.

Outro foro a que o Brasil também dá todo o apoio e que é importante é o do diálogo intratimorense. Como V. Ex^{as} sabem há diferentes partidos e facções em Timor-Leste e nem todos pensam da mesma maneira. De modo que o acerto das posições entre esses grupos é de fundamental importância. Já foram realizados três encontros, inclusive o último em Pörschach na Áustria, também com algum tipo de avanço. Diria que, nesse ponto, talvez

menos do que o diálogo político entre os chanceleres dos dois países.

A pergunta que se faz é se o Brasil poderia ou não fazer mais do que faz atualmente. A posição brasileira tem sido a de dar apoio político dentro, dessa linha de se encontrar uma solução justa e pacífica para o conflito armado de Timor-Leste. Há vários interesses, há um contexto regional que não pode ser ignorado, e a participação, enfim, o papel da Indonésia é fundamental. Acredito que o Brasil tem um papel relevante, inclusive porque, dos países de língua portuguesa, é o único que tem relação com as duas partes; o Brasil dialoga com a Indonésia e a dialoga com Portugal, tem relações especiais com todos os países de expressão portuguesa. No diálogo Brasil-Indonésia, esse é um tema que tem surgido e falamos com grande desembaraço e desenvoltura. Não se colocou até agora a sugestão de o Brasil vir a assumir um papel de intermediário, inclusive porque essa solução não foi colocada, existe um foro nesse momento, que já mencionei, que é o foro Portugal, Indonésia e Secretário-Geral da ONU, mas é evidente que, na medida em que formos avançando nesse campo, novas idéias poderão surgir.

Acredito que temos basicamente a credibilidade de todos os principais atores. Pessoalmente tive oportunidade de falar com o Professor Ramos Horta, quando esteve aqui recentemente e foi recebido pelo Presidente da República, e até conversei com o Professor Ramos sobre se eu for algum dia à Indonésia não deixar de ir a Dili e ver pessoas que valeriam a pena ver lá. V. Ex^{as} conhecem esse convite da Indonésia, que é muito importante, para uma missão interparlamentar brasileira que viaje à Indonésia indo a Dili para contatos com bispos e outros, enfim, há todo um movimento com relação ao assunto.

Eu poderia, nesse momento, me estender e, enfim, acentuar um ou outro aspecto, mas preferiria, a menos que haja uma manifestação em contrário, parar aqui a minha exposição e colocar-me inteiramente à disposição para qualquer pergunta ou acentuar qualquer ponto pelo qual V. Ex^{as} tenham interesse.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Embaixador, perdoe-me a ignorância, mas gostaria que V. Ex^a explanasse algo sobre a questão geográfica da região, porque acredito que ela tem a ver com o problema. Em segundo lugar, nunca ficou completamente claro, para nós, o cerne da questão. De maneira que gostaria de ouvir V. Ex^a sobre esses dois pontos.

O SR. IVAN CANABRAVA – Muito prazer, Senador Artur da Távola. O fator geográfico é um fator fundamental. O Timor-Leste é uma pequena ilha, é uma parte de uma ilha, o Timor Oriental, num arquipélago de milhares de ilhas. Evidentemente, esse é o grande problema da Indonésia. Ela alega que há outras etnias e que é um assunto que tem de ser muito conduzido porque ameaça diretamente a soberania nacional. Isso não acontece somente com a Indonésia; é um problema repetitivo em relação a outros países da área, diria a Malásia e outros países que, se mantêm todos a mesma conformação geográfica, certamente têm problemas de etnia e reivindicações, se não de independência, de maior autonomia e dificuldade de absorção, quer dizer, é um fator extremamente complicado. Isso, Senador – e daí a importância da sua pergunta –, tem uma influência direta na estratégia, tanto que se V. Ex^a for conversar com qualquer dos principais atores da região do Sudeste Asiático, eles terão uma posição extremamente cautelosa com relação ao Timor-Leste, exatamente por essa razão.

Com relação ao cume da questão. A questão do Timor-Leste está essencialmente vinculada à não-concretização do processo de colonização português. Todos sabemos, houve a revolução dos escravos em Portugal por uma série de motivos – conheço o outro lado, fui Embaixador em Angola durante três anos, depois de aprovado por esta Comissão –, enfim, houve uma saída precipitada dos portugueses a que se seguiu uma guerra civil, várias facções timorenses, houve a proclamação da independência por parte da Frente Lin, que é a agremiação do professor Ramos Horta, e uma guerra civil seguida depois de um outro partido, o DT(?), que proclamou a anexação. Tudo isso levou, em 1975, a uma intervenção na Indonésia – não se esqueça que isso ocorria em 1975, dez anos daquele edito de 1965, quando o exército indonésio teve aquela repressão muito grande com relação ao movimento comunista, e então, de 1975 para cá, existe essa situação da anexação da Indonésia, não reconhecida pela comunidade internacional, evidentemente, e com a toda a evolução da situação que V. Ex^a conhece.

Há vários elementos. Tem o elemento estratégico, que é necessário levar em consideração, porque é impossível ignorar, os países da região levam em conta o fruto desse aspecto geográfico e desse aspecto, vamos dizer, das etnias a que já me referi. Depois, o aspecto de uma descolonização que não foi concluída e a questão de que os grupos em Ti-

mor-Leste não pensam todos da mesma maneira. Daí ser muito importante esse diálogo entre os timorenses.

Ao contrário de algumas pessoas que acreditavam que essa adjudicação do Prêmio Nobel poderia acirrar e tornar as coisas mais difíceis na Indonésia – evidente recebido por eles não exatamente com grande alegria – Penso que isso levará o Bispo e o Professor Ramos Horta, que são pessoas inteligentes, que são pessoas que têm grande espírito público, a encaminhar a questão no sentido de uma negociação justa, levando em conta o que o nosso Presidente já disse: autodeterminação. O que é autodeterminação? A manifestação de vontade, aquilo que a população timorense decidir, não um Partido, não uma facção, o que a população timorense, no seu conjunto, decidir o que prefere: anexação à Indonésia, independência, Estado associado? Há muitas possibilidades. Não sei se respondi.

Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Perfeitamente, obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. IVAN CANABRAVA – Depende, Senador Bernardo Cabral, de quem diz. Evidentemente, a posição é tímida em relação a Portugal – evidentemente – mas a nossa situação é completamente diferente da situação portuguesa. Nossa situação pode ser tímida em relação a outros países de língua portuguesa como Angola, onde servi, e eles reconhecem ao Frente Lin o **status** de um quase Estado, dizem que reconhecem, dão título de embaixador ao representante do Frente Lin, que não é a prática brasileira. Mas se V. Ex^a colocar a situação de Timor-Leste no contexto da comunidade internacional, a posição brasileira é avançada. Diria que a posição americana, a australiana, a alemã é uma posição bem mais cautelosa. O Chanceler Kohl esteve recentemente na Indonésia, conversou com o General Surrato(?) sobre o assunto de uma forma bastante cautelosa. O Presidente da Finlândia se recusou a receber o Professor Ramos Horta, achando que não era o momento. Nós, evidentemente, imediatamente o recebemos.

Então, a nossa posição é tímida, é cautelosa se levadas em conta as reivindicações do Frente Lin, que gostaria, como é do conhecimento de todos, que se abrisse aqui um escritório de representação, que concordássemos com o **status** de observador na CPLP. Para tudo isso pode haver uma solução de compromisso, eles podem participar da CPLP

num sistema *ad hoc* em temas que sejam do interesse deles. Evidente que a preservação do patrimônio cultural de Timor-Leste é extremamente importante para o Brasil, mas eu não diria que, em termos internacionais, a posição do Brasil não é tímida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Embaixador, sou um dos responsáveis pela presença de V. Ex^a aqui, por ter requerido, na reunião anterior, que a Comissão de Relações Exteriores, procurasse ampliar o seu nível de aproximação com a discussão do problema do Timor-Leste.

De certa forma, a pergunta do Senador Bernardo Cabral antecipa parte do que eu desejava indagar. Até me permitiria ponderar com relação à resposta que V. Ex^a deu ao Senador Bernardo Cabral o seguinte: se nos situarmos no plano internacional como um País que tem uma posição em relação ao Timor-Leste simétrica a dos Estados Unidos, da Austrália, da Alemanha e da Finlândia, realmente, não se justificaria que tivéssemos um nível de envolvimento diferente daquele que temos. Mas na minha visão de leigo, em matéria diplomática, percebo algumas coisas.

Em primeiro lugar, o Prêmio Nobel concedido ao Professor Ramos Horta e ao Bispo sinaliza uma postura de um segmento importante da opinião pública mundial em relação ao Timor-Leste bastante diferente daquele que se expressa na nossa postura, digamos assim, fria, asséptica em relação a essa questão de não "colocar as mãos dentro da panela".

Segundo, acredito que o interesse do Brasil, na minha percepção, tem uma interface com dois aspectos importantes. O primeiro é que somos membros da chamada comunidade lusófona, que é uma das palavras que pronuncio com muito cuidado, porque é uma das mais feias do idioma português. Em todo caso, pertencemos a essa comunidade, e com aspirações, mesmo não explicitadas, de maior importância e projeção mundial – que o Brasil tem, que sabemos que tem, que todos sonhamos que chegue um dia a ter essa posição. A impressão é de que a densidade política do Brasil, dentro desse universo de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, caiu muito. Há um novo equilíbrio, e até mesmo a nossa relação com Portugal está diferente. Isso aconteceu por que não chegamos a parecer, como se esperava, uma liderança confiável, no momento em que a comunidade tem problemas nas suas áreas mais vulneráveis, como é o caso de Timor.

Finalmente, com a nova e moderna diplomacia que vem sendo praticada no Brasil, estamos emergindo de uma fase muito ruim para a imagem do Brasil no Exterior. O que se sabe é que o Brasil era visto como o campeão das agressões ao meio-ambiente e aos direitos humanos. Todos nós nos recordamos de manifestações realizadas por parte de ambientalistas em praças públicas, no Exterior, além dessas agitações de brasileiros insatisfeitos ocorridas há pouco tempo. Lembro-me de incidentes ocorridos em frente à Embaixada do Brasil na Itália, na Inglaterra e em outros países, que foram profundamente desagradáveis e que expressavam uma certa hostilidade internacional, mais ou menos gratuita, a essa posição.

Talvez haja uma maior inserção do Brasil nesse problema de Timor, sem pretensões imperiais ou de potência truculenta. Há uma inserção um pouco diferente daquela dos Estados Unidos, da Alemanha e da Finlândia, como se fosse uma coisa bem-vinda. Mas esta é uma visão de um político provinciano e leigo em matérias diplomáticas, que queria sobre estas ouvir sua opinião.

O SR. IVAN CANABRAVA – Senador, as observações de V. Ex^a são muito interessantes. Apenas discordo da última colocação. Evidentemente, não seríamos diplomatas se estivéssemos expressando uma opinião pessoal que não refletisse exatamente o pensamento do nosso Congresso e, de forma muito especial, dos membros da Comissão de Relações Exteriores. De modo que é muito importante tudo o que foi dito por V. Ex^a. Evidentemente, tentarei comentar ponto por ponto.

Em relação a essa simetria no plano internacional, eu diria que, se dei essa idéia, expressei-me mal. Penso que não há uma simetria entre a posição do Brasil e a posição assumida pelos Estados Unidos, pela Alemanha e pela Austrália. Apenas quis dizer que não estamos isolados. A nossa posição é completamente diferente da posição adotada por esses países, como V. Ex^a disse muito bem. Temos um interesse e um envolvimento nessa questão que não são iguais aos desses países. Mas precisamos assumir uma posição equilibrada, tendo em vista a realidade dos fatos. Há uma realidade geográfica, uma realidade estratégica e uma realidade social, a que V. Ex^a se referiu. A questão dos direitos humanos, que vai mal na Indonésia, é extremamente importante para nós.

Repito que, neste momento, o mais importante é que esse diálogo possa continuar, que haja melhoria dos direitos humanos e que a população timoren-

se possa expressar a sua autodeterminação. A vontade dos timorenses, em seu conjunto, deve prevalecer.

Qual é a vontade do timorense? O Frente Lin alega que a maioria dos timorenses prefere a independência. A Indonésia e o DT(?) dizem que já houve um **referendum** – isso é verdade –, a partir do qual se decidiu pela anexação daquele país à Indonésia. Entretanto, esse **referendum** foi realizado sem o acompanhamento internacional das Nações Unidas. Não sei se posso acreditar totalmente nesse resultado. Penso que esse tipo de trabalho que está sendo realizado pacientemente no Foro das Nações Unidas, com Portugal e a Indonésia, e esse diálogo entre os timorenses podem levar a esse tipo de solução.

Uma vez mais eu acentuaria o fato de que a Austrália e o Japão têm um enorme envolvimento econômico-financeiro com a Indonésia -inclusive, esse envolvimento é muito maior do que o nosso – e, como nós, têm uma grande preocupação com relação a questão dos direitos humanos.

Além da nossa preocupação com a questão dos direitos humanos, existe essa inserção muito especial de Timor dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, comunidade esta que acaba de ser institucionalizada, com uma plataforma importante para o Brasil. Penso que a situação é muito especial e, por isso mesmo, exige que o Brasil assuma uma posição extremamente equilibrada.

V. Ex^a não poderia ter mais razão. Com o prêmio ao Bispo D. Ximenes Belo e ao Professor Ramos Horta, a Comunidade Internacional expressou que, sem dúvida alguma, o problema do Timor é importante e deve ser resolvido. Eu avançaria com a opinião de que as coisas não ficarão como estão, embora se diga que diplomata não gosta de fazer isso, sobretudo, quando se trata de um mineiro que gosta de estar muito seguro.

O assunto referente a Timor ganhou hoje uma grande projeção com essa decisão do Comitê do Prêmio Nobel, a qual implicará em repercussões importantíssimas. Os contatos que se seguirão e a evolução desse processo poderão transcender o próprio Timor-Leste, porque tudo isso está ligado a um processo evolutivo dentro da Indonésia, onde há o problema da sucessão do Surrato, que é complicado, e o problema dos direitos humanos. Na Indonésia, há também um segmento militar muito nervoso com a abertura do país. Ali terá que ser feito todo um trabalho muito complicado. Sem dúvida alguma, isso terá influência nessas questões. Quem sabe essa situação do Timor não será até um núcleo para

uma evolução extremamente favorável em todo o País?

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço muito a V. Ex^a. Quero cumprimentá-lo por sua resposta competente e segura, que serviu para me convencer ainda mais de que a nossa imagem no plano internacional, na questão do Timor, não faz justiça a um país que tem esse tipo de compreensão do problema.

O seu sentimento de que isso não vai ficar dessa forma, o qual se generaliza, sugere fortemente que o Brasil talvez precise usar esta oportunidade para aumentar a sua inserção na questão e para começar a construir para si uma imagem diferente daquela imagem antiga de um país que destrói o meio-ambiente e dispõe dos direitos humanos ao seu bel-prazer.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Embaixador, como fica essa questão étnico-racial?

O SR. IVAN CANABRAVA – Os timorenses têm uma língua própria, que é o tetum, completamente diferente da língua da Indonésia. Isso não é novidade. Eu não saberia lhe dizer quantas etnias existem nas milhares de ilhas indonesianas. Há uma enorme diversidade de etnias.

Há uma certa homogeneidade no Timor em relação à língua, tetum, à etnia e à colonização portuguesa, embora a língua portuguesa seja muito pouco utilizada. O indonésios dizem que apenas 1% da população fala o português; acho que há um certo exagero, pois esse percentual deve ser um pouco maior. Mas houve evidentemente uma certa unidade com a colonização portuguesa.

Deve-se levar em conta também a grande influência que a religião católica pode exercer, por essa via, nessa questão; daí a importância do prêmio concedido ao Bispo. Eu acrescentaria o Vaticano aos Estados que atuam com eficiência nessa questão. O Vaticano tem atuado com extrema cautela na questão do Timor-Leste, inclusive porque tem uma comunidade importante. A comunidade católica na Indonésia tem crescido muito nos últimos anos, mas, em termos de população, prevalece em Timor-Leste. Acredito que a Igreja Católica tem um papel importante a desempenhar, talvez numa linha parecida com a que se está vislumbrando em relação a Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Nessas disputas, sempre há interesses muito bem definidos. Vamos fazer uma comparação com o caso das Ilhas Malvi-

nas ou Falkland, em que a Argentina tinha interesse por razões de auto-afirmação nacionalista e a Inglaterra por razões de ordem estratégica. Houve o conflito armado. No caso do Timor, tenho uma curiosidade: qual é o interesse maior da Indonésia? Trata-se de alguma razão de ordem econômica, étnica ou religiosa? Qual o cerne da questão por parte da Indonésia? É claro que o Timor quer a sua autodeterminação. Como a população do Timor se posiciona nessa questão?

O SR. IVAN CANABRAVA – Vamos começar pela resposta à primeira pergunta.

Diria, Senador, que o maior receio da Indonésia, neste momento – esta é uma opinião pessoal – é uma desagregação territorial, pois se trata de um país formado por milhares de ilhas, composto de etnias extremamente diversificadas, com várias línguas.

A independência de Timor-Leste poderá desencadear um efeito dominó praticamente incontrollável, num país diferente; não é um país que tem uma democracia consolidada; é um país que enfrenta problemas relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Diria que o maior receio da Indonésia é quanto aos aspectos territorial e de soberania, de que isso seja uma abertura numa comporta que leve à desagregação total do país. Esse é também o terror dos países vizinhos, que, por isso, são bastante negativos.

V. Ex^a poderia argumentar que estou omitindo algumas coisas. O Timor, aparentemente, tem petróleo e teria recursos naturais; porém, está muito atrasado nesse aspecto; não há e nunca foi feita no passado nenhuma exploração; não há uma atividade econômica que aponte, neste momento, na direção de que o Timor esteja montado num poço de petróleo. Porém, sem dúvida nenhuma, há recursos.

A Indonésia é um país muito rico, com jazidas de petróleo importantíssimas – e aí entra de novo a importância estratégica da Indonésia para a China, que brevemente estará importando petróleo, para o Japão e outros países. Os recursos naturais certamente desempenham um papel importante, mas diria que, neste momento, até mais do lado da Indonésia. Os grandes países, como Austrália e Japão, têm um enorme envolvimento econômico na exploração dos recursos naturais na Indonésia. Talvez, para esses países, a hipótese de uma desagregação e uma desestabilização grande na Indonésia seria fatal.

Hoje, a população de Timor é de 827.727 habitantes, em sua maioria, católicos, 90%; muçulmanos, 3,8%; protestantes, 2,9%. É fundamental assinalar que as igrejas protestantes estão junto com o

Bispo, fazendo um trabalho muito importante na área de direitos humanos. Os hindus representam 0,6% e os budistas 0,1%. A população está dividida em 29 grupos étnicos. A língua portuguesa é utilizada por uma pequena...

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Qual o percentual da população que utiliza a língua portuguesa?

O SR. IVAN CANABRAVA – A língua portuguesa é utilizada por uma pequena parte da população mais velha. As línguas mais faladas são o tetum, como já disse, e o Indonésio Bahasa, que é o Indonês, a língua oficial. Acredito que seja mais de 1%; aumentaríamos para uns 5%.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Obrigado, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se mais nenhum Senador deseja fazer uso da palavra, o que me cabe é agradecer pela excelente exposição do Embaixador Canabrava e o interesse da Comissão em se situar nesse ponto tão importante, assim como é importante que o Embaixador Canabrava leve, por meio das perguntas, o ponto de vista que a Comissão tem sobre o assunto.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. IVAN CANABRAVA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade que V. Ex^{as} me concederam e reiterar que me coloco inteiramente à disposição da Comissão. Com muito prazer, vou levar para o Itamaraty, como o Sr. Presidente acabou de assinalar, todas as observações, comentários e opiniões extremamente importantes que ouvi nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h 40min.)

9ª Reunião, (Extraordinária) realizada em 28 de agosto de 1996.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, presentes os Senhores Senadores Elcio Alvares, Regina Assumpção, Freitas Neto, Vilson Kleinübing, Jonas Pinheiro, Waldeck Ornelas, Joel de Hollanda, José Roberto Arruda, Romeu Tuma, Osmar Dias, Ademir Andrade e Gilberto Miranda reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Nabor Júnior, Mauro Miranda, Onofre Quinan, Gerson Camata, Marluce Pinto, Fernando Bezerra, Romero Jucá, José Ignácio Ferreira, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lu-

cídio Portella, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 1 da pauta: **Requerimento nº 6/96 C.I. Ementa:** "Convite para audiência pública ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Deputado Antônio Kandir, para prestar esclarecimentos a respeito do Plano Brasil em Ação, que reúne as metas do atual governo". Autor: Senador Freitas Neto. Colocada em discussão a matéria e não havendo oradores para discutí-la, passa-se à fase de votação, ocasião em que a Comissão aprova por unanimidade o requerimento apresentado. Item nº 2 Apresentação de proposta da Presidência, para a realização de Seminário Internacional, juntamente com a Federação Nacional dos Engenheiros, com painéis e debates sobre os órgãos reguladores dos setores elétrico e de telecomunicações. Colocado em discussão o assunto em pauta, a Comissão pela maioria dos membros presentes aprovam a referida proposta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **José Agripino**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está dispensada a leitura da ata da reunião anterior.

A pauta de hoje contém dois itens. O primeiro é um requerimento de autoria do Senador Freitas Neto, que solicita a convocação para audiência pública do Sr. Ministro do Planejamento, Dr. Antônio Kandir, para prestar esclarecimento a respeito do Plano Brasil em Ação, que reúne as metas do atual Governo.

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador **José Roberto Arruda**.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, considero a iniciativa do Senador Freitas Neto muito oportuna, porque o

plano de ação do Governo antecede a proposta orçamentária, que, constitucionalmente, deve vir ao Congresso até 31 de agosto. Na verdade, na reunião em que estiver o Sr. Ministro do Planejamento para esclarecimento desse tema, obrigatoriamente estará em discussão, também, a nova postura do Governo com relação à proposta orçamentária. Será, pois, extremamente positivo esse encontro.

Ponderaria apenas ao Senador Freitas Neto – em função das conotações que tiveram a presença do Ministro do Planejamento na Câmara dos Deputados, embora numa circunstância diferente – que a convocação do Ministro fosse na forma de convite, para evitar repercussão, pois a intenção é a de que haja esclarecimentos, o que é extremamente positivo. Como na Câmara dos Deputados houve problemas e a convocação foi transformada em convite – e os jomais enfocaram a questão -, o que fez a presença do Ministro ter sido muito positiva exatamente nessa linha, poderíamos tomar medida igual no Senado. Seria muito interessante que o Senador José Agripino Maia aprovasse a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, penso que é profundamente oportuna e interessante a proposta do Senador Freitas Neto. O Senador José Roberto Arruda colocou um ponto importante. Desvestindo-me da posição de Líder do Governo, quero dizer que alguns Estados ficaram, até certo ponto, inquietos com relação ao plano de metas. Na verdade, trata-se do plano plurianual com algumas obras enfatizadas pelo Presidente numa reunião ministerial. A vinda do Ministro Antônio Kandir será muito importante, principalmente para Senadores de algumas regiões – tenho ouvido alguns pronunciamentos em plenário a respeito de dúvidas sobre alguns Estados.

Na verdade, no plano de metas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se prestarmos atenção, veremos que metade do programa trata da destinação a obras determinadas e outra metade da alocação de recursos em programas já estabelecidos pelo Governo Federal.

O Ministro Antônio Kandir – faço este registro com muita tranquilidade e como Líder do Governo – tem sido uma revelação muito importante para os políticos, principalmente para os Senadores. Ele está dando um tratamento político nas matérias do seu Ministério, com atenção e com deferência a todos os Senadores, o que facilita sobremodo a ação do Governo dentro do Senado. Quero louvar esta

oportunidade de dizê-lo. Em todas as matérias discutidas – quero fazer este registro também com louvor ao Ministro Antônio Kandir -, S. Ex^a imediatamente teve o cuidado de telefonar e esclarecer, acompanhando tudo muito de perto.

Mas é necessário que haja esclarecimentos quanto ao plano de metas. No meu Estado, por exemplo, que tem um complexo portuário muito forte, o principal jornal anunciou: "o Governo esquece o Espírito Santo". É difícil, principalmente para os Senadores que sustentam a posição do Governo, às vezes dar determinadas explicações sem uma palavra oficial.

Penso que a vinda do Ministro Antônio Kandir, que vai demonstrar claramente que todos os Estados estão dentro da visão nacional do Presidente, é profundamente oportuna, razão pela qual solidarizo-me com o Senador Freitas Neto. Concordo também com o adendo que o Senador José Roberto Arruda fez, exatamente pelo comportamento que o Ministro vem tendo à frente do Ministério do Planejamento. S. Ex^a tem sido muito atencioso com todos nós, e seria altamente honroso para a Comissão contar com a presença de S. Ex^a para uma exposição ampla sobre o assunto, permitindo, evidentemente, aos Senadores que entendam, de uma forma ou de outra, por que seus Estados ficaram um pouco à margem do Plano de Metas. É preciso fazer as perguntas certas para se obter os devidos esclarecimentos.

Voto, pois, favoravelmente, acompanhando o adendo do Senador José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Concedo a palavra ao Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Concordo plenamente com as ponderações do nobre Líder do Governo no Congresso, Senador José Roberto Arruda, e do Líder Elcio Alvares.

Quero apenas dizer, já que o nobre Senador Elcio Alvares levantou a questão de cada Estado, no momento em que especificou 42, naturalmente muitos Estados não apareceram. Mas, no requerimento – faço questão de ler alguns trechos -, o debate seria mais amplo, e não apenas quanto ao Estado A, B ou C não aparecer.

Gostaria de saber o volume de recursos com que o Governo Federal contará efetivamente para investir no novo plano, exatamente em função da questão orçamentária; qual a origem desses recursos; se haverá realismo no cálculo da... *(falha na gravação)*... cidades previstas no plano e também verificar o processo através do qual se selecionaram as metas constantes do Plano Brasil em Ação.

Não se sabe qual o critério usado para isso, se foi maior o retorno econômico dos investimentos ou o volume de benefícios sociais por ele determinado, ou mesmo a sua capacidade de atrair o capital externo.

Evidentemente, também não podemos deixar de levantar a questão das disparidades regionais. É claro que eu, como Senador do Piauí, também vou levantar esse problema. O Senador Elcio Alvares disse que teve problemas e, na época, li na Imprensa – eu estava no Piauí – explicações de que seus próprios correligionários e admiradores do Espírito Santo levantaram a questão com relação ao seu Estado e com relação ao Piauí. Toda a nossa Bancada federal, que vem sendo leal ao Governo quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado Federal, parece-me a mais leal de todas, pois somos 13 votos e não queremos dizer absolutamente que estamos trocando apoio; queremos ver a questão nacional.

Entendo que as disparidades regionais são um problema nacional, como disse inclusive o Ministro Antônio Kandir no dia de sua posse. S. Ex^a disse que a questão do Nordeste ou das regiões mais pobres é nacional. E o nosso Piauí – tenho que dizer isso sinceramente, na presença dos nossos dois Líderes, dos nossos Colegas – não tem recebido do atual Governo um tratamento adequado, e sou um admirador do atual Presidente.

Temos sido muito cobrados, e tenho dito isso ao Senador Elcio Alvares. Por exemplo, na questão das estradas, um recente levantamento feito pela Confederação Nacional dos Transportes relacionou os dez piores trechos das rodovias federais no Brasil; oito deles passam pelo nosso Nordeste e quatro, no Piauí. São as estradas que ligam Teresina a Barreiras, na Bahia, cortando o Estado desde a sua capital, no extremo Sul, Teresina/Fortaleza, Picos/Salgueiro e Picos/Fortaleza. São exatamente os grandes entroncamentos do Estado que estão relacionados pela CNT e há até as dez piores estradas do Brasil.

Já convoquei para esta Comissão, logo que S. Ex^a assumir, o Ministro dos Transportes. Sabemos da questão fiscal, da capacidade de investimento do Governo, muito aquém das suas necessidades, mas mereceríamos um pouco mais de atenção, porque, sem uma infra-estrutura adequada, jamais competiríamos, mesmo dentro do Nordeste.

Aceito a ponderação em relação ao meu requerimento para que seja transformado em convite. Sei que o Ministro vai aceitá-lo, para discutir a matéria de maneira ampla. Mas sei também que outros

Senadores vão levantar a questão de seus Estados, o que é um dever nosso.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – O Senador Freitas Neto concorda com a substituição do termo "requerimento" para "convite".

Assim sendo, fica colocado em votação o convite ao Ministro.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero prestar um esclarecimento a respeito da proposta que o Senador Freitas Neto acabou de fazer com relação às estradas.

Temos mantido contatos seguidos com o Presidente da CNT. Estive, recentemente, na sede da CNT, com o Ministro Raimundo Brito, com o Presidente da Petrobrás, na cerimônia de assinatura de um convênio firmado entre as entidades CNT, Ministério das Minas e Energias, Ministério dos Transportes e Petrobrás visando a uma ação conjunta para economizar consumo de combustível, basicamente o óleo diesel. A partir desse encontro, venho desenvolvendo outros com a CNT, que é um órgão privado e com uma dimensão maior do que aparenta. Seu presidente é um homem de muito boa postura e virá a esta Comissão – está disposto a isso – trazer uma proposta de atuação em parceria com o Governo.

É um fato inédito, eles estão se dispondo a participar, inclusive financeiramente, na recuperação de rodovias, como forma de diminuir os custos de transporte deles próprios. Estão preparando essa proposta e, tão logo fique pronta, nós a avaliaremos e, se for o caso, traremos o Ministro dos Transportes para uma audiência conjunta com a CNT, para juntos começarmos a solucionar alguns problemas que são ultragritantes, de tráfego e da elevação de custos do Brasil, evidentemente.

O segundo item da pauta refere-se a uma preocupação que tem a Comissão com relação ao estudo dos órgãos reguladores. Claro que a privatização do setor elétrico e do setor de telecomunicações tem uma pedra de toque que se chama "órgão regulador".

Quase sempre essas matérias propostas chegam à Comissão e nos apanham despreparados para a sua avaliação. Então, para nos anteciparmos ao estudo e ao debate desses órgãos reguladores, mantivemos contato com a Federação Nacional dos Engenheiros, uma entidade civil que congrega engenheiros do Brasil inteiro e que tem, claro, uma massa de informações grande e uma contribuição impor-

tante a nos dar na formulação de uma idéia positiva para o País em torno de um órgão regulador.

Além disso, pretendemos organizar, na Comissão de Infra-Estrutura, um seminário, trazendo professores eméritos de universidades americanas – Harvard, no caso -, inglesas – Sussex – e **experts** argentinos.

Tanto a Inglaterra como a Argentina já viveram esses momentos de privatização e formação de órgãos reguladores. Harvard abriga grandes especialistas em qualquer matéria, principalmente nas técnicas. Julgo importante trazermos para um debate na Comissão de Infra-Estrutura os assuntos: órgãos reguladores, a sua formulação e as experiências havidas no mundo.

Claro que um seminário como esse – e aqui está a proposta de data que distribuí aos membros da Comissão – envolve contatos, preparação, o que significa tempo. O contato com a Federação dos Engenheiros já foi feito e já entramos em entendimento com eles.

Consulto a Comissão, em primeiro lugar, se é conveniente a realização desse seminário; depois, a data, pois brevemente teremos as eleições municipais em primeiro e segundo turnos – primeiro turno, dia 3 de outubro e segundo, dia 15 de novembro. Gostaria, então, de ouvir a opinião dos Srs. Senadores sobre a proposta do seminário conjunto com a Federação dos Engenheiros, com a presença de professores e de técnicos de padrão internacional do melhor nível, e a melhor época para se realizar esse seminário, se seria após o primeiro turno da eleição ou logo após o segundo, tendo em vista que uma proposta sobre os órgãos reguladores não deve chegar a esta Casa, creio eu, antes de 15 de novembro.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sobre a data, tenho a impressão de que após o primeiro turno já será possível a realização do seminário, até porque a proposta da ANEL(?) vai chegar antes. Portanto, creio que a data é extremamente oportuna.

A idéia do seminário é fantástica, apenas me permitiria sugerir três nomes que não ouvi e que, dentro do cenário nacional, são obrigatórios: o primeiro, o do Presidente nacional das empresas de energia elétrica do Brasil, que é o engenheiro José Costa Carvalho; o segundo, o atual Presidente do Departamento Nacional de Combustíveis, órgão que terá de ser modificado para ser órgão regulador do setor de petróleo, o Dr. Ricardo Pinheiro; e, o terceiro, alguém da Eletrobrás, ocorre-me agora o nome

do Dr. Benedito Carraro, mas, enfim, alguém daquela empresa que tem essa visão sobre a regulação do setor elétrico.

O SR. ELCIO ALVARES – (Inaudível. Fora do microfone.)... que já foi do DNAEE.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Já foi durante muitos anos diretor do DNAEE, é diretor da Eletrobrás e tem uma visão dos dois lados. Creio que seria interessante.

Quanto às experiências internacionais, penso que a única importante é a das **comissions** americanas. Um professor americano resolve a questão, pois não há muito a acrescentar. Talvez pudéssemos condensar isso num debate da questão nacional; na Câmara, o debate foi muito fértil. Com as pessoas que estão aí será possível um belo debate.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Quero dizer que essas personalidades: o inglês, o argentino e o americano serão convidados. A vinda deles será custeada pela Federação Nacional dos Engenheiros, não havendo, portanto, nenhum ônus para nós. Acredito que se enriquecerá bastante o debate. É claro que o debate doméstico é o que mais nos interessa. Com relação à proposta de data, qual seria a melhor idéia? Digamos lá pelo dia 10 de outubro. Seria bom?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não chega a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Faremos, então, depois do primeiro turno.

A proposta chega aqui quando?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É fácil de ser aprovada lá, pode ser antes de setembro.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Vamos debater sobre órgãos reguladores: setor elétrico, telecomunicações e, no caso, combustíveis, energia.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que está faltando alguém da área de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) – Podemos organizar. Em tese, a idéia está aprovada pela Comissão – julgo eu -, e a época oportuna seria após o primeiro turno, a partir, digamos, de 5 ou 8 de outubro.

Então, estamos ajustados.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h52min.)

10ª Reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 31 de outubro de 1996.

Às dez horas do dia trinta e um de outubro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência do Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Regina Assumpção, Romero Jucá, Nabor Júnior, Gérson Camata, Marluce Pinto, Lúdio Coelho, Carlos Bezerra, José Roberto Arruda, Carlos Patrocínio, Geraldo Melo, Lúdio Coelho, Lucidio Portela, Marluce Pinto e Jonas Pinheiro. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Com a palavra o Presidente da Comissão, Senador José Agripino, procede a leitura das sugestões de emendas ao Orçamento da União para o Exercício de 1997, Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 8/96-CN. Após discutidas, são colocadas em votação e aprovadas pela Comissão as seguintes emendas: nº 1-CI, referente a "Implantação e manutenção da sinalização náutica e auxílio à navegação das hidrovias brasileiras e águas costeiras a serem realizadas pelo Ministério da Marinha"; nº 2-CI, referente a "Duplicação da rodovia BR-364/163/070, no trecho da Serra de São Vicente (Km-343 ao 360)"; nº 3-CI, referente a "Construção/Pavimentação da BR-080/GO, no trecho Uruaçu-Padre Bernardo; nº 4-CI, referente a "Implantação e recuperação dos trechos ferroviários, da divisa dos Estados do ES/BA até Aracruz com 150 Km, e de Cariacica até a divisa dos Estados do ES/RJ, com 130 KM", nº 5-CI, referente a "Restauração do trecho rodoviário na BR-470/SC – Navegantes-Divisa SC/RS". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião lavrando eu, Celso Antony Parente, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada conjuntamente com as notas taquigráficas. Senador **José Agripino**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Temos hoje um item só, que é a escolha das cinco emendas coletivas da Comissão de Infra-Estrutura, mas gostaria de, inicialmente, prestar algu-

mas informações aos membros da Comissão com relação à agenda para os próximos dias 20 e 21 de novembro. A Comissão de Infra-Estrutura, com a Federação Nacional dos Engenheiros, vai realizar um seminário internacional para discutir os órgãos reguladores do setor elétrico e do setor de telecomunicações. Estão convidados palestrantes da Argentina, da Inglaterra e dos Estados Unidos e haverá a participação efetiva da Federação Nacional dos Engenheiros com os membros da Comissão de Infra-Estrutura e entidades da sociedade civil. Deverá despertar interesse nacional e, evidentemente, será uma grande contribuição para que os membros da Comissão de Infra-Estrutura possam amadurecer o seu pensamento com relação a esses órgãos reguladores dos setores elétrico e de telecomunicações.

Desde já, informo que o seminário será realizado no Auditório Petrônio Portella, nos dias 20 e 21 de novembro, durante todo o dia. Será um seminário grande, com muita informação, muito debate. Está sendo organizado há três meses, com a participação efetiva da Federação Nacional dos Engenheiros. É uma iniciativa da Comissão de Infra-Estrutura, que julgo interessante para o debate desses temas, que são vitais para a economia nacional.

Outra informação: no dia 3 de dezembro, estará presente à Comissão o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, que virá trazer, conforme prometido, os termos do edital de licitação da Companhia Vale do Rio Doce. Estava agendada para terça-feira passada a vinda do Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros, mas um curto circuito de informação – é preciso que se esclareça isso – impediu a vinda dele. Ele não tem culpa alguma de não ter comparecido. Foi um equívoco de informações entre Senadores que ele, inclusive, informou e esclareceu. Remarcamos, então para o dia 3 de dezembro a vinda dele a esta Comissão, para informar os termos do edital.

Quero, por antecipação, informar também que o Sr. Luís Carlos Mendonça de Barros nos assegura que aquilo que foi dito na Comissão, ou seja, o produto da venda da Companhia Vale do Rio Doce, será destinado à provisão de infra-estrutura, diferentemente de notícias veiculadas na imprensa, que informam que a venda das estatais irá toda para pagamento de dívida. O Dr. Luís Carlos Mendonça de Barros, falando em nome do Governo, assegurou-me que aquilo que foi dito nesta Comissão será cumprido. No dia 3 de dezembro, ele virá aqui para confirmar e dar os elementos do edital, para que isso seja discutido na Comissão de Infra-Estrutura.

Passamos, agora, à discussão do item único da pauta, que são as emendas coletivas ao Orçamento da União de 1997. Foi designado o Senador Romero Jucá para apresentar o relatório sobre as 12 emendas apresentadas à Presidência e que devem resumir-se a cinco emendas, o máximo permitido pelo Regimento e pelo acordo.

Tive conversas preliminares com o Relator, e estabelecemos como critérios, como não poderia deixar de ser, pelo menos uma emenda por Região. E que as emendas tivessem o caráter de nacionalidade, o caráter de interesse nacional – tanto quanto possível, interesse nacional. Então, contemplar uma por Região e as emendas terem interesse nacional.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse o Sr. Presidente, Senador José Agripino, procuramos, dentro de critérios, fazer uma análise, inclusive levando em conta já a proposta orçamentária e os desdobramentos da contribuição que a Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal poderia dar à confecção e complementação deste Orçamento.

Após a análise das emendas, separamos algumas com parecer positivo para apreciação das Sr^{as} e Srs. Senadores. A primeira emenda que tem parecer positivo, Sr. Presidente, tem caráter nacional, e representa a operação e adestramento das forças navais com a manutenção e reparos navais e a sinalização de hidrovias. É uma emenda ao Orçamento do Ministério da Marinha, muito importante a nível nacional, pela importância dada agora às hidrovias. A nível técnico-operacional, é uma emenda fácil de ser acatada no Orçamento, já que, normalmente, o Orçamento do Ministério da Marinha é pouco emendado ou pouco demandando. Então, na verdade, essa é a emenda que tem parecer positivo.

A segunda emenda com parecer positivo é a referente à Região Norte que trata do início da construção da linha de transmissão de energia Brasil-Venezuela. É uma emenda que objetiva privilegiar, atender à Amazônia ocidental, e esse projeto, em sua conclusão, deverá atender à ligação energética e à transferência de energia da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, até Manaus.

Estamos alocando recursos para uma primeira etapa no valor de R\$10 milhões, uma solicitação da Eletronorte, que visa exatamente suprir a demanda de energia de uma região do Brasil, aliás, uma região que se encontra sob racionamento de energia elétrica.

A terceira emenda atende a uma área da Região Centro-Oeste e prevê a duplicação da BR-364, na área referente à Serra de São Vicente. São os quilômetros necessários para a duplicação do Km 343 ao Km 360. Portanto, são 17 quilômetros de serra, onde ocorre o maior número de acidentes.

Isso foi relatado pela Bancada do Centro-Oeste e, no nosso entender, apesar de ser numa rodovia de um determinado Estado da Federação, tem uma amplitude muito grande, a nível regional, por conta da ligação terrestre entre o Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, o próprio Estado do Amazonas e, também, o Estado do Pará. Portanto, é uma emenda que tem parecer positivo.

Por esse relatório, as Regiões Norte e Centro-Oeste já têm emendas, e há um parecer positivo de uma emenda nacional.

Temos, também, Sr. Presidente, uma emenda para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que atenderia aos Estados: Brasília, Minas Gerais, com desdobramentos para o Rio de Janeiro, que é a conclusão da pavimentação de 90 quilômetros da BR-080 que permitiria a ligação da Rodovia 153, Belém-Brasília, a BR-040 que faz a ligação entre a Capital do País, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, através da BR-262. É a construção de 90 quilômetros de rodovia que permitiriam, segundo a Bancada do Centro-Oeste e parte da do Sudeste, encurtar caminho e complementar a ligação terrestre entre Brasília, Centro-Oeste e o Sul do País.

Também para o Sudeste, existe uma emenda do Senador Gerson Camata, referente à construção do trecho de Aracruz-Cariacica, divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, sobre a questão de ferrovias. Essas duas emendas, que têm parecer positivo, estariam relacionadas com o Centro-Oeste e o Sudeste.

Na verdade, pelo critério definido, ao Plenário caberia escolher uma dessas duas emendas, que têm parecer positivo, e a escolhida representaria o Sudeste.

O SR. GERSON CAMATA – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA – Essa obra da primeira emenda é em unidade da Federação?

O SR. ROMERO JUCÁ – A obra é entre Brasília e Minas Gerais.

O SR. GERSON CAMATA – Então, é na Região Centro-Oeste?

O SR. ROMERO JUCÁ – Com ramificações para o Rio de Janeiro.

Eu a estou colocando para a discussão, porque, na verdade, ...

O SR. GERSON CAMATA – Não se pode discutir. O mapa é uma coisa física.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Sugiro que o Relator apresente as emendas que S. Exª acolheu, para que o Plenário, em seguida, se manifeste.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, gostaria de me manifestar sobre essas cinco emendas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Creio que o Senador Romero Jucá considerará justo, pois S. Exª talvez não tenha tomado conhecimento, embora tenha assinado a Ata, de que aprovamos essa emenda.

Apesar de serem citados o Brasil e a Venezuela, essa energia de Guri é para o abastecimento de Roraima até Manaus.

Aprovamos essa emenda na Comissão da Região.

O SR. ROMERO JUCÁ – Essa da Região Norte já está acertada.

A SRA. MARLUCE PINTO – Digo isso porque V. Exª está aprovando nesta Comissão e ela já foi aprovada em outra. São cinco as Comissões e, portanto, cinco emendas de cada uma delas, dez de bancada e cinco regionais. Então, como foram feitas as regionais tendo como Presidente, para coordenar os trabalhos, o Deputado José Priante, que é do Pará, ficou o Pará com uma emenda, juntamente com Mato Grosso; o Tocantins, com o Maranhão; o Acre, com Rondônia; o Amapá, sozinho, porque fica isolado; e a quinta emenda ficou a nossa Roraima e o Amazonas, para isso mesmo, a linha de transmissão de Guri. Tem até cópia, que já enviei...

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Já foi aprovada?

A SRA. MARLUCE PINTO – Aprovada. Ele mandou porque foi aprovada na comissão. Aí, Senador, poderíamos pegar a nossa e fazer a BR-401, que tem aquela ponte internacional. É um compromisso. O Presidente da República de um país pobre como é a Guiana já cumpriu a parte dele, e até hoje a ponte do Rio Tacutu não foi feita, e tem a BR-401 para chegar até lá. Podíamos trocar para essa.

Até trouxe para mostrar aqui. O Deputado José Priante e cada Senador aqui da nossa bancada, dos 11 assinaram: Auceste Madeira, um deputado; Elton Rohnelt; Francisco Rodrigues, que está fora, em Nova York; Luciano de Castro, que assinou mesmo antes de viajar, que é do grupo do Senador; Deputado Luiz Alves, do Amazonas, e Deputado Moisés Li-

pinik. Não assinaram o Deputado Robério Araújo; o Deputado Salomão Cruz, também do grupo; o Senador João França, acho que não compareceu; Senadora Marluce Pinto e Senador Romero Jucá. Então, passo às mãos do Presidente.

O SR. (Não Identificado) – Mas, no ano passado, colocamos a BR-401 como emenda regional, e, na verdade, não foi definida depois, porque, como é uma BR dentro de um trecho em Roraima, e o lado de lá ainda não está feito, a Comissão de Infra-Estrutura não acatou a emenda e nós perdemos uma.

A SRA. MARLUCE PINTO – O Senador Carlos Patrocínio, no primeiro dia de discussão, em que estava presente, e eu estava lá. Aí o Deputado Luciano, do nosso Estado, queria ainda que alocassem recursos para a Eletronorte, com termoeletrônica, e todos nós fomos contra – os deputados do Amazonas e eu, que estava lá. Então, solicitei dos pares e ficou definido isso: cinco regiões, cada dois Estados com uma, que são os Estados da Amazônia.

Estou falando assim porque uma ou outra vai ser prejudicada. Aparecem duas, e Roraima com tanta necessidade, porque lá já foi aprovado. Já está pronto o disquete.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Quero fazer uma ponderação, Sr. Relator, para ganharmos tempo.

Já está definido que essa emenda que provera de energia elétrica o trecho Brasil-Venezuela já está contemplada como emenda regional, então abre-se uma vaga. Sugeriria que o Relator lesse as emendas que foram acolhidas, para ouvirmos então a opinião de autores de emendas que não foram acolhidas, à exceção de outras emendas, para estabelecermos a discussão final. Mas definindo quais são as acolhidas, quais são as emendas que reúnem unanimidade e, a partir daí, estabelecer discussão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de ser informado a respeito das emendas que aprovamos nesta comissão, no ano passado, e qual foi a execução dessas emendas, se foram executadas integralmente ou parcialmente, ou se simplesmente não foram tocadas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Não lhe posso informar de pronto, Senador, mas podemos fazer um levantamento para vermos. Posso ler as que foram aprovadas. Agora, a execução orçamentária delas não lhe posso informar.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Mas nós sabemos por região.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Se quiser, posso ler. Até para conhecimento da Comissão.

A Emenda nº 1 é referente à construção de ponte ferroviária sobre o rio Tocantins; foi a emenda referente à Região Norte. A Emenda nº 2, referente à hidrovia do Rio São Francisco, no trecho Pirapora-Juazeiro; emenda da Região Nordeste. A Emenda nº 3, contribuição financeira ao desenvolvimento dos cerrados, Prodecer; foi a emenda da Região Centro-Oeste. E a Emenda nº 4, dragagem em portos nacionais, Vitória-ES; foi a emenda da Região Sudeste. A Emenda nº 5, referente à Região Sul: BR-153/SL, restauração do trecho União da Vitória, no Paraná, a Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Foram essas cinco emendas.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, acho pertinente essa questão de comentarmos o restante das emendas, para depois discutirmos quais serão as cinco.

Há essa questão, que foi relatada aqui, no trecho da divisa Aracruz/Cariacica, na emenda do Senador Gerson Camata sobre transporte ferroviário.

Tem essa ligação da BR-080 em 90 quilômetros até Minas Gerais com ligação no Rio de Janeiro. Há uma emenda da Senadora Regina Assumpção, agora para a Região Sul, que trata da construção do centro regional sul de pesquisas espaciais, que seria localizado em Santa Maria, mas daria condição de se trabalhar todo o controle do território brasileiro na Região Sul, inclusive na questão climática e na questão das safras da região. Esta emenda, não obstante trate de um centro de pesquisa localizado em Santa Maria, tem um caráter regional e nacional por contra desse trabalho de monitoramento.

Há também uma emenda do Senador Vilson Kleinübing, para a Região Sul, que trata da BR-470, no trecho Santa Catarina/Navegantes, divisa com o Rio Grande do Sul, no sentido de ampliar o corredor de transporte da Região Sul com o Mercosul, emenda com caráter regional e implicação nacional.

Essas seriam as emendas que teriam inicialmente parecer positivo. As outras emendas são muito direcionadas a obras específicas dentro do estado. Quero aqui dar o testemunho, usando inclusive a questão levantada pela Senadora Marluce Pinto, representante também do meu Estado. Temos a BR-401, ligando Boa Vista à divisa com a Guiana, só

que do lado de lá da Guiana a estrada ainda não está pronta. Que acontece? Ano passado colocamos na comissão, na Câmara, como emenda nacional a BR-401. O relator e a Comissão de Infra-Estrutura cortaram-na exatamente porque se tratava de uma obra específica localizada num estado e que não tinha ainda repercussões maiores nas demais regiões do país.

Penso que não adianta colocarmos emendas estaduais nas comissões na Câmara e no Senado, porque é muito criteriosa a peneira que passam os relatores e sub-relatores na Comissão de Orçamento.

Penso que poderíamos estar gastando, jogando fora uma emenda que poderia não atender especificamente uma região nossa mas outra região, todavia com repercussões para ampliação de uma política de estrutura no país. Penso que por ser a Comissão de Infra-Estrutura uma comissão nacional deve apresentar emendas que tenham repercussão sobre as políticas de infra-estrutura do país.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Sem dúvida alguma.

A SRA. MARLUCE PINTO – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. MARLUCE PINTO – Estivemos há mais de dois anos na Guiana, em Georgetown, com o Presidente; após a saída do governador, parlamentares e empresários, S. Ex^a veio ao Brasil. Eles dizem que não asfaltaram até a divisa exatamente porque consideram o Brasil inadimplente. Existe um acordo entre o Governo brasileiro e o Governo da Guiana para que se faça a ponte sobre o rio Tacutu. Na época eles até queriam entregar a ponte para que o próprio Brasil a fizesse; eles pagariam a estrada. Nesse caso, os empresários brasileiros poderiam entrar na licitação mas com o compromisso de que houvesse a licitação para essa obra. Então, enquanto não se fizer aquela ponte – entendo que esta é uma emenda nacional, uma vez que representa um compromisso do Governo brasileiro com o Governo da Guiana – eles também não fazem o asfalto. Eles alegam que, se fazem o asfalto até a fronteira, vão gastar e não vão poder passar, já que não há uma ponte. O mesmo acontecia com a Venezuela. Existia o contrato bilateral, e V. Ex^a sabe que o próprio Governador do nosso Estado, com recursos próprios, asfaltou da nossa capital até a fronteira, um trecho de 220 quilômetros, pois se tratava de um contrato bilateral.

Depois disso o processo já está facilitado, pois, como chegou até lá, hoje há interesse do Presidente

da Venezuela na estrada, porque vem até Manaus, e eles mesmos estão forçando. Hoje no Orçamento constam R\$45 milhões para conclusão da BR-174. Por existir interesse comum dos dois países, os respectivos presidentes começam a realizar. V. Ex^a sabe que estamos para instalar aquela área de livre comércio na fronteira da Guiana, uma das causas por que eles nos cobram; se conseguíssemos fazer aquela ponte e asfaltar, já nos facilitaria a instalação da área de livre comércio com a Guiana.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Enquanto o Senador Jonas Pinheiro se manifesta, pediria ao relator que apresente a proposta de relatório com as emendas que, no seu entendimento, são nacionais e consensuais e as restantes emendas, acolhidas pelo relator por mérito, por merecimento, para que possamos decidir por votação.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, o Relator é a pessoa mais importante, neste instante, para definir quais são as cinco emendas.

Quero ainda tocar no assunto da BR 364, apesar de o Relator já ter dado parecer favorável, para acrescentar que a Serra de São Vicente não serve apenas à BR 364. Ali afunilam quatro BRs: a BR 070, a BR 163, que vem do Rio Grande do Sul; a BR 364, que nasce aqui no sul de Minas Gerais, e a BR 174. É impressionante verificar que, hoje, entre Rondonópolis e Cuiabá, o trânsito de carro aumentou para 9.500 carros por dia. Não há um dia sequer que não temos o desprazer de um acidente nessa estrada.

Assim, Sr. Relator, quando o acidente é na Serra de São Vicente, interrompe-se todo o trânsito do norte para o sul como do sul para o norte. Se é interrompido o trânsito no sentido norte/sul, grande parte de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, toda essa região fica sem nenhuma alternativa de trânsito. Portanto, a duplicação desses 17 quilômetros é o trabalho mais desejado por todos aqueles que passam por aquela estrada.

São exatamente quatro BRs de trânsito intenso, carros que vêm de toda a parte do País. É, portanto, uma estrada que tem caráter nacional e que vai de um lado a outro do País.

O SR. CARLOS BEZERRA – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO – Com muito prazer, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – V. Ex^a esta focalizando com precisão essa questão. Na questão rodoviária no Brasil, pode haver algum ponto que seja tão importante e nevrálgico quanto este, mas não

mais do que este, porque é uma estrada que serve todo o norte do Brasil. Como V. Ex^a disse, ali confluem quatro BRs, e vários Estados dependem desse gargalo.

Na Serra de São Vicente, acontecem 90% dos acidentes daquela estrada. É um perigo! Diariamente ocorrem acidentes, e ela fica interrompida. Então prejudica o Acre, Rondônia, Pará. E são 17 quilômetros apenas que precisam ser realizados ali.

Com essa estrada, far-se-á uma economia muito grande, evitar-se-ão milhares de acidentes, como também desenvolver-se-á todo o norte do Brasil. Ela está em Mato Grosso, mas não serve ao Mato Grosso apenas, serve ao norte do Brasil todo. Portanto, a emenda relativa a esse assunto é perfeitamente cabível dentro dos preceitos do nosso Regimento.

Parabenizo V. Ex^a pela colocação precisa que faz com relação a este assunto.

O SR. JONAS PINHEIRO – Muito obrigado, Senador Carlos Bezerra.

Desse modo, concluo a minha intervenção pedindo que os companheiros desta Comissão possam atender o Brasil inteiro por intermédio de Mato Grosso. Como disse o Senador Bezerra, o gargalo é em Mato Grosso, mas são quatro rodovias federais que confluem dentro de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Antes de passar a palavra ao Relator, quero dar as boas vindas ao Senador Leomar Quintanilha e manifestar a alegria da Comissão de Infra-estrutura pelo retorno de S. Ex^a, que é um companheiro por quem temos tanto apreço e de quem sentimos falta enquanto prestava serviço ao seu Estado Tocantins. Damos as boas vindas oficiais da Comissão de Infra-estrutura ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, acautando sugestão de V. Ex^a, gostaria de colocar as emendas que têm o parecer já definido e estão em fase de votação.

A primeira é a defesa nacional e aeroportos no que tange à questão do balizamento e da segurança das hidrovias do Ministério da Marinha.

A segunda é a BR 364 com duplicação na Serra de São Vicente cujo parecer está pronto.

A terceira é essa questão da energia. Isso me preocupa, porque não conheço o detalhe da emenda da Região Norte que foi aprovada na Câmara. Eu comentava isso com a Senadora, porque se a emenda não estiver corretamente feita dentro da funcional

programática e dentro das questões todas levantadas – pode ter sido até aprovado uma emenda lá -, na verdade, essa emenda pode ser inócua porque pode ter sido tecnicamente mal feita. Essa emenda...

O SR. GERSON CAMATA – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ – É isso que vou sugerir. Essa emenda foi feita em contato com Ministério das Minas e Energia pela Eletronorte, que é um órgão responsável pela execução dos recursos. Então, eu gostaria de colocar essa emenda para votação com o seguinte compromisso: como o prazo é até amanhã, aprovaríamos uma sexta emenda, como se fosse uma primeira suplente; se essa emenda estiver correta lá, a suplente entraria; se estiver errada lá, ficaria essa emenda regional da Região Norte, porque é uma emenda importante para a questão da energia de toda a Região Amazônica.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Agripino Maia) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – O Senador Carlos Patrocínio se encontrava, quarta-feira, na primeira discussão, e eu até falei que estava indo a Roraima na quarta-feira à noite, pois na quinta-feira às 18 horas chegaria àquela cidade, como chegou, o Ministro Fronteiriço da Venezuela, o que corresponde, no Brasil, ao Ministro das Relações Exteriores.

Vieram na comitiva de S. Ex^a vários empresários e os governadores da região sul do País. Na verdade, a Venezuela tem bastante interesse em que o Brasil aceite essa redistribuição, pois eles querem energizar o sul do País. Os Governadores que foram a Roraima são dois de cinco Estados que têm problema de energia elétrica.

O Governador do Estado esteve em Caracas e o Presidente da Venezuela já esteve no Brasil única e exclusivamente para tratar desse assunto.

A nossa emenda da região norte foi com detalhes, pois pegamos todos os detalhes com a equipe do Ministro que esteve em Brasília. Desloquei-me para aquela região exclusivamente para isso e, inclusive, colocando que são três subestações: uma delas na nossa capital, uma subestação rebaixadora; a outra subestação, seccionada no final do estado de Roraima, em Jundiá, e uma subestação rebaixadora em Manaus. Portanto, não íamos fazer. Se não se aprovar, não é por isso.

Há poucos minutos ele falou que colocou a da 401, do ano passado, e não foi. Agora mesmo ele

me perguntou se quem vai fazer é o Estado; se for, não aceita, somente se for a Eletronorte.

Nessa emenda não se podia sequer colocar para a Eletronorte. Consultei os técnicos. Os Governadores, os demais Parlamentares com interesse nessa área e eu estivemos com o Ministro das Minas e Energia para conversar sobre esse assunto. Nessa emenda não pudemos colocar a Eletronorte. Tínhamos que colocar Minas e Energia e, além do mais, o Ministério daqui com o Ministério da Venezuela é que estão fazendo os contatos.

Jamais iria prejudicar o meu Estado, principalmente agora que está em uma situação gravíssima. Na hora, no ato, o Deputado Luciano de Castro, que é do grupo político do Senador – o Senador Carlos Patrocínio estava presente -, queria que colocássemos para a Eletronorte para compra de equipamentos de usinas e disse "vamos continuar com termo-elétrica?" Não aceitei e nem o grupo do Amazonas. Então, criam-se situações embaraçosas: o Relator da Comissão de Infra-Estrutura é um só e vai pegar duas emendas; vai ter que chamar a bancada para ver, se for o caso. Parece-me que temos duas emendas podendo ter uma somente.

Não se trata, no caso, da minha prioridade ou da do Senador, e muito embora eu tenha feito a agenda somente para ter os dados e passar para o disquete, há a assinatura do Senador Romero Jucá e também as assinaturas de três Deputados do grupo do Senador.

Somos todos Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Gostaria de fazer uma ponderação, Senadora Marluce Pinto, até para que possamos acelerar o processo.

Temos é que definir emendas de interesse nacional. As questões de caráter local têm que ficar abaixo do interesse nacional e temos que agilizar o processo.

O que posso fazer é colocar em votação neste momento a proposta do Relator. Votam-se cinco emendas e a emenda suplente. Se a emenda regional que contempla a energia Brasil-Venezuela estiver nos conformes, a primeira suplente entra no lugar da emenda aqui apresentada. Dessa forma, resolve-se o problema.

Em votação a proposta do Relator.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, então as três teriam parecer positivo: a da Marinha, a 364 e a da energia.

Temos, então, quatro outras emendas para definir dois titulares e um suplente.

O SR. GERSON CAMATA - Quero colocar que não existem quatro, pois a região Sudeste só tem uma emenda. V. Ex^a disse uma emenda por região. Ela terá que ser complementada, então.

O SR. ROMERO JUCÁ – Se for levada em conta apenas a parte física...

O SR. ELCIO ALVARES – Senador Romero Jucá, gostaria de fazer uma intervenção. Estou inteiramente solidário com o Senador Gerson Camata. Há um detalhe que quero expor à Comissão de Serviço de Infra-Estrutura e solicitar a simpatia dos meus nobres Pares.

Sofri uma cobrança muito grande, pois sou Líder do Governo, mas nesse plano de metas desenhado, na formação do corredor de exportação centro-leste, que é tão importante, o Espírito Santo teve apenas a ligação Unaí-Pirapora, porque teria uma ramificação no corredor. Ficamos praticamente à margem do empreendimento.

De uma conversa com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual estavam presentes o Senador Gerson Camata, eu e o Senador José Ignácio, nasceu uma idéia. O corredor de exportação é fundamental para nós. Estamos sofrendo um processo muito sério sobre a questão do porto de Vitória, e a idéia dessa ferrovia tem um caráter profundamente importante – toda essa parte do corredor de exportação centro-leste, ligando inclusive a Bahia ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Seríamos, na verdade, o escoadouro das riquezas de Minas Gerais. Dentro da visão da emenda, essa ferrovia poderia parecer uma ferrovia regional, pois se interliga dentro desse complexo, abre a perspectiva do porto de Vitória.

Vamos encontrar uma concorrência muito séria, o porto de Sepetiba, que está sofrendo todo impulso de apoio por parte do Governo, com prioridade absoluta.

Essa emenda, independentemente do caráter que o Senador Gerson Camata deu, de que também participo, caráter de reivindicação do meu Estado, está incluída dentro de um contexto fundamental para o Espírito Santo. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura fez um reparo no plano de metas, colocando-nos...

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, é pertinente a colocação do Senador Elcio Alvares; então, ficaria como representante da Região Sudeste a emenda do Senador Gerson Camata.

Como sugestão, Sr. Presidente, existem duas emendas para o Sul. Deveria ser escolhida uma e

pegaríamos essa emenda dos Senadores José Roberto Arruda e Valmir Campelo, que é sobre a questão da ligação do Centro-Oeste com Minas Gerais e a colocaríamos como primeira suplência. Escolheríamos uma emenda do Sul...

A SRA. (Não Identificada) – Do Sul, uma V. Exª pode retirar, a que eu apresentei.

O SR. ROMERO JUCÁ – A de Santa Maria?

A SRA. (Não Identificada) – Essa, pode retirar.

O SR. ROMERO JUCÁ – Ficaria como do Sul a emenda do Senador Vilson Kleinübing sobre o corredor de transporte com o Mercosul através da BR-470.

O SR. GERALDO MELO - Quero dar os parabéns à região Norte. Com exceção das emendas do Senador Casildo, todas praticamente foram desta região.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia) - A consideração do Senador Geraldo Melo é procedente.

O SR. ROMERO JUCÁ - Sim, mas não tem emenda do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – É verdade.

A SRA. MARLUCE PINTO – Se tem uma emenda demais, é muito melhor pegarmos para nosso Estado. Admira-me muito o Senador Romero Jucá, que é de lá, sabe da importância daquela estrada, aprovar duas emendas. Um só serviço, aprovar duas emendas, quando sabemos que só uma ficará; é a mesma coisa, a linha de transmissão da Venezuela até Manaus. Nunca vi medida dessa natureza, estou vendo hoje. Ainda mais, aprovar e ficar uma para se decidir depois.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Vou colocar em votação a proposta do Relator. Emendas consensuais: sinalização de rodovias, a BR-364, que contempla a Região Centro-Oeste; a energia elétrica Brasil-Venezuela, que contempla a Região Norte; a ferrovia que contempla a Região Sudeste; o corredor de transporte de Santa Catarina, que é interesse de Santa Catarina e Paraná, BR-470 e a primeira suplente que seria a BR-080.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Fica sujeita apenas ao confronto entre os textos das duas emendas, para que se defina se a BR-080 entra ou não.

(Levanta-se a reunião às 12h 30min)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 49, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.841/97-8, resolve nomear ELIAS LYRA DA FONSECA para exercer o

cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Freire.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 50, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.545/95-5, resolve alterar o Ato nº 19, de 1984, que aposentou com proventos integrais FLORIANO LACERDA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para excluir a vantagem denominada "promoção" prevista na Resolução SF nº 58/72 e incluir as vantagens da Resolução SF nº 74/94 e Ato do Diretor-Geral nº 148/94, c/c a Media Provisória nº 1.480-25/96, publicada em 20-12-96, e suas reedições, a partir de 1º-7-94, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 51, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta no Processo nº 000.643/97-1, resolve alterar a lotação de CARLA ANDREA MUJICA CONTI PEDROSA, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar da Primeira Vice-Presidência, nomeada pelo Ato do Diretor-Geral nº 125, de 1995, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 24 de agosto de 1997. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 52, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.202/95-6, resolve alterar o Ato nº 174, de 1985, que aposentou com proventos integrais OLÍVIO JACINTO DOS SANTOS, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "promoção" prevista na Resolução SF nº 58/72 pelos "quintos" previstos na Resolução SF nº 74/94, no período de 1-7-94 a 31-7-95; e substituir os "quintos" pela Representação Mensal prevista na Resolução SF nº 76/95, a partir de 1-8-95, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1997. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Erandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

PTB

1. Emília Fernandes

PP

1. Osmar Dias

PT

1. Marina Silva

PDT

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE**

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2131/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/87
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPIRIDIANO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abrahão Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jartas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

- Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva
Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior
Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia
Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede
Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares
Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:
Endereço:
Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:
Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS